

Diário do Legislativo de 18/11/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PMN-PR-)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PMDB - PT - PCdoB:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT) e Vanderlei Miranda (PMDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV--PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Domingos Sávio	BSD	
Deputado Lafayette de Andrada	BSD	
Deputado Neider Moreira	BPS	
Deputado Padre João	PMDB-PT-PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Franco	Inácio BPS
Deputado Abramo	Gilberto PMDB-PT-PcdoB
Deputado Sawan	Fahim BSD
Deputado Torres	Mauri BSD
Deputado Borges	Wander BPS
Deputado Quintão	André PMDB-PT-PcdoB
Deputado Alves	Delvito BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília Ferramenta	PMDB-PT-PCdoB	Presidente
-----------------------------------	---------------	------------

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Paulo Guedes

Deputado BSD
Ademir Lucas

Deputado BPS
Wander Borges

Deputado PDT
Doutor Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir PMDB-PT-PcdoB
Paraca

Deputada Maria PMDB-PT-PcdoB
Tereza Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Dalmo Ribeiro Silva

Deputado BPS Vice-Presidente
Chico Uejo

Deputado BPS
Ronaldo Magalhães

Deputado BPS
Sebastião Costa

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Gilberto Abramo

Deputado BSD
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Malheiros Délio BPS

Deputado Moreira Célio BSD

Deputado Moreira Neider BPS

Deputado Quintão André PMDB-PT-PCdoB

Deputado Júlio Antônio PMDB-PT-PCdoB

Deputado Valadares Gustavo DEM

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BPS Presidente

Deputado Juninho Araújo BSD Vice-Presidente

Deputado Getúlio Neiva PMDB-PT-PCdoB

Deputado Paulo Guedes PMDB-PT-PCdoB

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Veneroso Rômulo BPS

Deputado Sávio Domingos BSD

Deputado Miranda Vanderlei PMDB-PT-PCdoB

Deputado PDT

Deputado Fabiano Dimas PP

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes PMDB-PT-PCdoB Presidente

Deputado BPS Vice-Presidente
Délio
Malheiros

Deputado BSD
Walter
Tosta

Deputado BSD
Leonardo
Moreira

Deputado PP
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio PMDB-PT-PcdoB
Souza Cruz

Deputado Tiago BPS
Ulisses

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Durval
Ângelo

Deputado BSD
Fahim Sawan

Deputado BPS
Antônio
Genaro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Vanderlei
Miranda

Deputado BSD
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PMDB-PT-PcdoB
Tereza Lara

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PMDB-PT-PcdoB
Abramo

Deputado Ruy Muniz DEM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Ruy Muniz

Deputado BSD Vice-Presidente
Deiró
Marra

Deputado BSD
Dalmo
Ribeiro

Deputada BPS
Gláucia
Brandão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PMDB-PT-PcdoB
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Zé Maia

Deputado DEM Vice-Presidente
Jayro
Lessa

Deputado BSD
Lafayette
de
Andrada

Deputado BPS
Inácio
Franco

Deputado BPS
Juarez
Távora

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adelmo
Carneiro
Leão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Antônio
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD
Moreira

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PMDB-PT-PcdoB

Deputado Ivair Nogueira PMDB-PT-PcdoB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Fábio
Avelar

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Sávio
Souza
Cruz

Deputado BSD
Irani
Barbosa

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Almir
Paraca

Deputado PP
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB
Lopes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Carlos PMDB-PT-PcdoB
Gomes

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Sávio
Souza
Cruz

Deputado DEM Vice-Presidente
Gustavo
Valadares

Deputado BSD
Rêmolo
Aloise

Deputado BSD
Célio
Moreira

Deputado BPS
Tiago
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Ronaldo BPS
Magalhães

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
André
Quintão

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BSD
João Leite

Deputado BSD
Duarte
Bechir

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PMDB-PT-PCdoB

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PP Presidente
Vanderlei Jangrossi

Deputado BPS Vice-Presidente
Antônio Carlos Arantes

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado BPS
Chico Uejo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio Franco BPS

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Braulio
Braz

Deputado BPS Vice-Presidente
Ronaldo
Magalhães

Deputada BSD
Ana Maria
Resende

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Gilberto
Abramo

Deputado PP
Dimas
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PCdoB

Deputado Pinduca PP
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Doutor PDT
Ronaldo

Deputado Rêmoló BSD
Aloise

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
João Leite

Deputada PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Maria
Tereza
Lara

Deputado BPS
Rômulo
Veneroso

Deputado PDT
Tenente
Lúcio

Deputado PP
Pinduca
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PMDB-PT-PCdoB
Ângelo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Rosângela
Reis

Deputado BSD Vice-Presidente
Walter Tosta

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Ivair
Nogueira

Deputado DEM
Elmiro
Nascimento

Deputada PMDB-PT-PCdoB
Cecília
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma BPS
Diniz

Deputado Ronaldo BPS
Magalhães

Deputado Getúlio PMDB-PT-PCdoB
Neiva

Deputado Duarte BSD
Bechir

Deputado André PMDB-PT-PCdoB
Quintão

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Gustavo Valadares

Deputado BPS Vice-Presidente
Djalma Diniz

Deputado BSD
Irani Barbosa

Deputado BSD
Rêmolo Aloise

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adalclever Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Juninho BSD
Araújo

Deputado Sávio PMDB-PT-PCdoB
Souza Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Tenente Lúcio

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BPS
Fábio
Avelar

Deputado BPS
Antônio
Carlos
Arantes

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da PDT
Silveira Jr.

Deputado Zezé PDT
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Sebastião
Costa

Deputado PDT Vice-Presidente

Deputado BSD
Luiz
Humberto
Carneiro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Gilberto
Abramo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado DEM
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PCdoB

Deputado
Ângelo Durval PMDB-PT-PCdoB

Deputado
Fabiano Dimas DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 52ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear Dom Mauro Morelli e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - Consea-MG - pelos 10 Anos de sua Fundação

1.2 - Reunião de Comissões

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1- Plenário

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 52ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/11/2009

Presidência do Deputado André Quintão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras do Deputado Padre João - Palavras do Sr. Irio Luiz Conti - Entrega de placas - Palavras de Dom Mauro Morelli - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Weliton Prado - André Quintão - Délio Malheiros - Padre João.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Padre João, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear Dom Mauro Morelli e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - Consea-MG - pelos 10 anos de sua criação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Neila Batista, Secretária Nacional de Assistência Social, representando o Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; os Revmos. Srs. Dom Mauro Morelli, Presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - Consea-MG -; e Pe. Ademir Ragazzi, Vigário Episcopal para a Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte, representando o Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, Dom Walmor Oliveira de Azevedo; o Exmo. Sr. Flávio Márcio Leopoldino Duffles, Secretário Municipal Adjunto de Abastecimento, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; a Exma. Sra. Celeste Leite Fróes, Diretora do Escritório de Representação da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - em Belo Horizonte, representando o Reitor, Paulo César Almeida; e os Exmos. Srs. Irio Luiz Conti, Presidente da Fian Internacional, representando o Conselho Nacional de Segurança Alimentar; e Deputados André Quintão e Padre João, autores do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Carlos Fernando Fagundes Amaral, Diretor do Idene; Gilson de Souza, Superintendente do Inkra-MG; Francisco Alves e Silva, Presidente do Instituto Solidário; Marco Antônio Pepino, Presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte; e Ivan Pankararu e Alexandre Pataxó, Coordenadores do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais; das Exmas. Sras. Lezir Maria Oliveira, Presidente do Consea de Formiga; Vereadora Dulcinéia Caldeira, da Câmara Municipal de João Monlevade; Sandra Vieira Ribeiro, Presidente do Consea de Oliveira; Valéria Santos, Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Contagem; Ana Pascoal dos Anjos, Diretora Técnico-Operacional do Ceasa Minas; Manira Joseph Dabion, especialista em políticas em gestão de saúde, representando a Subsecretaria de Vigilância em Saúde; e Abigail Rocha, Presidente do Consea de Uberaba; e do Exmo. Sr. Vereador Marcos Nunes, da Câmara Municipal de Viçosa e fundador do Consea nesse Município.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Coral Curumim Vila Pérola, sob a regência de Rodrigo Felipe Lima.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Padre João

Exmos. Srs. Deputado André Quintão, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, grande companheiro e amigo, representando neste ato o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; Pastor D. Mauro Morelli, Presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - Consea-MG -, grande irmão, pai e amigo; Flávio Márcio Leopoldino Duffles, Secretário Municipal Adjunto de Abastecimento, representando o Sr. Márcio Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte; Irio Luiz Conti, Presidente da Fian Internacional, representando o Conselho Nacional de Segurança Alimentar; Exmas. Sras. Neila Batista, Secretária Nacional de Assistência Social, representando o companheiro Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Celeste Leite Fróes, Diretora do Escritório de Representação da Unimontes em Belo Horizonte, representando o Prof. Paulo César Almeida, Magnífico Reitor. Saúde as crianças do coral, que vêm enriquecer esta reunião, e os muitos companheiros e companheiras de luta da segurança alimentar, responsáveis por muitas conquistas e pelo enfrentamento de muitos desafios, seja no Legislativo, seja nos órgãos públicos federal, estadual e municipal e nos próprios Conseas de cada Município.

Celebrar 10 anos de existência é dar uma olhadinha para trás e enxergar, de fato, muitas conquistas. Reconhecida como política pública, a segurança alimentar é algo muito novo. Por um lado, a realidade é antiga e há o reconhecimento desse direito por parte de muitos. Mas todas as organizações vinham muito mais numa linha de filantropia e de solidariedade que do reconhecimento formal do poder público. Essa é a novidade, embora também seja um desafio para que cada gestor público reconheça, de forma coerente, esse direito e o expresse em cada ação. É importante ressaltar a importância de Minas Gerais com a criação do Decreto nº 40.324, do Governador Itamar Franco, que teve uma presença muito importante das dioceses, sobretudo daquelas onde havia a Pastoral da Criança e do Menor.

Quem está lá desde o início é testemunha. Temos de celebrar estes 10 anos, reconhecer a importância da articulação que se iniciou por meio das dioceses, sobretudo a Pastoral da Criança e do Menor, envolvendo as pastorais sociais. Só depois houve a reformatação das organizações regionais. Ao longo da história, muitas pessoas contribuíram. Algumas não estão mais entre nós fisicamente, mas, com certeza, estão conosco nessa luta. Não temos dúvidas. Recebam o nosso reconhecimento e gratidão. Avançamos nas conferências, nas articulações regionais, na implantação dos conselhos em nível municipal, na luta.

Também temos de agradecer ao companheiro Deputado André Quintão por trazer uma discussão em relação ao Orçamento, porque muito se fala em política pública, mas é necessário disponibilizar recursos, seja no PPAG, seja na Lei Orçamentária, no Orçamento de cada ano. Nem sempre há coerência. São desafios que nos fazem amadurecer também. Quando se discute uma política, é preciso vê-la também no Orçamento. Deputado André Quintão, por meio da Comissão de Participação Popular, V. Exa. contribuiu muito.

Gostaria também de falar um pouco sobre D. Mauro, que também é nosso homenageado. Assim, com certeza, estarei lembrando-me de todos. Todos se sentirão contemplados desde o início da articulação, seja as pessoas que assumiram a coordenação regional, seja aquelas que fizeram parte desde o primeiro conselho, seja as que foram liberadas ao longo desse processo para dar suporte, seja as que coordenaram algum trabalho, seja os parceiros, como o Cáritas, o Prosam, o Fórum Mineiro. Tivemos muitos momentos ricos, muitas experiências positivas. Tivemos caravana, momentos de descontração, momentos de trabalho, momentos de debate duro. Todas as pessoas, por favor, sintam-se contempladas, homenageadas nessa história de 10 anos, em um Estado que é desafiador para nós, pela diversidade, por sua geografia, pela distância entre os Municípios, pela dificuldade de acessibilidade. As caravanas, D. Mauro, não iam só ao centro da cidade, iam à mais distante comunidade rural. Foram momentos muito ricos.

D. Mauro, somos gratos a Deus, a sua diocese, a Duque de Caxias, ao Rio de Janeiro por tê-lo emprestado por um bom tempo para ser essa pessoa que incomoda bastante, porque toca na consciência e no coração. De fato, essas frases que pudemos recordar desencadearam uma série de ações, porque conseguiram incomodar mentes e corações e fazer nascer uma nova consciência na área de segurança alimentar, nutricional, sustentável.

Foi aqui em Minas, dedicando-se a um trabalho, que sofreu um acidente. Foi como Deus permitiu que em Minas Gerais o senhor tivesse uma experiência mais profunda de Deus e visse a fragilidade da vida. Mas também há a dialética da grande força que a vida tem quando a pessoa se dedica e tem disciplina. Com disciplina, aliada ao acesso ao alimento em quantidade, qualidade e regularidade e à atividade física, consegue-se vencer as barreiras que a idade ou os acidentes impõem.

Esta homenagem é quase nada diante do tanto que o senhor dedicou a nós, mineiros, a cada criança de Minas, a cada entidade que foi provocada a iniciar uma organização dentro de um projeto de trabalho e renda. Que todas essas ações sejam como hino de louvor a Deus e uma prece em favor da vida e de sua saúde, para que possa continuar dando grande contribuição em Minas, no Brasil, na FAO. O senhor nos dá segurança, pois, onde está, consegue levar uma nova consciência do que é mais sagrado, o acesso ao alimento, superando toda e qualquer forma de humilhação. Esse ainda é o grande desafio: ter acesso ao alimento em quantidade, qualidade e regularidade, mas enquanto direito e não como favor, muito menos levando as pessoas a humilhar-se.

Encerro desejando-lhe a grande força de Deus para que o senhor continue firme na fé, na luta e nos ensinando a ter sensibilidade e iniciativas em favor do nosso próximo, sobretudo em relação ao que é mais sagrado. Obrigado. Força de Deus, vida e saúde.

Palavras do Sr. Irio Luiz Conti

Exmo. Sr. Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, em nome do Consea-MG, agradecemos profundamente essa iniciativa, porque estamos certos de que, junto com a homenagem a D. Mauro, no coração dele, os pobres da terra estão sendo homenageados porque lutam por segurança, soberania, direitos humanos e alimentação. Não tenho dúvida disso e certamente muitos de nós também não. Obrigado por essa iniciativa brilhante de realizar este bonito evento de agradecimento ao D. Mauro e ao Consea-MG.

Na pessoa do Exmo. Deputado André Quintão, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia, saúdo os demais componentes da Mesa. É uma grande satisfação estarmos aqui compartilhando deste bonito momento. A Assembleia abre as portas para esses eventos ricos e nobres, homenageando pessoas que têm uma trajetória, uma história importante, como D. Mauro. Senhoras, senhores, crianças, adolescentes do coral, nos sentimos agraciados por compartilhar deste momento. D. Mauro e demais integrantes da Mesa - permitam que eu me dirija diretamente a D. Mauro -, sinto-me dividido, porque falar em nome do Renato Maluf, Presidente do Consea-MG, e de tantas outras pessoas que são companheiros históricos do senhor, nessa longa trajetória de luta pela segurança, soberania, direito humano e alimentação, é uma missão muito difícil. Por isso estou falando e também trago o sentimento, o agradecimento, a alegria de um grande número de pessoas de diferentes lugares, das bases de nossos Municípios e Estados, e até do Consea nacional. Receba nosso agradecimento, nosso reconhecimento e nosso louvor por essa bonita história que o senhor partilha hoje e tem partilhado ao longo de sua vida com tanta gente.

Uma das reflexões bonitas de sua autoria, que não foi citada no vídeo, diz assim: "Sentir fome quando se tem comida é uma beleza. Não ter fome é um problema de saúde. Não ter comida é uma violação de um direito básico. Ninguém vive sem pão e sem beleza". São trechos muito ilustrativos, pois juntam a noção do direito, do acesso à arte, da beleza, para termos vida em abundância, como o senhor tanto fala. Se olharmos de um jeito mais amplo o contexto mundial, constatamos que nesta semana e na próxima muitos olhares estarão voltados para Roma, porque, a partir desta semana, começam duas reuniões importantes. Uma delas é a Cúpula Mundial de Alimentação, chamada Cúpula Paralela, que é formada por uma grande quantidade de organizações e movimentos sociais que trabalham com o tema da segurança, soberania, direitos humanos e alimentação. A outra, na semana que vem, é a Cúpula Mundial da FAO, que traz várias preocupações. A assembleia em Roma será revestida de caráter de preocupação e apresentará algumas perspectivas interessantes. Pela primeira vez, celebramos o Dia Mundial da Alimentação, no dia 16/10/2009, ocasião em que a FAO anunciou que 1.020.000.000 de pessoas passam fome no mundo, em diversos lugares, inclusive no Brasil, em Minas Gerais e em Belo Horizonte. Para quem tem coração, isso é um forte clamor. Ao mesmo tempo, a FAO reafirmará com força que, se, por um lado, há um contexto de crise do sistema alimentar, um dos elementos fortes que o compõem é exatamente o desmantelamento do sistema de produção da agricultura familiar e camponesa, que, em boa parte, é responsável pela produção dos alimentos em todo o mundo. Esse será um tema relevante desse evento e certamente será também amanhã, no debate que realizaremos aqui.

Outro tema importante, mencionado pela FAO, é a concentração do processo de produção, de transformação e de distribuição de alimentos. Mais e mais, a questão dos alimentos está ficando altamente concentrada, está virando mercadoria. Esse é um problema internacional. Todas as organizações, entidades e pessoas devem empenhar-se nessa causa, a fim de pensarmos alternativas que ajudem a desconcentrar esses processos violentos e violadores de direitos humanos, devido à concentração exacerbada dos alimentos no mercado, desde as sementes até à distribuição no varejo.

Por outro lado, a FAO, olhando para a frente, irá dizer que, em 2050, será preciso que a produção de alimentos no mundo tenha aumentado cerca de 70%. Acrescentará mais um pontinho dizendo assim: "No mundo, o problema básico não é a produção de alimentos, mas, sobretudo, a distribuição deles". O José Graziano, no Dia Mundial da Alimentação, disse: "Na América Latina, o problema do acesso é o calcanhar de Aquiles de países que estão produzindo e exportando alimentos". Esse é um dos grandes problemas e deve ser enfrentado no mundo todo e em cada lugar onde vivemos.

A FAO dirá ainda que é preciso repensarem-se os papéis da agricultura e do Estado, que precisa ser ativo no controle dos processos de produção e de distribuição de alimentos. O mercado não consegue fazer isso, como ocorria durante um certo período. No Estado mínimo, o mercado não consegue fazer esse controle de produção e distribuição de alimentos. Ele não consegue. Existem essas questões, entremeadas com mudanças climáticas, que também são grandes desafios para a segurança alimentar e para o acesso à alimentação.

Fiquei alegre quando anunciaram o nome do Consea-MG. Os Conseas de Minas e do Rio Grande do Sul possuem uma característica interessante: pelo que sei, são os dois Conseas que agregam em seu nome a palavra "sustentável": Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. A palavra "sustentabilidade" mais e mais precisa ser trazida para as rodas, aprofundada, discutida e entendida com as suas consequências mais profundas.

Ponderadas essas questões mais gerais, eu diria, trazendo a questão para o Brasil, que tivemos um longo período iniciado com José de Castro, como bem lembra o vídeo. José de Castro dizia que a fome é um problema não só decorrente de catástrofes naturais, mas causado pelos homens e, portanto, requer encaminhamentos e soluções políticas. Na sequência de José de Castro, duas pessoas interessantes - D. Mauro e Betinho - começaram a operacionalizar a ideia de que a fome de fato é um problema político e requer um conjunto de mobilizações sociais. Aí, são desencadeadas várias iniciativas em torno de ações de cidadania, incluindo fóruns e outros espaços.

Tivemos uma primeira etapa forte, em que a segurança alimentar contou com pessoas e lideranças fortes, que deram visibilidade a essa questão e a trouxeram para a roda. Na sequência, tivemos outro momento, ou seja, o da emergência de organizações da sociedade civil que tratavam o tema da segurança e da soberania do direito humano à alimentação. Vários fóruns de segurança alimentar surgiram e se fortaleceram, como o mineiro, o brasileiro e tantos outros. Na sequência, tivemos outro período. Houve um pequeno vácuo, porque os Conseas não se consolidaram no Brasil. A partir de 2000, tivemos a articulação e os Conseas. O tema da segurança e da soberania do direito humano à alimentação adentrou os espaços institucionais do Estado.

A criação dos Conseas ajuda fundamentalmente nesse processo. Sabemos o quanto o senhor foi não só colaborador, mas também condutor de

processos importantes nessa área ao fazer com que, de fato, o Estado se empenhasse nas grandes questões de segurança e soberania alimentar.

Agora, estamos vivendo outro desafio, que é grande, mas está bastante disseminado e capilarizado. A segurança, a soberania e a alimentação se constituem direitos das pessoas e obrigações do Estado. Nesse aspecto, passamos a discutir, nos Estados e Municípios, duas questões importantes, sendo uma delas a política nacional de segurança alimentar e nutricional. Parabéns a vocês, de Minas, que já vêm discutindo isso há muito tempo. No Brasil, isso ainda não existe e só agora começamos a discussão. Portanto, trata-se de um passo fundamental o que estamos dando.

Outro aspecto essencial que também, aqui, vocês já têm bem mais consolidado é a criação e a implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para compreender, de fato, o enfrentamento dessa questão tão importante para o Brasil, como parte estrutural das políticas do Estado brasileiro. Esse é um passo que agora iniciamos. Nos próximos dois, três, quatro, cinco anos, vamos consolidar um sistema nacional complexo e interdisciplinar, que não é simples e também tem respostas relevantes para esse meio. Aliás, ele é bem mais complexo que o SUS e o Suas. Assim sendo, sabemos da importância que vocês têm no Consea de Minas, uma vez que, em várias iniciativas, sempre foram pioneiros. Isso ocorreu tanto com a Losan, que foi a primeira lei orgânica estadual e anterior à nacional, quanto com outras iniciativas, como a própria criação do Consea, em que vocês também foram pioneiros. Não tenho dúvidas de que, na implantação do sistema, também terão muitas lições e exemplos interessantes para compartilhar com os demais Estados e Municípios, dada a experiência acumulada ao longo de todo esse tempo e a forte liderança de várias pessoas do Consea. Aliás, a própria estrutura do Consea é bem consolidada.

Concluindo, passamos a conceber a segurança alimentar e nutricional - que, num primeiro momento, era muito mais uma passagem das necessidades para os direitos - como uma passagem dos direitos para as obrigações, a fim de garantir que o Estado cumpra com suas funções, que são ligadas ao campo da alimentação, entre elas esse passo que estamos dando também em âmbito nacional, que garante o direito humano à alimentação na Constituição. Isso já foi aprovado em 1º turno, e acreditamos que, até o fim do mês, seja aprovado em 2º turno, o que propiciará a passagem do estado de necessidade para estado de direitos, e a do estado de direitos para o de obrigações do Estado. Só assim, nós, cidadãos de direitos, vamos poder cobrar do Estado, em seus diferentes níveis, instâncias e esferas de governo, aquilo que é o direito mais fundamental e sagrado, que é o direito à vida e à alimentação.

Portanto, D. Mauro, o senhor faz parte dessa história, teve e tem uma contribuição fundamental. Parabéns pelo seu histórico de vida, pelo seu testemunho e pela sua dedicação. Os pobres do Brasil agradecem sua dedicação e seu empenho. Aquilo que está sendo construído hoje, com uma capilaridade e quantidade de lideranças múltiplas e infinitas, não se resume a José de Castro, Betinho e D. Mauro, mas a todos nós e a esse grande número de pessoas empenhadas na mesma causa. Continuemos unidos nessa luta. Obrigado.

Entrega de Placas

O locutor - Neste momento, o Deputado André Quintão, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Revmo. Dom Mauro Morelli, Presidente do Consea-MG, de placas alusivas a esta homenagem. A primeira placa, a ser entregue a Dom Mauro, traz os seguintes dizeres: "Ativo participante de grandes movimentos político-sociais do País, Dom Mauro Morelli se destaca, há anos, na defesa de nobres causas: a organização comunitária e o fortalecimento dos movimentos populares, a derrubada da ditadura militar e o restabelecimento da ordem democrática. E a mais difícil e longa das batalhas: a defesa dos direitos humanos, em especial o direito ao alimento e à nutrição. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais tem a honra de homenagear este símbolo das lutas sociais, Presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - Consea-MG - desde sua criação, em 1999". A segunda placa é destinada ao Consea: "Enfrentando sem temor os desafios inerentes à luta pela defesa da vida dos mais necessitados, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais dedica-se incansavelmente à erradicação da fome no Estado. Orientado por valores como a solidariedade e o pluralismo, o Consea-MG, com sua ampla atuação, contribui efetivamente para a materialização da democracia no País. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta homenagem a este importante órgão colegiado de interação entre governo e sociedade civil, pelo transcurso do aniversário de 10 anos de sua criação".

O Sr. Presidente - Gostaria de convidar o Deputado Padre João para fazer a entrega das placas conosco.

- Procede-se à entrega das placas.

Palavras de Dom Mauro Morelli

Boa-noite. Nas pessoas do Deputado André Quintão e da Sra. Neila Batista, cumprimento toda a Mesa e, com o coração alegre e em festa, saúdo cada uma das mulheres e cada um dos homens aqui presentes, companheiras e companheiros de 10 anos de caminhada. Caros amigos, ao longo de todos esses momentos que vivemos, lembrei-me constantemente de uma figura inesquecível: D. Luciano Mendes de Almeida. Vamos também reverenciar a sua memória. D. Luciano, na reunião do Movimento pela Ética na Política, que abrangia mais de 70 entidades nacionais, tinha uma Secretaria que era integrada pela CNBB, OAB, ABI, CUT, Ibase, Inesc - não me lembro exatamente quantos órgãos. Na reunião dessa Secretaria, diante da reflexão feita sobre a corrupção e o resultado do "impeachment", chegou-se à conclusão de que o Brasil vivia duas graves expressões da corrupção: a concentração de renda, que persiste ainda, e a grande produção de alimentos para converter em moeda, causando degradação ambiental, miséria e fome. Lá, decidiu-se lançar a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Quem cunhou essa frase foi D. Luciano Mendes de Almeida. Queria trazer aqui essa figura inesquecível.

Aliás, fiquei Bispo por causa da mãe de D. Luciano. Éramos Pe. Mendes e Pe. Mauro numa reunião da CNBB do Estado de São Paulo. E ele me disse que estava aflito porque sua mãe estava doente e, em Minas, tinha que prestar serviço à coordenação técnica da Assembleia do Estado. E me perguntou como faria. Eu lhe disse: "Pe. Mendes, se eu puder resolver, conta comigo. Explica-me o que será feito, e te ajudarei, se D. Gabriel permitir, para você ir para casa". D. Gabriel era o Bispo-Presidente - na época, era um Bispo e um Padre Subsecretário. E lhe disse para deixar os Bispos cuidarem de si e ir cuidar da sua mãe, que era mais importante. Mas ele não era capaz de fazer isso. Nessa circunstância ele foi, e eu assumi a Coordenação da Assembleia. Houve uma mudança de estrutura, cinco Bispos foram eleitos, e eles escolheram o Padre Secretário. Assim, acabei entrando na CNBB por causa da mãe de D. Luciano e da solidariedade. E eu e ele nos tornamos Bispos. Estivemos juntos todo esse tempo. Muitas vezes, eu chegava a Brasília, ainda na época do Consea, e encontrava, às 23h30min, D. Luciano inclinado, com a cabeça em cima do tijolo - o livro de oração. E eu dizia: "D. Luciano, Deus me mandou vir aqui te ver para você colocar sua cabeça no travesseiro, que Ele ficará mais feliz". Fica assim uma lembrança carinhosa de D. Luciano.

Na entrada, o Pe. João, querido amigo e companheiro, perguntou-me o que estava acontecendo. Não deu nem tempo para entendermos bem a pergunta, se era para nós, para mim, para ele, para vocês, para o Patrus, para quem ele estava perguntando. "Vamos ou não vamos? Parece que estamos indo para trás. Aonde vamos?" Tentarei dizer-lhes o que sinto. Aos 74 anos, as homenagens, conforme Salomão dizia, eram tudo vaidade das vaidades. Depois de 24 anos na Baixada Fluminense, num sábado à noite minha casa foi assaltada. A minha irmã teve a capacidade, como assistente social, de administrar quatro encapuzados durante uma hora inteira e, em nenhum momento, fizeram-lhe alguma agressão física. Muitas coisas foram carregadas, mas não temos muito. Perguntaram se ela tinha jóias, e ela falou para olharem em seu guarda-roupa. E disse-lhes que, no bairro deles, todo mundo tinha televisão melhor que a nossa. Nem carregaram a televisão. Havia um aparelho de som, do Antigo Testamento, pesadíssimo. Eles até disseram ao telefone um para outro: "Entramos numa fria". Pegaram o meu tênis, um qualquer, levaram-no e disseram: "O padre é chique, usa tênis". Mas o meu tênis não custou mais do que R\$110,00. Eu uso muito tênis para caminhar. Ao receber essa placa bonita, eu queria revelar que eles carregaram todas as minhas medalhas. Eu tinha medalha de

Minas, medalha federal, enfim, eu tinha uma mala cheia de medalhas. Antigamente eu as guardava em saco de supermercado, estava então numa mala. Carregaram tudo. Hoje o Dr. Danilo me explicou que eles convertem tudo aquilo e apuram alguns quebradinhos. Então, todas as minhas homenagens foram reduzidas a pó. Eu falei: "Que coisa!" Mas ninguém tira a honra de ninguém, não é? Tudo isso é um reconhecimento da caminhada de um povo. Alguém de nós sempre é expressão física, é rosto de um movimento. É um idiota perfeito quem pensar que tudo aquilo é para ele. Ninguém se explica sozinho, nada é feito sozinho. Lembro-me de que lá em Brasília, no Consea, todas as homenagens que recebia eu colocava no pescoço de cada um dos membros da nossa equipe. Então, tudo isso é endereçado a vocês. Foi por isso que chamei os dois representantes, uma mulher e um homem, para receberem a homenagem, que pertence a todos nós, dos 10 anos do Consea.

Vou apresentar algumas coisas em que acredito hoje. Não vou ser longo, até porque há um relógio ali em cima. Em que estou acreditando? Estou mais disposto do que nunca. Neste ano eu atravessei algumas dificuldades, uma bronquite e outras broncas que não quero mencionar. Portanto, vivi um momento de retração. Tive uma experiência interessantíssima em nível local, ao ver quatro anos de trabalho se desmoronando. Quando se muda um Prefeito, alguns pensam que são donos do Município. Então, um trabalho de quatro anos foi para as cucuias, inclusive o nosso Centro de Referência, um belo projeto com recursos públicos. Hoje não temos mais acesso. Fui obrigado a rever muitas coisas. Aliás, construímos um prédio com R\$400.000,00 do Ministério de Ciência e Tecnologia; na mesma cidade, fizeram um outro que não é maior do que o nosso por um e meio. Essa é uma pequena diferença, André, para ver como as coisas são encaminhadas. Estou revendo o que vivo hoje. Vou novamente dizer a vocês que a minha motivação para estar em pé todos os dias é caminhar para viver. Tenho caminhado bastante. Nesses últimos meses, mudei de casa, reformei-a, e então complicou um pouco a vida, mas eu procuro caminhar muito. No Paraná, eu tenho caminhado com o Movimento Andas, para valorizar a agroecologia, a agricultura familiar. São caminhadas de 10Km. Quando eu chego, as pessoas dizem: "Será que ele aguenta?". Eu digo baixinho: "Dobre a língua". Mas é importante caminhar. Em que rumo estou caminhando? Em que estou acreditando? Sonhei, Irio, que no fim do mandato do Lula teríamos, Deputado André Quintão, em todos os Municípios, a lei. Não vamos ter. Só 11 Estados possuem. O que significa isso? Qual a estrutura? Qual é o recurso? Quantos Municípios possuem a lei? Eu ajudei três ou quatro e estou arrependido, para ser honesto. A primeira lei municipal foi em Indaiatuba, em Duque de Caxias, Porto Alegre. Ajudei algumas, mas são poucas. O desafio ainda é muito grande. Foi mencionado aqui que a fome ainda é entendida no mundo político, no mundo popular, no religioso, como questão de assistência social e de caridade. E não é. Eu queria dizer a vocês que há dois documentos importantes do mês de junho. Um do dia 16, do Presidente interino do Brasil. A coisa é curiosa, pois ele é Vice-Presidente. O Presidente está vivo e trabalhando, mas outro assume. Não entendo isso. O Lula não teve o privilégio de homologar a Lei nº 11.947, que dispõe sobre a alimentação escolar. Costumo dizer ao povo que devem conhecer a lei, por três razões: a primeira, para se defender dela; a segunda, para tentar aplicá-la em seu favor; e a terceira, para mudá-la, porque não é boa mesmo. A Lei nº 11.947 é ótima. Estou com 74 anos, mas tenho planos de, até os 90, brigar para que ela seja de fato aplicada.

Até 2025, espero andar por aí brigando. No dia em que a lei foi homologada, estava em Cascavel, com 50 Municípios presentes, falando dela. Já estamos no Paraná, com 8 Municípios trabalhando juntos para implementar um plano da microrregião, para produção de alimentos para a escola. Em Pernambuco conseguimos unir 13 Municípios, de vários partidos, num acordo político. Queria fazer um apelo ao Ministério de Desenvolvimento Social, porque está nos devendo uma nova lei de consórcio de segurança alimentar. A lei que está lá é menor que a vida. Ela não serve. É preciso uma lei mais generosa, que contemple a essência do direito de alimentação e nutrição. Ele não será garantido se não se articularem família, sociedade e todos os níveis de governo. Um consórcio municipal, regional, de segurança alimentar, que não garanta a participação da sociedade, não serve. Em Pernambuco, o bispo, com muita sabedoria, disse que, por causa da capacidade das Câmaras e dos Prefeitos de entenderem juridicamente, estão com um consórcio que não tem o tamanho da vida, mas, graças a Deus, fizeram um acordo com os governantes. Aquele consórcio tem, juridicamente, uma estrutura, politicamente tem outra. Há dois anos me prometem, no Ministério, fazer uma nova lei, mas isso não acontece. Acredito muito que agora é a hora de se criar mais do que Conseas, os consórcios de segurança alimentar, com a grande participação do povo produtor, dos produtores rurais e urbanos. Agora é a hora de chegar ao que sonhávamos. Em 1994, a primeira conferência nacional, na última semana, pedia um projeto de desenvolvimento para o País que tivesse a segurança alimentar e a nutrição como bases da soberania. Mas dizíamos que era preciso, num país que se desenvolve, ter a segurança alimentar como eixo, porque a essência da nutrição está na natureza. Em cada região, a mãe natureza dá uma resposta. Então, segurança alimentar e nutricional é descentralizada, porque a natureza é diversa, é rica. Se formos esquimós, a natureza vai nos dizer: "Se quiserem viver aqui, olhem o que têm para comer". No cerrado, temos um modo de comer, no Nordeste temos outro. Cada região oferece o que lhe dá vida e saúde. Nem o Lula sabe que a Lei nº 11.947 é a coisa mais importante de seu governo. Defendi a lei provisória e quase apanhei de assessores na CNBB. Disseram que o Lula era um traidor, que era isso e aquilo. Eu lhes disse que viviam num planeta que não era o meu. O Lula não é ditador, o Lula não fez revolução. Ele é um cidadão que acredita na dignidade, que quer o trabalho, que quer justiça. Esse é o Lula que sempre conheci. Defendi a medida provisória. Ela foi convertida em projeto de lei, foi aprovada e homologada. Essa lei é decisiva para o Brasil. Sua regulamentação é velha. Temos de ser mais novos, aproveitar todas as outras medidas e juntá-las. Essa lei exige uma nova economia, uma economia solidária.

No Ministério do Trabalho temos um grande brasileiro, o Prof. Ministro Paul Singer, cuja proposta é a seguinte: sem economia solidária, essa medida nova, preciosa, não dará em nada. A lei estabelece que isso é um direito, que o alimento deve ser saudável e resgata aquilo que foi nossa preocupação na primeira hora e que ainda continua: a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, que é fruto do trabalho de 10 anos do movimento de saúde. Quando chegamos a Minas, não tínhamos digitado nenhuma informação do monitoramento nutricional das crianças. Estava em caixa de sapato, literalmente. Foi feito aqui um mutirão que produziu a informação. Nas suas diretrizes, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição pede, entre outras coisas, o monitoramento nutricional, especialmente de crianças.

O monitoramento nutricional de criança tem de ser feito mensalmente, e não de vez em quando. Se for de quatro em quatro meses, não tem valor científico, porque criança muda a todo o instante. Então, temos de ser honestos. Essa lei resgata a Política de Alimentação Nutricional, quando estabelece que o alimento tem de ser saudável. Acrescento duas outras palavras: adequado e solidário. Bendita Lei nº 11.947, pois estabelece que isso é uma questão de educação. E é. Doravante, é obrigatório ter-se em todas as escolas a educação alimentar e nutricional.

Já estamos trabalhando em algumas universidades para produzir subsídios. Onde moro já estamos com um programa em andamento que atingirá, de imediato, algumas escolas ligadas à Igreja e 500 famílias. Faremos um programa teórico e prático com crianças e adolescentes. Elas ficarão duas horas de manhã e duas horas à tarde ao lado da minha casa aprendendo a conhecer semente, a tocar a terra e ver como a vida é uma bênção. Como consta na lei, é uma questão de educação.

Alimento bom é produzido na vizinhança da escola pelos produtores periurbanos e rurais, porque eles produzem o que a região oferece. O primeiro critério de nutrição é saber o que se está produzindo, é a agricultura familiar. O Pronaf surgiu no dia em que o Consea foi instalado. O Plínio, eu e outro nos reunimos lá, na CNBB, e decidimos mexer um pouco as coisas, porque elas não estavam confortáveis. Não quero nem lembrar algumas coisas do passado. Nunca vi um reunião tão triste como a instalação do Consea no primeiro momento do governo Lula. Realmente, foi uma reunião muito difícil. Na manhã seguinte, fomos até a CNBB para encaminhar alguma coisa. Mas até agora, a impressão que tinha era a seguinte: essa coisa é boa, vamos dar um apoio à agricultura familiar. Agora, vem uma lei que estabelece que quem deve produzir comida para 50 milhões de pessoas - adultos, crianças e jovens - em programas de educação é a agricultura familiar. A lei veio estabelecer que 100% dessa comida pode e deve ser produzida pela agricultura familiar. O Prefeito é obrigado a comprar pelo menos 30% dessa comida.

Alguém me disse: "D. Mauro, no art. 14, o Lula entregou tudo isso para os latifundiários, para o agronegócio". Então, respondi que o Lula está dizendo o seguinte: "Sociedade, governos e organizações sociais, sejam competentes. Vamos fazer com que a agricultura familiar entregue à escola aquela comida de boa qualidade" Não vamos nivelar as coisas por baixo. Deputado Padre João, é hora de competência. Estou impressionado com essa lei, pois ela é espetacular. Se for implantada, responderá ao sonho de 1994. Ao estabelecer que se deve produzir o alimento no Município, o Prefeito terá de comprar no seu Município, caso ele não tenha, comprará no Município vizinho, e assim por diante. Ou seja, só comprará em outro Estado, caso não encontre o produto.

Conversei com um Senador do Rio porque o governo daquele Estado era contra a lei, por causa dos pelo menos 30%. Obviamente eles tinham

de ser contra, porque o Estado do Rio não produz comida. Só 5% dos hortigranjeiros são produzidos lá. O resto vem de Minas e São Paulo. Eles deveriam ser a favor de produzir comida naquele Estado, onde morei 24 anos.

Essa lei vem pedir um projeto de economia. Você pega a microbacia, oito Municípios, dez Municípios, e o consórcio é necessário para isso. Cria-se um plano regional. Cria-se um mercado interno. Não é Araçatuba que vai ditar o preço do boi naquela região. Nós vamos pegar um dinheiro carimbado, que alguns pensam que é do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Não é. É do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. É dinheiro que está na Constituição, que deve estar no Orçamento. É diferente. Não é o dinheiro de compra direta, é do Fundo. Esse dinheiro transforma-se em comida. Unem-se as produções urbana, periurbana e rural, e produz-se comida. Hoje se faz o contrário. Pega-se comida e converte-se em moeda. Enquanto comida for "commodity", enquanto for mercadoria, haverá degradação ambiental, haverá fome e miséria no mundo.

Essa lei muda. Vem dizer que precisamos de desenvolvimento local. Nunca vi uma lei tão sábia. Nem sei se os que a criaram entenderam isso. Governos são governos. Conheço governos melhores do que os governantes. Disse ao José Dirceu que, quando chegou lá, eu já tinha dois anos de gabinete do Palácio do Planalto. Eu sei o que é uma Presidência, sei como funciona aquilo. Sei que a burocracia é a maior inimiga da cidadania. O negócio é sério.

Hoje acredito em um povo competente, nas produções periurbana e urbana. Os perecíveis deveriam ser todos produção urbana, tudo perto da escola, o mais próximo, como em Sete Lagoas - associações produtivas, alimento bom. Já há dois anos as pessoas tiram R\$800,00 por mês. Não foi o que vi lá? É organização. "Competência" é a palavra que venho dizer aqui.

Visitei oito Câmaras Municipais no Paraná. A última, com nove Vereadores. Quem a presidia era uma mulher, a única naquela Casa. Competente. Gostei da reunião. Os Vereadores disseram: "É a melhor reunião que tivemos nesta Câmara". Tive reunião com todos oito, dizendo que, para essa lei funcionar, tem de haver um pacto social. Então, os produtores e as produtoras do campo e da cidade constroem um acordo com o poder público para produzir alimento saudável, adequado, solidário para aquela criança. Que coisa bonita! Aí é preciso ter uma lei. A Lei de Segurança Alimentar Municipal com que sonho hoje avaliza na região e no Município um pacto para produzir comida para a escola. Para fazer isso são necessárias muitas medidas, muitas coisas importantes.

As Câmaras deveriam fazer em cada região como fizeram em Pernambuco, onde 13 Câmaras chegaram a um acordo. A partir de um protocolo de intenções, criou-se um consórcio que autoriza os Prefeitos. As Câmaras têm de dar ao Executivo condição de realizar o necessário, quer medidas de Orçamento, quer medidas ambientais. Há um mundo de coisas a serem trabalhadas. Hoje sonho com uma lei que garanta a produção de alimento saudável e adequado para as escolas em cada microrregião. Se essa lei tratar de tudo, se garantir o começo, depois iremos para outras etapas.

Em 2010, vamos fazer o que é possível. Se é 28, 32 ou 7, não me importo. Vamos fazer o que é possível em 2010 para começar a aplicar a lei. Mas, em 2010, vamos nos mexer para fazer um plano de 11 para 15, com uma previsão de 15 para 20 e de 21 para 25, para podermos dizer que estamos aqui e vamos chegar lá. Isso é uma política de Estado, não tem nada a ver com eleição de Governador nem de Prefeito. Podemos planejar três períodos importantes. Estamos aqui e vamos chegar, em 2025, a 100% na produção de alimento saudável e adequado em cada Município e em cada região para nossa criança e juventude. Isso é muito importante, é desenvolvimento do País, é mudar o Brasil de baixo para cima.

É preciso pensar a partir de cada microbacia. Para mim, a conversão das nossas comissões regionais será incentivar a nucleação das regiões de microbacias. Podem-se desenvolver uma região maior e também as menores, dividindo o Estado em várias regiões. Vejo aí um grande caminho transformador. O Deputado Padre João perguntou onde nós estamos. Estou recolhido, empurrando isso desde a primeira hora. Não gasto minha energia com bobagem. Minha energia, minha virgindade, minhas forças vitais, não vou jogar fora por qualquer coisa. Essa lei merece.

Gostaria de falar outra coisa. Quando saí, deixei a diocese para cuidar disso, e vocês têm um pouco de responsabilidade. Quero agradecer ao povo de Minas, aos governos Itamar e Aécio o apoio que me deram para que eu acreditasse mais e trabalhasse mais. Graças à minha condição de Presidente do Conselho - nem todos entenderam isso, há gente muito mesquinha e medíocre, mas deixem para lá -, andei o Brasil todo ajudando as coisas acontecerem. Se não fosse o apoio de Minas Gerais, eu não teria pernas nem condição de fazer o que fiz por aí fora. Parece que, ultimamente, descobriram que é muito maior do que eu mesmo imaginava. Escreveram que eu deixei a diocese para cuidar de assuntos pessoais. Isso é divulgado por onde vou, eles leem que D. Mauro, Bispo Auxiliar de São Paulo, Bispo Diocesano de Duque de Caxias, saiu para se dedicar a coisas pessoais. Não deixei a diocese para me dedicar a coisas pessoais. Deixei porque, na Baixada, chegamos a 40 mil crianças. Estatística é bom quando tem rosto, nome e endereço. E, para nós, 40 mil crianças tinham rosto, nome e endereço. Isso me comoveu. Vi crianças desnutridas, com os intestinos para fora por causa da desnutrição. O que eu vi não é pouco. Comove-me. O que me move comove. Que criança não morra criança. Sempre cito essa passagem de Isaías. Criança não é concebida e dada à luz para viver uns poucos dias. Nenhum adulto vai ficar curto dos seus anos, o povo vai plantar, vai colher, vai habitar, e quando alguém morrer com 100 anos, vão dizer que morreu jovem.

Ao lado dessa Lei nº 11.947, o Papa Bento XVI publicou, no dia 29 de julho, a encíclica "A caridade na verdade". Ele dedica uma página ao assunto, o que é suficiente, pois uma página de Papa vale mais do que um livro meu. Eu me senti com a alma lavada. Não cuido de coisas pessoais. Como é que um bispo não cuida de uma diocese? O Papa disse que, para a Igreja, a questão da fome não é algo a que pode ficar acomodada. Lamentavelmente, acomodou. Nem a CNBB entendeu essa questão na sua grandeza, e o mutirão não foi levado à frente como deveria ser. D. Luciano e eu sofremos com aquilo, mas não foi à frente. Não se trata de mais uma pastoral. O Papa diz que é um imperativo ético para a Igreja fazer isso, e que, graças a Deus, tem um bispo católico fora do sistema. Estão querendo o sistema, e estou fora do sistema. É a primeira coisa que acontece com o arcebispo emérito. Na Igreja, tudo é 8 ou 80, e não pedi para ficar aposentado, pedi para ficar liberado. Eles me defenestraram, não sou mais membro da CNBB. Se houver um concílio em Roma ou em qualquer lugar, sou padre conciliar como qualquer outro bispo. Mas, na CNBB, já não apito mais. É ridículo.

O que o Papa diz como um imperativo ético é o seguinte: "Nesse mundo globalizado, trabalhar alegre para a eliminação da fome é contribuir para a paz mundial e preservação da terra". Vejam que coisa fabulosa. Diz isso lá. Eu vou pedir uma audiência para ele no ano que vem, a partir da encíclica. Se ele não me der, direi que rasgue sua encíclica porque estou fazendo o imperativo ético. Papas e Bispos não dizem como devem dizer. Padre pode falar um pouquinho melhor, mas o Papa não diz. Mas quer dizer que é preciso uma nova estrutura econômica, novos caminhos, caso contrário isso não será resolvido. Ele diz que é um direito primário, sabem por quê? Se faltar comida, a criança que nasceu morre. Se ela morrer, não será da direita, nem da esquerda, nem católica, nem espírita, nem afro, ela irá para o cemitério e Deus não quer isso. Hoje, meus irmãos, acredito no diálogo interreligioso. Meu rumo é a Lei nº 11.947 e o diálogo religioso. Vou me dedicar a isso. Supostamente, alguém pode fazer o que ando fazendo por aí. Não deixarei de ser um agente social, mas vou trabalhar o direito à alimentação e à nutrição em diálogo com as religiões.

Estou criando o primeiro Centro de Evangelização João Paulo II, e há outros em andamento. Se a Igreja Batista quiser criar um centro missionário de evangelização, vou apoiar. Se a Igreja Católica quiser, também apoiarei. Estamos desenvolvendo toda a tecnologia. Há 14 objetos específicos para um centro como esse. Já tenho uma equipe missionária com 40 pessoas sendo preparadas. Vamos entrar num trabalho de educação à distância e investiremos em comunicação. Em dois anos, montaremos um programa com vários módulos para nossas bases de sustentação, entre as quais estão vocês. Acreditamos num grande diálogo. O Papa diz que contribuir para eliminar esse problema é contribuir para a paz. Se você juntar uma família espírita, com uma afro, uma luterana, uma presbiteriana, uma da Assembleia, outra católica, que assunto podem conversar em comum? Alimento. Coloquem quintais comuns e haverá o aprendizado conjunto de como plantar sementes, de

como as plantas germinam. Se aprenderem juntos a conhecer os alimentos, produzi-los, processá-los e prepará-los, quando menos se esperar, estarão todos sentados juntos e comendo em paz. A religião deve ajudar a encontrar o caminho da paz.

Já tenho uma agenda próxima com conselho de Pastores. Estive em uma reunião com 12 Pastores de Assembleias e foi uma delícia. Quando cheguei, estava aquela situação constrangedora. Ao final de uma hora, o Pastor disse: "Irmãos, nesta reunião aprendi alguma coisa. O que nos une é maior do que o que nos desune". Eu respondi: "Amém". Depois, ele disse mais: "Enquanto estamos brigando, Satanás está reinando". Eu disse: "Amém, aleluia". É isso mesmo. Nós começamos a reunião sem oração. Que pouca-vergonha para nós. E eles começaram, e eu entrei no jeito pentecostal de orar. Acredito nisso. Com o tempo e com a idade, não mudei nada, mas temos certa compreensão. Vou jogar minha energia no diálogo entre as religiões, para que ajudem a paz e a vida do povo, para que criança não morra criança. Vou trabalhar pela Lei nº 11.947, de 16 de junho, porque é a lei da revolução do Brasil. Já pensaram no dia em que 50 milhões de pessoas forem alimentadas nas escolas com comida saudável, adequada e solidária? Haverá uma rede de produção solidária: uns plantando, outros processando, outros isso e aquilo. No dia em que o Brasil chegar a isso, o País mudou, e nós atingimos o nosso sonho.

Encerrarei dizendo qual é o meu sonho: sonho Minas Gerais, seja onde for, um lugar em que uma menina de 7 anos seja uma moleca vigorosa, suba em mangueira, em jabuticabeira. Ela tem vigor. Se olharmos para ela, veremos vida, a pele é bonita, o olhar é brilhante. Ao chegar à escola, com 7 anos, e abrir a boca, fará somente perguntas inteligentes. Eh, Brasil que surgirá do nosso trabalho, com as bênçãos de Deus. Obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Coral Curumim, que interpretará a música "Cio da terra", de Milton Nascimento e Chico Buarque.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Boa-noite a quem ainda não cumprimentamos pessoalmente. Agradeço ao Coral Curumim as apresentações. Agradeço a presença de todos vocês que atenderam ao nosso convite. Cumprimento o Deputado Padre João, amigo e companheiro, autor, com este parlamentar, do requerimento que deu origem a esta reunião especial. Cumprimento a minha amiga, colega e assistente social Neila Batista, que representa o Ministro e ex-Prefeito, o nosso querido Patrus Ananias. Saúdo o Pe. Ademir Ragazzi, Vigário Episcopal para a Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte, representando o nosso Arcebispo D. Walmor Oliveira de Azevedo. É um prazer ter o Pe. Ademir conosco. Cumprimento também o Flávio Márcio, Secretário Adjunto de Abastecimento, neste ato representando o Prefeito da Capital, Márcio Lacerda; a Celeste, representante do nosso amigo o Prof. Paulo César Almeida, da Unimontes; Irio Luiz Conti, que representa o Consea Nacional, um grande parceiro. Irio, transmita um abraço meu ao Renato Maluf, Presidente do Consea. Também gostaria de cumprimentar o nosso conterrâneo D. Mauro, porque ele é cidadão honorário de Belo Horizonte e Presidente do Consea, homenageado desta noite.

Primeiramente, D. Mauro, trago um abraço do Presidente da Assembleia, Deputado Alberto Pinto Coelho, ao senhor, já que ele não pôde estar presente em razão de uma atividade da Assembleia no Sul de Minas, na cidade de Poços de Caldas, da qual participaria. Portanto, em razão de sua viagem, ele me pediu que o representasse nesta noite.

Eu havia preparado um pronunciamento por escrito, mas, neste momento, prefiro traduzir, de maneira informal, o sentimento da Assembleia e o nosso, em particular. A homenagem é ao Consea e a D. Mauro, e essas duas homenagens se cruzam no tempo e na história. Quando conheci D. Mauro, eu era estudante de serviço social e Diretor do Diretório Central dos Estudantes da PUC, em 1985, 1986. Naquela época, convidamos D. Mauro para participar das nossas calouradas e falar da Constituinte. Havia toda aquela mobilização e as emendas populares. Havia até um livro intitulado "Como Fazer Nova República", que era muito lido por nós. D. Mauro estabelecia uma espécie de agenda para esse período histórico de transição da ditadura para a democracia. Era um período de grande mobilização pela Constituição, de 1988. Aliás, foi na Constituição de 1988 que tivemos uma importante conquista, logo no Capítulo I, parágrafo único, que consagrava a combinação da democracia representativa, que é esta que nos permite votar para Vereador, Deputado, Senador, Prefeito e Presidente, com a participação direta. A Constituição fala que o poder será exercido pelo povo por meio dos representantes ou diretamente.

A Constituição abriu espaço para os conselhos setoriais e estabeleceu os mecanismos do plebiscito, do referendo e do projeto de lei de iniciativa popular, universalizando alguns direitos. Pelo menos do ponto de vista formal, ainda estamos a conquistar o direito humano à alimentação na nossa Carta Magna. A Constituição também descentralizou as políticas públicas, de maneira geral, conferindo um papel maior para os Municípios. Posteriormente, os níveis de governo, os Estados e Municípios foram se organizando, isto é, organizando suas políticas públicas, e a nossa luta também continuou para regulamentar os artigos da Constituição. Lembro-me de que, na época, os conservadores criaram o chamado Centrão, no Congresso Nacional; então, tudo que era avanço dependia de regulamentação posterior. Foi uma luta.

No caso da assistência social, houve a Loas, em 1993, e a LDB, na educação, em 1996. Já na área de política urbana, o Estatuto das Cidades é de 2001. Foi uma luta permanente. Também me lembro do trabalho que algumas entidades do governo fizeram, elaborando uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, do qual participou o Instituto Cidadania, juntamente com D. Mauro e o Betinho. Esse trabalho foi entregue ao Presidente Itamar, assim que ele assumiu o lugar do Collor depois do "impeachment".

A criação do Consea Nacional coincidiu, D. Mauro, com a época em que assumimos a Prefeitura, quando o Patrus ganhou a Prefeitura de Belo Horizonte. Criamos aqui a Secretaria Municipal de Abastecimento e uma política municipal de segurança alimentar. A Adriane e o Crispim pediram para darmos um abraço ao senhor, pois estão em Brasília. Belo Horizonte começou - agora lembramos com muita saudade a Regina Nabuco, nossa primeira Secretária - a integrar esse esforço nacional, que D. Mauro tão bem coordenou por meio do Consea, e fazer o debate mais em nível estadual. Vejo algumas pessoas aqui, mas como é ruim nomeá-las. Então, vou citá-las na pessoa do Edmar, Secretário Executivo do Consea. Lembro-me daquelas reuniões que realizávamos na Igreja do Carmo para articular o Fórum Mineiro de Segurança Alimentar. Depois, no governo Itamar - temos de reconhecer isso -, houve a abertura para que o Consea mineiro, o Plano Mineiro de Segurança Alimentar fosse criado. Não sei se o Padre João lembra-se do seminário - já havíamos sido eleitos Deputados -, em Caeté, em que foram expostos os desafios. De lá para cá, foi realizado um trabalho conjunto com o Consea-MG, que tem um papel importante no debate nacional - o Irio mencionou isso -, seja do ponto de vista do fortalecimento dos mecanismos de participação, seja do das políticas públicas, que estão sendo implementadas. Belo Horizonte teve essa presença, por meio do D. Mauro, com o Consea Estadual. Esse trabalho é muito interligado à medida que as políticas públicas também vão se fortalecendo em nosso país.

A Assembleia - o Presidente Alberto Pinto Coelho pediu que eu mencionasse isso - fez também um trabalho conjunto com o Consea durante esse tempo. Na primeira legislatura - 2003-2006 -, Padre João nos representava muito bem no Consea. Nesta legislatura, pelo sistema de alternância, assumi essa representação. Lembro-me do processo muito bonito de discussão da lei orgânica mineira. D. Mauro sempre dizia que não queria pressa na aprovação, não queria que esta ocorresse sem que houvesse o debate público, antes. A lei tem de ser compartilhada. Foram realizadas várias audiências públicas no interior do Estado, em várias regiões. Chegaram muitas sugestões, culminando depois no processo de aprovação da lei, o que fez com que Minas Gerais fosse o primeiro Estado a ter essa legislação, anterior até à federal. A partir daí, houve iniciativas, debates na área da alimentação escolar, na da agricultura familiar e em outras. Realizamos esse trabalho aqui, muito próximos do Consea. Nos últimos anos, realizamos - Padre João também mencionou isso - um trabalho importante de acompanhamento das

Leis Orçamentárias, do Plano Plurianual. Fazemos a revisão anual participativa. O Consea tem participado muito do monitoramento orçamentário.

Penso que a caminhada do Consea em Minas Gerais merece de nós esse reconhecimento. As Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional fazem um trabalho regionalizado. Muitas pessoas anônimas contribuem para o fortalecimento desse importante ponto de controle social. Acredito muito no papel e no trabalho dos conselhos na formulação, na avaliação, no monitoramento, no acompanhamento das políticas públicas e na cidadania. Esse é o exercício vivo da cidadania realizado por pessoas de bem, que querem consagrá-lo à vida dos nossos irmãos que muitas vezes não têm acesso à alimentação de qualidade.

Quero deixar registrada a importância do trabalho do Consea. Esse trabalho, com tantas pessoas anônimas, tem um grande timoneiro: D. Mauro.

D. Mauro tem uma vida inteira dedicada a esta área e encarna a luta pelo direito humano à alimentação. Tem um papel de motivação, mobilização e animação das pessoas para prosseguirem nessa luta. D. Mauro foi fundamental e continua sendo no fortalecimento desse espaço importante de interlocução entre governo e sociedade civil - ele nos anima.

Como é bom ouvi-lo aqui, hoje, D. Mauro. Semana passada, na audiência de abertura do Plano Plurianual, fiz um pronunciamento muito parecido. Falei que, para mim, a ação prioritária no Minas sem Fome é a organização para a efetivação da lei. O Edmar também se lembra de uma reunião na Seplag, em que falei que a prioridade do programa Minas sem Fome, agora, tinha que ser essa, porque geraria um efeito em cascata. Melhora a alimentação do aluno, gera renda, organiza, estimula, é um grande desafio. Então, quando ouvimos D. Mauro com essa garra, colocando muito claramente uma prioridade, uma bandeira de luta e de ação, renovamos as nossas energias.

Termino dizendo que eu, o Deputado Padre João e a Assembleia Legislativa fazemos esta homenagem de maneira muito sincera. Que ela sirva também de estímulo para que cada Município tenha a sua política pública de segurança alimentar. Esta audiência está sendo transmitida ao vivo para mais de 300 Municípios de Minas Gerais. Que cada Município, num processo participativo, construa o seu Conselho Municipal de Segurança Alimentar, não de maneira formal, burocrática, mas de maneira organizada, partindo da própria base. Que tenhamos, cada vez mais, políticas de segurança alimentar, que considero muito importantes. Temos ainda desafios imensos em Minas Gerais, mas esta homenagem reflete o reconhecimento da caminhada do Consea e de tanta gente que ajudou a fortalecê-lo. E D. Mauro, seu Presidente, é nossa referência maior à frente desse importante Conselho.

D. Mauro, tenho a certeza de que a melhor forma de homenageá-lo e ao Consea é, onde estivermos, cada um com seu nível de responsabilidade, sempre trabalharmos em prol de uma alimentação em quantidade e qualidade adequadas, acessível a todo ser humano. Acho que a melhor homenagem que podemos fazer a D. Mauro é ajudá-lo nessa caminhada e nessa luta. Que Deus o ilumine, D. Mauro, e que o senhor vá aos 90, 100, 105 anos, para termos a Lei nº 11.947 plenamente efetivada em Minas e no Brasil. Boa noite e muito obrigado a todos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as especiais de amanhã, dia 13, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

Ata da 22ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 10/11/2009

Às 14h10min, comparecem na Câmara Municipal de Unai a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Almir Paraca e Delvito Alves. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a questão da Segurança Pública no Município e na região e de discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Antério Mânica, Prefeito de Unai; Vereador Euler Braga, Presidente da Câmara Municipal de Unai; Athaide Francisco Peres Oliveira, Promotor de Justiça da Comarca de Unai, representando Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça; Cristian Arley Silva Lages, Delegado da Polícia Federal em Minas Gerais, representando Jerry Antunes de Oliveira, Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais; Cel. Sebastião Pereira de Siqueira, Comandante da 16ª Região da Polícia Militar de Unai, representando o Cel. Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG; Ramon Tadeu Carvalho Bucci, Chefe da 16ª Região da Polícia Militar de Unai, representando Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Ten.-Cel. Geraldo Donizete Luciano, Comandante do 28º Batalhão em Unai; e Celso Ávila Prado, Delegado Regional da Polícia Civil em Unai, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais; em seguida, concede a palavra à Deputada Maria Tereza Lara e ao Deputado Tenete Lúcio coautores do mesmo requerimento. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Delvito Alves (2) em que solicita seja realizada visita conjunta da Comissão e da Comissão de Direitos Humanos à cadeia pública de Unai, para verificarem as condições estruturais da unidade e dos presos; e seja encaminhado ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça e ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região pedido de providências para criar uma vara da Justiça Federal no Município de Unai; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Almir Paraca, Delvito Alves, João Leite e Tenente Lúcio (10) em que solicitam sejam encaminhados ao Secretário de Estado de Defesa Social pedidos de providências para implantação do Centro Integrado de Informações de Defesa Social - Cinds -, do Centro Integrado de Atendimento e Despacho - Ciad -, do Registro de Eventos de Defesa Social - Reds - e do Sistema de Informatização e Gerenciamento dos Atos de Polícia Judiciária - PCNet no Município de Unai e na região; para construir a sede da 16ª Região Integrada de Segurança Pública e de um Centro de Medidas Sócio Educativas que atenda adolescentes em conflito com a lei; para implantar os projetos "Olho Vivo" e "Fica Vivo" nos Municípios de Unai e Paracatu; para designar agentes penitenciários femininos que atuem na cadeia pública de Buritis; para criar a Área Integrada de Segurança Pública - Aisp -, no Bairro Cachoeirinha, em Unai; e para que a Subsecretaria de Administração Prisional assumira as cadeias públicas das Cidades de Buritis e Vazante com o objetivo de liberar policiais civis e militares para as funções de investigação e de policiamento ostensivo; sejam encaminhados ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para implantar a Patrulha de Prevenção Ativa e o Grupo Especial de Patrulhamento de Áreas de Risco - Gepar -, nos Municípios de Unai e Paracatu, e pedido para implantar um posto da Polícia Rodoviária Estadual na BR-251 no trecho compreendido entre Unai e Brasília-DF; seja encaminhado ao Defensor Público-Geral pedido de providências para designar Defensores Públicos nos Municípios de Unai e Paracatu; e seja encaminhado ao Secretário de Estado de Fazenda pedido de providências para reimplantar o posto fiscal avançado na BR-251 no trecho que liga Unai à Brasília-DF. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2009.

João Leite, Presidente - Ronaldo Magalhães - Tenente Lúcio.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/11/2009

Foi aprovada a seguinte proposição:

Em redação final: Projeto de Lei nº 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 105ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/11/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.882/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - PEF-BNDES - e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 52/2009, do Tribunal de Contas, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.368/2009, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação nos postos de gasolina de cartaz com informação do percentual de diferença entre os preços da gasolina e do álcool. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.466/2009, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 2º da Lei nº 14.969, de 12/1/2004. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.480/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itambacuri o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.619/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 8.655, de 18/9/84. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.521/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mateus Leme o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.553/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 166, de 25/1/2009. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.595/2009, do Governador do Estado, que altera o Anexo da Lei nº 16.678, de 10/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.826/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, no âmbito do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais - PMAE -, com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES - até o limite que indica e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.865/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ - o imóvel que especifica, no Município de Uberaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 45/2008, dos Deputados Sargento Rodrigues e André Quintão, que veda o assédio moral no âmbito da administração pública direta e indireta do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 53/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 5.301, de 16/10/69, e a Lei Complementar nº 95, de 17/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 12, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Subemendas nºs 1 e 2, que apresenta, às Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça; com as Emendas nºs 3 a 12, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 13 a 25, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 6, 7, 9 a 12, da Comissão de Justiça, das Emendas nºs 16 e 24 e da Subemenda nº 2 à Emenda nº 2, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.968/2009, do Tribunal de Justiça, que institui o Adicional de Desempenho - ADE - no âmbito do Poder Judiciário do Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.481/2009, do Governador do Estado, que altera leis que criam fundos estaduais, promovendo a sua adequação aos dispositivos constantes da Lei Complementar nº 91, de 19/1/2006, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pelo desmembramento de parte da proposição original e sua apresentação na forma de cinco projetos de lei. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.899/2009, do Governador do Estado, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.443, de 17/4/2008, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 31ª Reunião Ordinária da Comissão DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 18/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter esclarecimentos, em audiência pública com convidados, sobre a situação dos trabalhadores das indústrias extrativas vegetal e mineral no Estado de Minas Gerais, tendo em vista a possível ocorrência de violação de direitos humanos, em especial quanto à saúde dos trabalhadores, com alta incidência da doença silicose e de acidentes do trabalho.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 30ª Reunião Ordinária da Comissão DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 18/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.366/2008, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.933/2009, do Deputado Gil Pereira; 4.938/2009, da Comissão de Cultura; 4.966/2009, do Deputado Doutor Viana; e 4.971/2009, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 27ª Reunião Ordinária da Comissão DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 18/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.353/2009, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.753/2009, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 32ª Reunião Ordinária da Comissão DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 18/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.882, 3.481, 3.521, 3.826, 3.865 e 3.899/2009, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Resolução nºs 2.473, 2.597, 2.619 e 2.910/2008, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Projetos de Lei nºs 2.935/2008, do Deputado Arlen Santiago; 3.544/2009, do Deputado Carlos Gomes; e 3.875/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 30ª Reunião Ordinária da Comissão DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 18/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.215/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.766/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.770/2009, do Deputado Ronaldo Magalhães; 3.780/2009, do Deputado Wander Borges; 3.796/2009, do Governador do Estado.

Requerimento nº 4.963/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 18/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.640/2009, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.801/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimentos nºs 4.932/2009, do Deputado Fábio Avelar; 4.964/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.968/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 24ª Reunião Ordinária da Comissão DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 18/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.386/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.644/2009, do Deputado Lafayette de Andrada; 3.820/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.822 e 3.824/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.827/2009, do Deputado Carlos Gomes; 3.832/2009, do Deputado João Leite; 3.836/2009, do Deputado Juarez Távora; 3.842/2009, do Deputado Célio Moreira; 3.844/2009, do Deputado Deiró Marra; 3.847/2009, do Deputado Dimas Fabiano; e 3.859/2009, do Deputado Domingos Sávio.

Requerimento nº 4.970/2009, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 27ª Reunião Ordinária da Comissão DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 18/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 25ª Reunião Ordinária da Comissão DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 18/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.781/2009, do Deputado Adalclever Lopes. Requerimentos nºs 4.927/2009, do Deputado Carlin Moura; 4.965/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.969/2009, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 33ª Reunião Ordinária da Comissão DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 18/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, o Decreto nº 44.035, de 2005, que disciplina a autorização para prestação de serviço fretado de transporte rodoviário intermunicipal de pessoas, com a presença de convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 18/11/2009, destinadas, ambas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 53/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 5.301, de 16/10/69, e a Lei Complementar nº 95, de 17/1/2007; e dos Projetos de Lei nºs 2.968/2009, do Tribunal de Justiça, que institui o Adicional de Desempenho no âmbito do Poder Judiciário do Estado; 3.368/2009, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação nos postos de gasolina de cartaz com informação do percentual de diferença entre os preços da gasolina e do álcool; 3.466/2009, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 2º da Lei nº 14.969, de 12/1/2004; 3.595/2009, do Governador do Estado, que altera o Anexo da Lei nº 16.678, de 10/1/2007; 3.826/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, no âmbito do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais, com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - até o limite que indica e dá outras providências; e 3.882/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de novembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/11/2009, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.896/2009, do Deputado Mauri Torres, de se votarem os Requerimentos nºs 4.961/2009, do Deputado Weliton Prado, e 4.976/2009, da Comissão de Direitos Humanos, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2009.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Minas e Energia e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gustavo Valadares, Célio Moreira, Rêmo Aloise e Tiago Ulisses, membros da Comissão de Minas e Energia; os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 18/11/2009, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, a tributação incidente na produção de água mineral no Estado de Minas Gerais e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2009.

Sávio Souza Cruz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fahim Sawan, Antônio Genaro, Delvito Alves e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/11/2009, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública com convidados, a situação dos quilombolas no Estado, tendo em vista a semana da consciência negra, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Chico Uejo, Delvito Alves, Gilberto Abramo, Padre João, Ronaldo Magalhães e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/11/2009, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 3.113/2009, do Deputado Almir Paraca, e 3.734/2009, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1031/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Iturama

PROPONENTE: Malfrizia Macedo de Oliveira (Instituto Educacional Profissionalizante (Iturama)) / Nilo Cláudio da Costa Pádua (Instituição não informada)

PROPOSTA: Aumentar em 800 o número de vagas do Programa de Educação Permanente - PEP- para o ano de 2010, destinadas à região do Triângulo, em especial para o Município de Iturama.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 18 - ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

AÇÃO: 4306 - ATENDIMENTO AO ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	4531	0,00	4719	0,00
Central	23209	0,00	24071	0,00
Centro Oeste	3227	0,00	3364	0,00
Estadual	42979	126.238.000,00	55439	138.861.800,00
Jequitinhonha / Mucuri	1882	0,00	1963	0,00
Mata	4930	0,00	5346	0,00
Noroeste de Minas	2422	0,00	2545	0,00
Norte de Minas	6162	0,00	6733	0,00
Rio Doce	6520	0,00	6785	0,00
Sul de Minas	10954	0,00	11410	0,00
Triângulo	8984	0,00	8525	0,00

JUSTIFICAÇÃO: O PEP de Iturama está atendendo alunos da região - Carneirinhos, Limeira do Oeste, Itapagipe, Iturama, São Francisco de Sales e União de Minas -, além disso, temos em nossa região várias usinas alcoleiras, frigoríficos entre outras empresas.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1032/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Iturama

PROPONENTE: Nilo Cláudio da Costa Pádua (Instituição não informada)

PROPOSTA: Destinar 0,5% do orçamento do Estado para a ação 1001 - Programa Lares Geraes Habitação Popular.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 25 - LARES GERAES

AÇÃO: 1001 - PROGRAMA LARES HABITAÇÃO POPULAR

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1033/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Iturama

PROPONENTE: Nilo Cláudio da Costa Pádua (Instituição não informada)

PROPOSTA: Criar e implantar um campus avançado gratuito da UEMG/MG em Iturama.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 140 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG

AÇÃO: 1328 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UNIDADES E DOS CAMPI DA UEMG

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Triângulo	4	7.000.000,00	4	25.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Iturama atende uma região de aproximadamente 800.000 habitantes. Muitos estudantes viajam mais de duas horas em busca do ensino superior, correndo riscos em nossas vias.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1034/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Iturama

PROPONENTE: Ronaldo Wilson Santos (Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG (Frutal))

PROPOSTA: Implantar unidade do Minas Fácil em Iturama e Frutal, por meio da criação da região Triângulo na regionalização da ação 1275 - Implantação, Operação e Consolidação do Minas Fácil em todo o Estado, com meta física e financeira, respectivamente, de 2 e R\$ 400 000.

ÁREA DE RESULTADO: 4 - Investimento e Valor Agregado da Produção

PROGRAMA: 13 - DESCOMPLICAR - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

AÇÃO: 1275 - IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MINAS FÁCIL EM TODO ESTADO

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	0	0,00	0	0,00
Central	0	0,00	0	0,00
Centro Oeste	0	0,00	0	0,00
Estadual	8	1.600.000,00	0	0,00
Mata	0	0,00	0	0,00
Norte de Minas	0	0,00	0	0,00

Rio Doce	0	0,00	0	0,00
Sul de Minas	0	0,00	0	0,00
Triângulo	2	400.000,00	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Iturama e Frutal atendem vários municípios e a implantação seria de grande valia para os municípios próximos e para a cidade.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1035/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Iturama

PROPONENTE: João de Freitas Leal (Prefeitura Municipal de União de Minas (União de Minas)) / Cibele Melo Benjamin (Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (Poços de Caldas))

PROPOSTA: Implantar a terceira faixa na rodovia que liga o trevo de Iturama à Usina de Coruripe, na região do Triângulo, e duas grandes vias estruturais, com o propósito de facilitar o acesso ao Município de Poços de Caldas, no Sul de Minas.

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 57 - PROGRAMA DE AUMENTO DA CAPACIDADE E SEGURANÇA DOS CORREDORES DE TRANSPORTE

AÇÃO: 1158 - ADEQUAÇÃO E AUMENTO DA CAPACIDADE VIÁRIA

Finalidade da ação:

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	1	10.000,00	0	0,00
Sul de Minas	2	30.000.000,00	0	30.000.000,00
Triângulo	1	0,00		0,00

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1036/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Iturama

PROPONENTE: Nilo Cláudio da Costa Pádua (Instituição não informada) / Nair Ferreira Faria Araújo (Câmara Municipal de Itapajipe (Itapajipe))

PROPOSTA: Asfaltar o trecho da rodovia do Distrito de Alexandrita, no Município de Iturama, que liga à Limeira do Oeste, e realizar a ligação asfáltica da MG 255 até a Vila Coqueiros, no Município de Itapajipe (5 Km de asfaltamento), por meio da alteração da meta física prevista para a região do triângulo na ação 1353 - pavimentação e restauração de rodovias no triângulo e alto-paranaíba.

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 56 - POTENCIALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA LOGÍSTICA DA FRONTEIRA AGROINDUSTRIAL

AÇÃO: 1353 - PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS NO TRIÂNGULO E ALTO-PARANAÍBA

Finalidade da ação:

JUSTIFICAÇÃO: Através da PPP Usina Coruripe, não é necessário "obra de arte" (ponte) e a distância é pequena: de 5 a 6 km.

A ligação asfáltica da MG 255 até a Vila Voqueiros beneficiará os moradores da comunidade de 500 habitantes, com estrutura de Escola Municipal, PSF, e a usina de açúcar e álcool a 10 km, com transporte de trabalhadores e cana de açúcar até a usina.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1037/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Iturama

PROPONENTE: Nair Ferreira Faria Araújo (Câmara Municipal de Itapajipe (Itapajipe))

PROPOSTA: Incluir Telecentros nas unidades das APAES de Minas Gerais.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 42 - REDE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ORIENTADA PELO MERCADO

AÇÃO: (...) - Implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos em APAES

JUSTIFICAÇÃO: As crianças especiais são as mais necessitadas de inclusão digital.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1038/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Adelia Barbosa Antunes (Instituição não informada) / Adriana Martins Oliveira (Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha - AMEJE (Araçaí)) / Adriana Pereira Santos (Instituição não informada) / Ana Rita Gil Barbosa (Departamento Municipal de Assistência Social (Itaobim)) / Antonio Henrique Filho (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Antonio Rodrigues de Oliveira (Assoc. Comunitária Prod. Rurais Felisburgo - Para Terra (Felisburgo)) / Arcanjo Nunes dos Santos (Instituição não informada) / Breno Barbosa da Silva (Instituição não informada) / Carlos Magdo Moreira Coutinho (Câmara Municipal de Itinga (Itinga)) / Clarete Moreira Porto (Prefeitura Municipal de Itaobim (Itaobim)) / Claudino Quaresma dos Santos (Instituição não informada) / Clóvis Ribeiro Alves (Câmara Municipal de Itinga (Itinga)) / Domingos Nicanor Fernandes de Souza (Conselho Tutelar (Itaobim)) / Elma Rodrigues dos Santos (Instituição não informada) / Emerson Barbosa Macedo (Câmara Municipal de Itacarambi (Itacarambi)) / Evina Teixeira da Cruz (Inst. Trab. Trabalhadoras Agricultura Vale do Jequitinhonha (Medina)) / Francisco Dias Almeida (Instituição não informada) / Geraldo Ricardo Neri Pinto (Instituição não informada) / Gil Ramos Silva (Prefeitura Municipal de Carai (Carai)) / Gilson Antonio Sicupira (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Jackson Cesário Costa (Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa)) / Joana Darc Oliveira Cunha (Instituição não informada) / José Edilson da Silva (Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural do Distrito Si (São João da Ponte)) / José Edivanio Rodrigues (Câmara Municipal de Jenipapo de Minas (Jenipapo de Minas)) / José Osvaldo Andrade de Oliveira (Câmara Municipal de Novo Oriente de Minas (Novo Oriente de Minas)) / Katiana Rodrigues Ramos (Instituição não informada) / Kleuber Carneiro Jaques (Prefeitura Municipal de Januária (Januária)) / Laureny Alves Costa (Grupo Feminino Itaobiense - GRUFEMI (Itaobim)) / Lázaro Pereira Neves (Prefeitura Municipal de Berilo (Berilo)) / Luiz Guilherme Antunes Camara (Instituição não informada) / Maflávia A. L. Ferreira (Instituição não informada) / Manoel Medeiros Teodoro (Câmara Municipal de Novo Oriente de Minas (Novo Oriente de Minas)) / Marcio Pereira Silva (Associação dos Trabalhadores do Município de Medina (Medina)) / Marcos Luiz Silva (Instituição não informada) / Maria Aparecida Santos Queiroz (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Maria Aparecida Sicupira Barros (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Maria Helena Alves da Silva (Empr. Assist. Técnica e Exte. Rural do Est. de MG - EMATER (Belo Horizonte)) / Marlete Guimarães dos Santos (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Michele Silva Pereira dos Santos (Instituição não informada) / Modestino Cirino Motta (Empr. Assist. Técnica e Exte. Rural do Est. de MG - EMATER (Belo Horizonte)) / Mozart Colares Godinho (Instituição não informada) / Pricila Batista Menezes (Instituição não informada) / Roberto Sidnei da Silva Coutinho (Prefeitura Municipal de Januária (Januária)) / Rosilene Vieira Silva (Conselho Comunitário dos Olhos D'agua (Itaobim)) / Rubio de Andrade (Sec. Est. Extr. P/ Des. Vale Jequit., Mucuri e Norte-SEDVAN (Belo Horizonte)) / Sebastião Alves dos Santos (Instituição não informada) / Sergio Ricardo Lelis de Oliveira (Instituição não informada) / Tania Rodrigues Rosa (Instituição não informada) / Valderlene Pereira Souza (Instituição não informada) / Valmirene Batista Pereira Almeida (Instituição não informada) / Victor Neiva e Oliveira (Instituição não informada) / Wallace Fernando Dias (Promotoria Regional da Infância e Juventude (Teófilo Otôni)) / Willianvaldo Francisco Rosa (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Cristiane Nazareth da Silva (Instituição não informada) / Daisy Dias Lopes (Conselho Regional do Serviço Social - CRESS 6ª Região (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação destinada à implantação de Centros de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS -, via desmembramento da Ação 4236 - Co-financiamento de Serviços para Municípios na Execução da Proteção Social Especial - ou restauração da Ação 1147 - Execução de Ações Regionalizadas e de Proteção Especial e Fomento a Consórcios Intermunicipais -, excluída no projeto de revisão do PPAG, para o exercício 2010.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 23 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

AÇÃO: (...) - EXECUÇÃO DE AÇÕES REGIONALIZADAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL E FOMENTO A CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS

Unidade: 4251 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Produto: 11272 - CONSÓRCIO INSTAURADO

Unidade de medida: 53 - CONSÓRCIO

Finalidade da ação: ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO SOBRE A DEMANDA POR PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL NO ESTADO E EXECUÇÃO DIRETA OU INDIRETA (REDE SOCIOASSISTENCIAL) PELO ESTADO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, INCLUSIVE CENTROS DE REFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS), E FOMENTO A CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	5	500.000,00	5	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Recuperar a ação 1147, a fim de garantir dotação orçamentária para futuros convênios para implantação de serviços regionalizados de proteção especial, como os CREAS. A ação 4236 não especifica claramente a implantação dos 10 CREAS, sendo que, além de qualificar os existentes, é necessário implantar novos CREAS.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1039/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Adelia Barbosa Antunes (Instituição não informada) / Adriana Martins Oliveira (Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha - AMEJE (Araçuaí)) / Adriana Pereira Santos (Instituição não informada) / Ana Rita Gil Barbosa (Departamento Municipal de Assistência Social (Itaobim)) / Antonio Henrique Filho (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Antonio Rodrigues de Oliveira (Assoc. Comunitária Prod. Rurais Felisburgo - Para Terra (Felisburgo)) / Arcanjo Nunes dos Santos (Instituição não informada) / Breno Barbosa da Silva (Instituição não informada) / Carlos Magdo Moreira Coutinho (Câmara Municipal de Itinga (Itinga)) / Clarete Moreira Porto (Prefeitura Municipal de Itaobim (Itaobim)) / Claudino Quaresma dos Santos (Instituição não informada) / Clóvis Ribeiro Alves (Câmara Municipal de Itinga (Itinga)) / Dária Maria Martins Assis (Instituição não informada) / Domingos Nicanor Fernandes de Souza (Conselho Tutelar (Itaobim)) / Edivaldo Ferreira de Souza (Instituição não informada) / Elma Rodrigues dos Santos (Instituição não informada) / Emerson Barbosa Macedo (Câmara Municipal de Itacarambi (Itacarambi)) / Evina Teixeira da Cruz (Inst. Trab. Trabalhadoras Agricultura Vale do Jequitinhonha (Medina)) / Fabio Soares Pereira (Instituição não informada) / Francisco Dias Almeida (Instituição não informada) / Geraldo Ricardo Neri Pinto (Instituição não informada) / Gil Ramos Silva (Prefeitura Municipal de Carai (Carai)) / Gilson Antonio Sicupira (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Jackson Cesário Costa (Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa)) / Joana Darc Oliveira Cunha (Instituição não informada) / José Edilson da Silva (Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural do Distrito Si (São João da Ponte)) / José Edivanio Rodrigues (Câmara Municipal de Jenipapo de Minas (Jenipapo de Minas)) / José Osvaldo Andrade de Oliveira (Câmara Municipal de Novo Oriente de Minas (Novo Oriente de Minas)) / Katiana Rodrigues Ramos (Instituição não informada) / Kleuber Carneiro Jaques (Prefeitura Municipal de Januária (Januária)) / Laurenny Alves Costa (Grupo Feminino Itaobiense - GRUFEMI (Itaobim)) / Lázaro Pereira Neves (Prefeitura Municipal de Berilo (Berilo)) / Luiz Guilherme Antunes Camara (Instituição não informada) / Mafávia A. L. Ferreira (Instituição não informada) / Manoel Medeiros Teodoro (Câmara Municipal de Novo Oriente de Minas (Novo Oriente de Minas)) / Marcio Pereira Silva (Associação dos Trabalhadores do Município de Medina (Medina)) / Marcos Luiz Silva (Instituição não informada) / Maria Aparecida Santos Queiroz (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Maria Aparecida Sicupira Barros (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Maria Helena Alves da Silva (Empr. Assist. Técnica e Exte. Rural do Est. de MG - EMATER (Belo Horizonte)) / Marlete Guimarães dos Santos (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Mauricelio Gomes Barbosa (Câmara Municipal de Monte Formoso (Monte Formoso)) / Michele Silva Pereira dos Santos (Instituição não informada) / Modestino Cirino Motta (Empr. Assist. Técnica e Exte. Rural do Est. de MG - EMATER (Belo Horizonte)) / Mozart Colares Godinho (Instituição não informada) / Pricila Batista Menezes (Instituição não informada) / Roberto Sidnei da Silva Coutinho (Prefeitura Municipal de Januária (Januária)) / Rosilene Vieira Silva (Conselho Comunitário dos Olhos D'água (Itaobim)) / Rubio de Andrade (Sec. Est. Extr. P/ Des. Vale Jequit., Mucuri e Norte-SEDVAN (Belo Horizonte)) / Sebastião Alves dos Santos (Instituição não informada) / Sergio Ricardo Lelis de Oliveira (Instituição não informada) / Tania Rodrigues Rosa (Instituição não informada) / Valderlene Pereira Souza (Instituição não informada) / Victor Neiva e Oliveira (Instituição não informada) / Wallace Fernando Dias (Promotoria Regional da Infância e Juventude (Teófilo Otôni)) / Willianvaldo Francisco Rosa (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Glauca Aparecida Costa Boaretto (Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (Poços de Caldas)) / João Batista de Almeida (Fórum População de Rua de Juiz de Fora (Juiz de Fora)) / Silvânia Coelho Barrozo (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar atributos da ação 4236, de forma a:

- 1) garantir a aplicação de recursos na proteção social especial nos Municípios que tenham crianças e adolescentes abrigados em Teófilo Otoni, para retorno ao seu Município de origem;
- 2) implantar o Projeto Casa Lar, conforme o modelo utilizado para a pessoa com deficiência, com mãe social, voltado para criança e adolescente em situação de risco e vulnerabilidade;
- 3) dar nova redação à finalidade da ação, com a inclusão de referência aos idosos, e alocar mais R\$384.000,00 na meta financeira da região central, destinados à construção de 16 unidades físicas de instituições de longa permanência.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 23 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

AÇÃO: 4236 - CO-FINANCIAMENTO DE SERVIÇOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL

Finalidade da ação: COFINANCIAR OS MUNICÍPIOS E ENTIDADES NA EXECUÇÃO DIRETA OU INDIRETA (REDE SOCIOASSISTENCIAL) DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, OFERTANDO SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS QUE GARANTAM O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A CRIANÇAS, ADOLESCENTES, idosos, INDIVÍDUOS e FAMÍLIAS, QUE SOFRERAM VIOLAÇÃO DE DIREITOS DECORRENTES DE SITUAÇÃO DE ABANDONO, MAUS TRATOS FÍSICOS E/OU PSÍQUICOS, ABUSO SEXUAL, USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, SITUAÇÃO DE RUA, MIGRANTE, ENTRE OUTRAS.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira

Alto Paranaíba	6	363.591,48	6	363.591,48
Central	94	8.412.108,00	94	8.028.108,12
Centro Oeste	13	851.468,52	13	851.468,52
Estadual	10	1.136.181,81	10	1.136.181,81
Jequitinhonha / Mucuri	8	728.189,66	8	728.189,66
Mata	5	357.428,52	5	357.428,52
Noroeste de Minas	1	15.428,52	1	15.428,52
Norte de Minas	5	514.317,48	5	514.317,48
Rio Doce	6	370.848,96	6	370.848,96
Sul de Minas	8	459.159,48	8	459.159,48
Triângulo	16	841.659,44	16	841.659,44

JUSTIFICAÇÃO: Redução do número de crianças e adolescentes abrigados na entidade "O Ninho", em Teófilo Otoni, criando programas de família acolhedora ou outros que possibilitem o retorno dessas crianças à comarca de origem.

Cumprimento do ECA, no que diz respeito ao direito à convivência familiar e comunitária, evitando o abrigo, o que dificulta e prejudica a referência do indivíduo.

Proporcionar igualdade social e inclusiva aos idosos atendidos por essas unidades institucionais de alta complexidade.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1040/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Adelia Barbosa Antunes (Instituição não informada) / Adriana Martins Oliveira (Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha - AMEJE (Araçuaí)) / Adriana Pereira Santos (Instituição não informada) / Antonio Henrique Filho (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Ana Rita Gil Barbosa (Departamento Municipal de Assistência Social (Itaobim)) / Antônio Rodrigues dos Santos (Câmara Municipal de Monte Formoso (Monte Formoso)) / Breno Barbosa da Silva (Instituição não informada) / Carlos Magdo Moreira Coutinho (Câmara Municipal de Itinga (Itinga)) / Clarete Moreira Porto (Prefeitura Municipal de Itaobim (Itaobim)) / Claudino Quaresma dos Santos (Instituição não informada) / Clóvis Ribeiro Alves (Câmara Municipal de Itinga (Itinga)) / Dária Maria Martins Assis (Instituição não informada) / Domingos Nicanor Fernandes de Souza (Conselho Tutelar (Itaobim)) / Edvaldo Gomes Brito (Câmara Municipal de Monte Formoso (Monte Formoso)) / Elma Rodrigues dos Santos (Instituição não informada) / Emerson Barbosa Macedo (Câmara Municipal de Itacarambi (Itacarambi)) / Evina Teixeira da Cruz (Inst. Trab. Trabalhadoras Agricultura Vale do Jequitinhonha (Medina)) / Fabio Soares Pereira (Instituição não informada) / Francisco Dias Almeida (Instituição não informada) / Geraldo Ricardo Neri Pinto (Instituição não informada) / Gil Ramos Silva (Prefeitura Municipal de Carai (Carai)) / Gilson Antonio Sicupira (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Jackson Cesário Costa (Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa)) / Joana Darc Oliveira Cunha (Instituição não informada) / José Osvaldo Andrade de Oliveira (Câmara Municipal de Novo Oriente de Minas (Novo Oriente de Minas)) / Katiana Rodrigues Ramos (Instituição não informada) / Kleuber Carneiro Jaques (Prefeitura Municipal de Januária (Januária)) / Laurenny Alves Costa (Grupo Feminino Itaobiense - GRUFEMI (Itaobim)) / Lázaro Pereira Neves (Prefeitura Municipal de Berilo (Berilo)) / Luiz Guilherme Antunes Camara (Instituição não informada) / Mafávia A. L. Ferreira (Instituição não informada) / Manoel Medeiros Teodoro (Câmara Municipal de Novo Oriente de Minas (Novo Oriente de Minas)) / Marcio Pereira Silva (Associação dos Trabalhadores do Município de Medina (Medina)) / Marcos Luiz Silva (Instituição não informada) / Maria Aparecida Santos Queiroz (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Maria Aparecida Sicupira Barros (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Maria Helena Alves da Silva (Empr. Assist. Técnica e Exte. Rural do Est. de MG - EMATER (Belo Horizonte)) / Marlete Guimarães dos Santos (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Mauricelio Gomes Barbosa (Câmara Municipal de Monte Formoso (Monte Formoso)) / Michele Silva Pereira dos Santos (Instituição não informada) / Modestino Cirino Motta (Empr. Assist. Técnica e Exte. Rural do Est. de MG - EMATER (Belo Horizonte)) / Mozart Colares Godinho (Instituição não informada) / Pricila Batista Menezes (Instituição não informada) / Roberto Sidnei da Silva Coutinho (Prefeitura Municipal de Januária (Januária)) / Rosilene Vieira Silva (Conselho Comunitário dos Olhos D'água (Itaobim)) / Rubio de Andrade (Sec. Est. Extr. P/ Des. Vale Jequit., Mucuri e Norte-SEDVAN (Belo Horizonte)) / Sebastião Alves dos Santos (Instituição não informada) / Sergio Ricardo Lelis de Oliveira (Instituição não informada) / Tania Rodrigues Rosa (Instituição não informada) / Valderlene Pereira Souza (Instituição não informada) / Valmirene Batista Pereira Almeida (Instituição não informada) / Victor Neiva e Oliveira (Instituição não informada) / Wallace Fernando Dias (Promotoria Regional da Infância e Juventude (Teófilo Otoni))

PROPOSTA: Alterar a finalidade da Ação 1176 - Intervenções Urbanas e Habitacionais - de forma a incluir a utilização da mão de obra egressa dos cursos do Usina Mineira do Trabalho nas intervenções urbanas e habitacionais do Programa Travessia.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 36 - PROJETO TRAVESSIA: ATUAÇÃO INTEGRADA EM ESPAÇOS DEFINIDOS DE CONCENTRAÇÃO DE POBREZA

AÇÃO: 1176 - INTERVENÇÕES URBANAS E HABITACIONAIS

Finalidade da ação: EXECUTAR MELHORIAS URBANAS E/OU HABITACIONAIS NOS MUNICÍPIOS, ATRAVÉS DA CONCESSÃO DE RECURSO E ARTICULAÇÃO DE AÇÕES DE RESPONSABILIDADES DE OUTROS ÓRGÃOS, QUANDO NECESSÁRIO, utilizando-se, sempre que possível, mão de obra egressa dos cursos do Usina Mineira do Trabalho

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1041/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Adelia Barbosa Antunes (Instituição não informada) / Adriana Martins Oliveira (Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha - AMEJE (Araçuaí)) / Adriana Pereira Santos (Instituição não informada) / Ana Rita Gil Barbosa (Departamento Municipal de Assistência Social (Itaobim)) / Antonio Henrique Filho (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Antonio Rodrigues de Oliveira (Assoc. Comunitária Prod. Rurais Felisburgo - Para Terra (Felisburgo)) / Arcanjo Nunes dos Santos (Instituição não informada) / Breno Barbosa da Silva (Instituição não informada) / Carlos Magdo Moreira Coutinho (Câmara Municipal de Itinga (Itinga)) / Clarete Moreira Porto (Prefeitura Municipal de Itaobim (Itaobim)) / Claudino Quaresma dos Santos (Instituição não informada) / Clóvis Ribeiro Alves (Câmara Municipal de Itinga (Itinga)) / Dária Maria Martins Assis (Instituição não informada) / Domingos Nicanor Fernandes de Souza (Conselho Tutelar (Itaobim)) / Edvaldo Gomes Brito (Câmara Municipal de Monte Formoso (Monte Formoso)) / Elma Rodrigues dos Santos (Instituição não informada) / Emerson Barbosa Macedo (Câmara Municipal de Itacarambi (Itacarambi)) / Evina Teixeira da Cruz (Inst. Trab. Trabalhadoras Agricultura Vale do Jequitinhonha (Medina)) / Fabio Soares Pereira (Instituição não informada) / Francisco Dias Almeida (Instituição não informada) / Geraldo Ricardo Neri Pinto (Instituição não informada) / Gil Ramos Silva (Prefeitura Municipal de Carai (Carai)) / Gilson Antonio Sicupira (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Jackson Cesário Costa (Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa)) / Joana Darc Oliveira Cunha (Instituição não informada) / José Edilson da Silva (Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural do Distrito Si (São João da Ponte)) / José Edivanio Rodrigues (Câmara Municipal de Jenipapo de Minas (Jenipapo de Minas)) / José Osvaldo Andrade de Oliveira (Câmara Municipal de Novo Oriente de Minas (Novo Oriente de Minas)) / Katiana Rodrigues Ramos (Instituição não informada) / Kleuber Carneiro Jaques (Prefeitura Municipal de Januária (Januária)) / Laureny Alves Costa (Grupo Feminino Itaobiense - GRUFEMI (Itaobim)) / Lázaro Pereira Neves (Prefeitura Municipal de Berilo (Berilo)) / Luiz Guilherme Antunes Camara (Instituição não informada) / Maflávia A. L. Ferreira (Instituição não informada) / Marcio Pereira Silva (Associação dos Trabalhadores do Município de Medina (Medina)) / Marcos Luiz Silva (Instituição não informada) / Maria Aparecida Santos Queiroz (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Maria Aparecida Sicupira Barros (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Maria Helena Alves da Silva (Empr. Assist. Técnica e Exte. Rural do Est. de MG - EMATER (Belo Horizonte)) / Marlete Guimarães dos Santos (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Mauricelio Gomes Barbosa (Câmara Municipal de Monte Formoso (Monte Formoso)) / Michele Silva Pereira dos Santos (Instituição não informada) / Modestino Cirino Motta (Empr. Assist. Técnica e Exte. Rural do Est. de MG - EMATER (Belo Horizonte)) / Mozart Colares Godinho (Instituição não informada) / Prícila Batista Menezes (Instituição não informada) / Roberto Sidnei da Silva Coutinho (Prefeitura Municipal de Januária (Januária)) / Rosilene Vieira Silva (Conselho Comunitário dos Olhos D'água (Itaobim)) / Rubio de Andrade (Sec. Est. Extr. P/ Des. Vale Jequit., Mucuri e Norte-SEDVAN (Belo Horizonte)) / Sebastião Alves dos Santos (Instituição não informada) / Sergio Ricardo Lelis de Oliveira (Instituição não informada) / Tania Rodrigues Rosa (Instituição não informada) / Valderlene Pereira Souza (Instituição não informada) / Valmirene Batista Pereira Almeida (Instituição não informada) / Victor Neiva e Oliveira (Instituição não informada) / Wallace Fernando Dias (Promotoria Regional da Infância e Juventude (Teófilo Otôni)) / Willianvaldo Francisco Rosa (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Albano Silveira Machado (Prefeitura Municipal de Berilo (Berilo))

PROPOSTA: Inserir a região Jequitinhonha/Mucuri na regionalização da Ação 4638 - Rede de Urgência e Emergência -, com meta física e financeira, respectivamente, de 1 e de R\$ 30.000.000,00, para o ano 2010.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 44 - REGIONALIZAÇÃO - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

AÇÃO: 4638 - REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	1	80.000.000,00	1	88.000.000,00
Estadual	0	8.000.000,00	0	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	30.000.000,00	1	30.000.000,00
Mata	0	0,00	1	15.000.000,00
Norte de Minas	1	30.000.000,00	1	30.000.000,00

--	--	--	--	--

JUSTIFICAÇÃO: Garantir a implantação na região Jequitinhonha/Mucurir do serviço de urgência e emergência - SAMU regional .

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1042/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Manoel Medeiros Teodoro (Câmara Municipal de Novo Oriente de Minas (Novo Oriente de Minas)) / Cláudio Luis Dias Amaral (Comite Bacia Hidrog. Afluent, Mineiros Rios Pomba e Muriaé (Cataguases))

PROPOSTA: Ampliar as metas física e financeira da Ação 1075 - Elaboração de projetos de recuperação e readequação de estradas vicinais com enfoque ambiental - na região Jequitinhonha/Mucuri, para, respectivamente, 10 e R\$ 20.000,00, em 2010, e realizar a pavimentação asfáltica de 4 Km da Rodovia José Dias Filho, no trecho que liga a sede do Município de Dona Euzébia ao distrito de São Manoel, por meio da inclusão da região da Mata.

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 116 - CAMINHOS DE MINAS

AÇÃO: 1075 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE RECUPERAÇÃO E READEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM ENFOQUE AMBIENTAL

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	5	10.000,00	5	10.400,00
Central	5	10.000,00	5	10.400,00
Jequitinhonha / Mucuri	10	20.000,00	5	10.400,00
Mata	1	1.000,00		0,00
Norte de Minas	5	10.000,00	5	10.400,00
Rio Doce	5	10.000,00	5	10.400,00
Triângulo	5	10.000,00	5	10.400,00

JUSTIFICAÇÃO: Garantir condições de tráfego nas estradas rurais, principalmente em razão do transporte escolar e do escoamento da produção.

A recuperação da rodovia, que está em estado deplorável, facilitará o escoamento da produção dessas comunidades, melhorará a qualidade de vida de sua população e possibilitará o incremento do turismo de aventura, ecoturismo e turismo rural na região.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1043/2009 (Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Maria Aparecida Santos Queiroz (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Renata Flávia da Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA: Garantir a capacitação dos cidadãos, por meio de oficinas regionalizadas que antecedam as audiências públicas de revisão do PPAG.

JUSTIFICAÇÃO: Qualificar a intervenção dos participantes das audiências públicas de discussão do PPAG, garantindo uma efetiva participação popular, potencializando este espaço de debate. e o entendimento prévio do que é o PPAG. Assim, os participantes obterão um debate mais rico

e sólido no que se refere a ele.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1044/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Iturama

PROPONENTE: Wildirlei Queiroz Menezes (Prefeitura Municipal de Itapajipe (Itapajipe)) / Sueli Aparecida Faria de Brito (Conselho Tutelar da 1ª Região de Montes Claros (Montes Claros)) / Elis Medrado Viana (Instituição não informada) / Lindalva Santa Flávio (Conselho Tutelar da 1ª Região de Montes Claros (Montes Claros)) / Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey (Instituição não informada) / Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte)) / Maria da Consolação Faria (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Divinópolis))

PROPOSTA: Restaurar a ação 2005 - Apoio aos Conselhos Municipais e Tutelares da Criança e do Adolescente -, com vistas a:

- 1) garantir recursos para a construção de sede de Conselhos Tutelares nos Municípios, além de infraestrutura; e
- 2) capacitação continuada aos operadores da política de garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Com propostas de regionalização (meta física/meta financeira):

- 1) Estadual (105/R\$ 700.000,00);
- 2) Estadual (150/R\$ 750.000,00);
- 3) Norte de Minas (90/900.000,00).

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 266 - GESTÃO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AÇÃO: (...) - APOIO A CONSELHOS MUNICIPAIS E TUTELARES DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Unidade: 4091 - FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA

Produto: 11104 - CONSELHO APOIADO

Unidade de medida: 52 - CONSELHO

Finalidade da ação: APOIO TÉCNICO-FINANCEIRO AOS CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E CONSELHOS TUTELARES.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	105	700.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: O Ministério Público exige dos municípios boas instalações, sendo necessário custos com aluguéis. Além disso, os conselhos tutelares não possuem infraestrutura adequada para atendimento a crianças e adolescentes, sendo necessário equipar conselhos para o atendimento ao sistema de garantia de direitos.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1045/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Elizete Borges Soares (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE (Montes Claros)) / Vinicius Samôr de Lacerda (Câmara Municipal de Ubá (Ubá))

PROPOSTA: Alterar a finalidade da ação 1156, incluindo referência no texto ao processo de certificação de servidores e ao estímulo ao protagonismo juvenil.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 23 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

AÇÃO: 1156 - QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA GESTÃO E CONTROLE DO SUAS

Finalidade da ação: PROMOVER A QUALIFICAÇÃO CONTINUADA e o processo de certificação DE SERVIDORES PÚBLICOS, CONSELHEIROS, GESTORES, ENTIDADES E DEMAIS OPERADORES DA POLÍTICA SOCIOASSISTENCIAL PARA A IMPLANTAÇÃO DO SUAS, PRODUZINDO E DIFUNDINDO CONHECIMENTOS PARA A GARANTIA DE OFERTA DE QUALIDADE NOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO, com especial atenção para o protagonismo juvenil..

JUSTIFICAÇÃO: Garantir a qualificação de servidores e trabalhadores da área, visando ao aprimoramento da implementação do sistema e capacidade de gestão.

Atualmente os CRAS não estão preparados e capacitados para atender às demandas da juventude, por isso seria necessário priorizar o protagonismo juvenil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1046/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Sarah Gonçalves Ferreira (Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes (Montes Claros))

PROPOSTA: Ajustar as metas físicas e financeiras do Popupança Jovem em 2010, conforme previstas para a ação no ano de 2011.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 33 - POUPANÇA JOVEM

AÇÃO: 1050 - IMPLANTAÇÃO DA POUPANÇA JOVEM

Finalidade da ação:

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	19316	19.316.000,00	19316	19.316.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	3618	3.618.000,00	3618	3.618.000,00
Mata	11056	11.056.000,00	11056	11.056.000,00
Norte de Minas	10779	10.799.000,00	10779	10.779.000,00
Rio Doce	9167	9.167.000,00	9167	9.167.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Garantir a elevação do número de Municípios, visando a um maior número de jovens beneficiados.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1047/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Poços de Caldas

PROPONENTE: Glucia Aparecida Costa Boaretto (Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (Poços de Caldas)) / Antônio José Lopes Reis (Conselho Municipal de Assistência Social (Ipatinga)) / Dalva Ferreira Batista Lima (Fórum de Desenvolvimento Mesorregional (Itaobim)) / Marcelo Henrique de Aguiar (Instituição não informada) / Adriana Alves Lara (Instituição não informada)

PROPOSTA: Implantar uma rede de atenção ao usuário de álcool e drogas, em especial crianças e adolescentes, garantindo:

1) a restauração da ação 4107 - Apoio técnico e financeiro à implantação de Centros de Atenção Psicossocial, excluída no projeto de revisão do PPAG, exercício 2010;

2) a integração das ações dos CAPS -AD com os Centros Socioeducativos, a fim de referenciar os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa para acompanhamento psicossocial ao dependente químico;

3) o atendimento às crianças, adolescentes e jovens dependentes químicos da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

4) a alteração da finalidade da ação 4272 - Co-financiamento para municípios em serviços no atendimento às crianças e adolescentes em especial com trajetória de rua e trabalho infantil -, com vistas a promover o acompanhamento socioassistencial de crianças e adolescentes dependentes químicos.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 44 - REGIONALIZAÇÃO - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

AÇÃO: (...) - Rede de Atenção ao Usuário de Álcool e Drogas

Unidade: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Produto: 11115 - MUNICÍPIO/CONSÓRCIO BENEFICIADO

Unidade de medida: 757 - MUNICÍPIO/CONSÓRCIO

Finalidade da ação: Melhoria da qualidade de vida dos usuários de drogas e redução dos anos potenciais de vida perdidos (APVP) por causas externas.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	15	900.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Melhoria da qualidade de vida dos usuários de drogas e redução dos anos potenciais de vida perdidos (APVP) por causas externas, em especial para crianças e adolescentes.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1048/2009 (Inclusão de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Poços de Caldas

PROPONENTE: Cibele Melo Benjamin (Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (Poços de Caldas))

PROPOSTA: Executar as obras de infraestrutura do Paço Municipal, em Poços de Caldas, que contemplará o Centro de Convenções, a ser implementado pela Codemig.

ÁREA DE RESULTADO: 12 - Qualidade e Inovação em Gestão Pública

PROGRAMA: (...) - Cidade Administrativa

Nome: Cidade Administrativa

Tipo de programa: 1 - Finalístico

Área de resultado: 12 - Qualidade e Inovação em Gestão Pública

Objetivo do programa: garantir a implementação do Paço Municipal e cidade judiciária

AÇÃO: (...) - Cidade administrativa

Unidade: 1501 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Produto: 2347 - OBRA CONCLUÍDA

Unidade de medida: 735 - % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Finalidade da ação: garantir a implementação do paço municipal e da cidade judiciária

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira

Sul de Minas	1	4.000.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Facilitar o acesso do cidadão aos serviços prestados e possibilitar a realização do turismo de eventos.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1049/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Juiz de Fora

PROPONENTE: Jorge Douglas Alves Fasolato (Fundação Museu Mariano Procópio (Juiz de Fora)) / Rita de Cassia de Andrade Procópio (Assoc. Cultural de Apoio ao Museu Mariano Procópio - ACCAMP (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Incluir ação com os seguintes propósitos:

- 1) revitalização e preservação do acervo do Museu Mariano Procópio, localizado em Juiz de Fora,
- 2) Capacitação de profissionais que atuem junto ao Museu.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 9 - CIRCUITOS CULTURAIS DE MINAS GERAIS

AÇÃO: (...) - Revitalizar e requalificar o Museu Mariano Procópio - Juiz de Fora

Unidade: 1271 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Produto: 11091 - PRÉDIO CONSTRUÍDO, REFORMADO E AMPLIADO

Unidade de medida: 164 - PRÉDIO

Finalidade da ação: Restaurar, revitalizar e requalificar o Museu Mariano Procópio, situado em Juiz de Fora, reabrindo ao público o parque e os prédios históricos, vem como promover a capacitação de seus funcionários.

JUSTIFICAÇÃO: A Acamp - Associação de Amigos do Museu Mariano Procópio - representa a participação civil no resgate e manutenção de um dos mais significativos acervos museológicos do período imperial brasileiro, tombado pelo Iepha.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1050/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Rafael Silva Gontijo (Prefeitura Municipal de Montes Claros (Montes Claros))

PROPOSTA: Implantar a Cidade Digital em Montes Claros, com a interligação dos órgãos públicos municipais para tráfego de dados, voz e imagem digital.

ÁREA DE RESULTADO: 70 - Programas Especiais

PROGRAMA: 733 - PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - PADEM

AÇÃO: 1167 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	1	635.489,00	1	656.587,00
Norte de Minas	1	6.000.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Agilizar, melhorar e satisfazer a atividade meio para o fornecer melhores serviços ao cidadão.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1051/2009 (Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROponente: Luiz Andrei Gonçalves Pereira (Instituição não informada)

PROPOSTA: Solicitar do DER-MG que negocie com o DNIT a pavimentação da BR 135, sentido Itacarambi/MG - Cocos/BA.

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 216 - PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

AÇÃO: 4415 - OBRAS DE MELHORAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS EM PARCERIAS

JUSTIFICAÇÃO: Rodovia importante na conexão do Projeto jáiba com Brasília/DF e Salvador/BA.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1052/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROponente: Fernando Antônio Dias Andrade (Conselho Municipal de Assistência Social (Montes Claros)) / Benice Nery Maia (Prefeitura Municipal de Itapajipe (Itapajipe)) / Mariana de Resende Franco (Secretaria Municipal de Assistência Social (Caeté))

PROPOSTA: Alterar os atributos da ação 4234 da seguinte forma:

- 1) ampliar metas física e financeira totais da ação, de acordo com o previsto para 2010 na última revisão do PPAG, de forma a garantir a universalização desse serviço em todos os Municípios do Estado;
- 2) aumentar meta física e financeira, na região Norte de Minas, para, respectivamente, 38 e R\$ 2.215.653,33;
- 3) alterar a finalidade da ação, com vistas a incluir a expressão "mediante implantação e custeio dos Centros de Referência de Assistência Social -CRAS".

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 23 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

AÇÃO: 4234 - CO-FINANCIAMENTO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO BÁSICA

Finalidade da ação: COFINANCIAR OS MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DIRETA, mediante implantação e custeio dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS- OU INDIRETA (REDE SOCIOASSISTENCIAL) DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, OFERTANDO SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS (CONTINUADOS E EVENTUAIS) QUE GARANTAM A SOBREVIVÊNCIA, O ACOLHIMENTO, A CONVIVÊNCIA E A SOCIALIZAÇÃO DE PESSOAS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, POBREZA E FRAGILIDADE DE VÍNCULOS.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	2	119.280,00	2	119.280,00
Central	36	2.185.920,00	36	2.185.920,00
Centro Oeste	11	735.360,00	11	735.360,00
Estadual	65	4.850.000,00	128	8.757.680,00
Jequitinhonha / Mucuri	10	712.800,00	10	712.800,00

Mata	25	1.074.960,00	25	1.074.960,00
Noroeste de Minas	2	183.600,00	2	183.600,00
Norte de Minas	38	2.215.653,33	18	1.049.520,00
Rio Doce	14	844.800,00	14	844.800,00
Sul de Minas	19	696.480,00	19	696.480,00
Triângulo	8	572.880,00	8	572.880,00

JUSTIFICAÇÃO: O governo de Minas assinou termo de compromisso de universalização dos CRAS e, de acordo com os últimos dados obtidos na 8ª Conferência da Criança e do Adolescente, MG tem 38% de Municípios sem CRAS. Os Municípios Mineiros custeiam aluguéis para o funcionamento de tão importantes trabalhos executados pelos CRAS, por isso se faz necessário o co-financiamento também da manutenção desses equipamentos.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1053/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Felipe Teixeira Martins (Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes (Montes Claros)) / Luciano Marcos P. da Silva (Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - Insea (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação destinada à promoção da organização e capacitação, em âmbito regional, das entidades representativas e de apoio aos catadores de materiais recicláveis, em especial no Norte de Minas, por meio da criação de ação nova no Programa Estruturador 045-Resíduos Sólidos.

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 45 - RESÍDUOS SÓLIDOS

AÇÃO: (...) - Estímulo às organizações regionais de apoio aos catadores de materiais recicláveis.

Produto: 11092 - REGIONAL ATENDIDA

Unidade de medida: 297 - REGIONAL DE GOVERNO

Finalidade da ação: Estimular a articulação regional das entidades da sociedade civil que promovam a organização do trabalho de coleta e destinação de materiais recicláveis.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	10	500.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Dificuldade de transporte e capacitação, para participar das reuniões do fórum estadual Lixo e Cidadania. Com a nova ação, poderia ser facilitada a mobilização de recursos para a atuação conjunta em prol do aperfeiçoamento de mecanismos de coleta e destinação de materiais recicláveis. Continuidade das ações desenvolvidas em 2007, 2008 e 2009 que tem gerado maior capacitação dos empreendimentos sociais dos catadores e controle social das políticas públicas, estimulando a participação da sociedade e dos fóruns municipais de lixo e cidadania. Além disso, na região mais pobre do estado pouco se contribui na estruturação da integração de organizações de catadores, através do que elas se fortalecem.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1054/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Wenderson Luiz Barbosa Bicalho (Prefeitura Municipal de Montes Claros (Montes Claros))

PROPOSTA: Incluir ação para a construção de uma sede própria, com infraestrutura adequada e acessibilidade, para a Associação Artesanal e Social do Norte de Minas - Aasonorte.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 23 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

AÇÃO: (...) - Estruturação da sede da Aasonorte

Finalidade da ação: Construção de sede própria para a Associação Artesanal e Social do Norte de Minas - Aasonorte.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Norte de Minas	1	0,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: A Aasonorte precisa de condições para manter seus cursos de qualificação profissional e inclusão produtiva e ações de fomento à economia solidária, empreendedorismo e associativismo para pessoas em situação de risco e vulnerabilidade pessoal e social.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1055/2009 (Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Felipe Teixeira Martins (Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes (Montes Claros))

PROPOSTA: Estruturar a carreira do professor de ensino superior estadual mediante a realização de concurso público, reposição salarial, data base de negociação, incorporação de gratificações ao salário-base e alteração dos níveis de ingresso.

ÁREA DE RESULTADO: 70 - Programas Especiais

PROGRAMA: 701 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AÇÃO: 2417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS

JUSTIFICAÇÃO: Sanar as precárias condições de trabalho e estruturar da carreira docente e incorporação das gratificações.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1056/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Wenderson Luiz Barbosa Bicalho (Prefeitura Municipal de Montes Claros (Montes Claros)) / Averaldo Moreira Martins (Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa))

PROPOSTA: Por meio da inclusão da região Norte de Minas, com meta física e financeira, respectivamente, de 4 e R\$ 10 000 e da região Jequitinhonha/Mucuri, com meta física e financeira de, respectivamente, 1 e R\$ 10 000 pretende-se: 1) pavimentar o trecho de estrada, compreendido entre o trevo da Estrada da Produção e a BR que liga Montes Claros a Januária; 2) pavimentar a estrada que liga a comunidade de São Pedro das Garças à São João da Ponte; 3) construir a ponte do Rio Cana Brava; e 4) asfaltar o trecho Virgem da Lapa/ entroncamento José Gonçalves de Minas.

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 56 - POTENCIALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA LOGÍSTICA DA FRONTEIRA AGROINDUSTRIAL

AÇÃO: 1272 - PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS EM OUTRAS REGIÕES

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	0	0,00	0	0,00

Centro Oeste	4	2.000.000,00	2	18.025.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	10.000,00		0,00
Norte de Minas	4	10.000,00		0,00
Sul de Minas	0	0,00	2	11.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Essa proposta visa a desenvolver a região que é de grande extensão territorial, escoando a produção e facilitando o desenvolvimento econômico.

A construção da ponte é essencial para o escoamento da produção no Norte de Minas.

Asfaltamento do trecho: Virgem da Lapa entroncamento José Gonçalves de Minas. Esse trecho de estrada interliga as três microregiões do Jequitinhonha, ligando Minas ao Sul da Bahia, beneficiando mais de um milhão de pessoas.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1057/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Adelia Barbosa Antunes (Instituição não informada) / Adriana Martins Oliveira (Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha - AMEJE (Araçuaí)) / Adriana Pereira Santos (Instituição não informada) / Ana Rita Gil Barbosa (Departamento Municipal de Assistência Social (Itaobim)) / Antonio Henrique Filho (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Antonio Rodrigues de Oliveira (Assoc. Comunitária Prod. Rurais Felisburgo - Para Terra (Felisburgo)) / Antônio Rodrigues dos Santos (Câmara Municipal de Monte Formoso (Monte Formoso)) / Arcanjo Nunes dos Santos (Instituição não informada) / Breno Barbosa da Silva (Instituição não informada) / Carlos Magdo Moreira Coutinho (Câmara Municipal de Itinga (Itinga)) / Clarete Moreira Porto (Prefeitura Municipal de Itaobim (Itaobim)) / Claudino Quaresma dos Santos (Instituição não informada) / Clóvis Ribeiro Alves (Câmara Municipal de Itinga (Itinga)) / Dária Maria Martins Assis (Instituição não informada) / Domingos Nicanor Fernandes de Souza (Conselho Tutelar (Itaobim)) / Edvaldo Gomes Brito (Câmara Municipal de Monte Formoso (Monte Formoso)) / Elma Rodrigues dos Santos (Instituição não informada) / Emerson Barbosa Macedo (Câmara Municipal de Itacarambi (Itacarambi)) / Evina Teixeira da Cruz (Inst. Trab. Trabalhadoras Agricultura Vale do Jequitinhonha (Medina)) / Fabio Soares Pereira (Instituição não informada) / Francisco Dias Almeida (Instituição não informada) / Geraldo Ricardo Neri Pinto (Instituição não informada) / Gil Ramos Silva (Prefeitura Municipal de Carai (Carai)) / Gilson Antonio Sicupira (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Jackson Cesário Costa (Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (Virgem da Lapa)) / Joana Darc Oliveira Cunha (Instituição não informada) / José Edilson da Silva (Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural do Distrito Si (São João da Ponte)) / José Edivanio Rodrigues (Câmara Municipal de Jenipapo de Minas (Jenipapo de Minas)) / José Osvaldo Andrade de Oliveira (Câmara Municipal de Novo Oriente de Minas (Novo Oriente de Minas)) / Katiana Rodrigues Ramos (Instituição não informada) / Kleuber Carneiro Jaques (Prefeitura Municipal de Januária (Januária)) / Laurenly Alves Costa (Grupo Feminino Itaobiense - GRUFEMI (Itaobim)) / Lázaro Pereira Neves (Prefeitura Municipal de Berilo (Berilo)) / Luiz Guilherme Antunes Camara (Instituição não informada) / Maflávia A. L. Ferreira (Instituição não informada) / Manoel Medeiros Teodoro (Câmara Municipal de Novo Oriente de Minas (Novo Oriente de Minas)) / Marcio Pereira Silva (Associação dos Trabalhadores do Município de Medina (Medina)) / Marcos Luiz Silva (Instituição não informada) / Maria Aparecida Santos Queiroz (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim)) / Maria Aparecida Sicupira Barros (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Maria Helena Alves da Silva (Empr. Assist. Técnica e Exte. Rural do Est. de MG - EMATER (Belo Horizonte)) / Marlete Guimarães dos Santos (Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes (Ponto dos Volantes)) / Mauricelio Gomes Barbosa (Câmara Municipal de Monte Formoso (Monte Formoso)) / Michele Silva Pereira dos Santos (Instituição não informada) / Modestino Cirino Motta (Empr. Assist. Técnica e Exte. Rural do Est. de MG - EMATER (Belo Horizonte)) / Mozart Colares Godinho (Instituição não informada) / Pricila Batista Menezes (Instituição não informada) / Roberto Sidnei da Silva Coutinho (Prefeitura Municipal de Januária (Januária)) / Rosilene Vieira Silva (Conselho Comunitário dos Olhos D'água (Itaobim)) / Rubio de Andrade (Sec. Est. Extr. P/ Des. Vale Jequit., Mucuri e Norte-SEDVAN (Belo Horizonte)) / Sebastião Alves dos Santos (Instituição não informada) / Sergio Ricardo Lelis de Oliveira (Instituição não informada) / Tania Rodrigues Rosa (Instituição não informada) / Valderlene Pereira Souza (Instituição não informada) / Valmirene Batista Pereira Almeida (Instituição não informada) / Victor Neiva e Oliveira (Instituição não informada) / Wallace Fernando Dias (Promotoria Regional da Infância e Juventude (Teófilo Otôni)) / Willianvaldo Francisco Rosa (Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim))

PROPOSTA: Ampliar metas física e financeira totais da Ação 1104, semelhante ao executado em 2009, com distribuição para as regiões Central, Rio Doce e Estadual.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 23 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

AÇÃO: 1104 - PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE - PPCAAM

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira

Central	190	1.898.199,00		0,00
Estadual	70	699.336,47		0,00
Rio Doce	82	819.222,73		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Regionalizar a ação para atendimento aos adolescentes do interior, com a agilidade necessária aos casos de ameaça de morte.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1058/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Poços de Caldas

PROPONENTE: Tereza Cristina Leite Navarro (Instituição não informada)

PROPOSTA: Ampliar em 300 metros na pista do aeroporto de Poços de Caldas, com balizamento e iluminação.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 26 - MINAS AVANÇA

AÇÃO: 4141 - DESENVOLVIMENTO DO MODAL AEROVIÁRIO

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	0	0,00	2	3.065.000,00
Central	0	0,00	2	18.650.000,00
Centro Oeste	1	7.990.000,00	3	7.242.070,00
Jequitinhonha / Mucuri	0	0,00	4	5.509.400,00
Mata	0	0,00	3	3.541.100,00
Noroeste de Minas	0	0,00	2	6.257.000,00
Norte de Minas	1	7.700.000,00	3	6.144.800,00
Rio Doce	0	0,00	3	4.984.300,00
Sul de Minas	1	0,00	5	10.315.000,00
Triângulo	0	0,00	1	3.656.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Com a ampliação e melhoria na pista do aeroporto de Poços de Caldas, duas companhias, Air Minas e Trip, poderão trazer voos regulares para a região.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1059/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Felipe Teixeira Martins (Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes (Montes Claros))

PROPOSTA: Promover e estruturar planos de arborização urbana e reflorestamento ou recomposição da vegetação nativa, com vistas à contenção do processo de desertificação nas regiões do cerrado e do semi-árido mineiros.

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 59 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

AÇÃO: (...) - Plano de contenção do processo de desertificação do cerrado e do semi-árido.

Produto: 10406 - PLANO ELABORADO

Unidade de medida: 154 - PLANO

Finalidade da ação: Conter o processo de desertificação nas regiões do cerrado e do semi-árido, por meio da promoção de planos de arborização urbana e recomposição de vegetação nativa.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	1	200.000,00		0,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	200.000,00		0,00
Noroeste de Minas	1	200.000,00		0,00
Norte de Minas	1	200.000,00		0,00
Rio Doce	1	200.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Necessidade de minimizar o processo acelerado de desertificação das regiões do cerrado e do semi-árido em Minas Gerais.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1060/2009 (Alteração de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Albano Silveira Machado (Prefeitura Municipal de Berilo (Berilo))

PROPOSTA: Alterar a distribuição das metas físicas e financeiras de todas as ações do Programa Minas Sem Fome, considerando o número de agricultores familiares, o IDH dos municípios, o clima semi-árido e as características culturais dos beneficiários do programa. Maior clareza na distribuição das metas entre Jequitinhonha e Mucuri

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 28 - MINAS SEM FOME

Objetivo do programa: ESTIMULAR A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, AGREGAÇÃO DE VALOR E GERAÇÃO DE RENDA PELA VENDA DO EXCEDENTE, VISANDO A MELHORIA DE SUAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES, SOB A GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

JUSTIFICAÇÃO: Necessidade de atendimento universal a todos os agricultores familiares na região Jequitinhonha/Mucuri.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1061/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Edson Ferreira do Couto (Inst. de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de M.G. (Montes Claros))

PROPOSTA: Aumentar os recursos estaduais para aquisição e distribuição de leite pasteurizado.

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 165 - LEITE PELA VIDA

AÇÃO: 4199 - AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE LEITE PASTEURIZADO

JUSTIFICAÇÃO: São muitas as famílias que ainda se encontram em áreas de vulnerabilidade nutricional.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1062/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Iturama

PROPONENTE: Nilo Cláudio da Costa Pádua (Câmara Municipal de Iturama (Iturama))

PROPOSTA: Construir um batalhão da PMMG no Município de Iturama.

ÁREA DE RESULTADO: 70 - Programas Especiais

PROGRAMA: 727 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

AÇÃO: 1358 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	1	10.000,00	1	500.000,00
Triângulo	1	0,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: A proposta objetiva garantir a segurança no Município de Iturama, especialmente caso seja acatada a proposta de construção de uma Unidade Prisional no Município.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1063/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Juiz de Fora

PROPONENTE: André Luís Marques Marcato (Universidade Federal de Juiz de fora - UFJF - Reitoria (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Alterar metas financeiras de 2010 e 2011 e meta física de 2011 da Ação 1202, na regional da Mata, com o objetivo de instalar um Parque Tecnológico em Juiz de Fora.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 43 - REDE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

AÇÃO: 1202 - APOIO AOS PROJETOS DE CARÁTER ESTRUTURANTES DO SISTEMA DE CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	0	0,00	0	0,00
Central	1	0,00	0	0,00

Estadual	0	15.000,00	0	0,00
Mata	1	4.000.000,00	1	4.000.000,00
Norte de Minas	0	0,00	0	0,00
Sul de Minas	1	0,00	0	0,00
Triângulo	0	0,00	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Os estudos de viabilidade econômica já executados, e que foram apoiados pelo Estado, apontam para a necessidade de implantação do Parque Tecnológico de Juiz de Fora, que absorverá as empresas oriundas da incubadora, condomínio de empresas, Programa de Incentivo à Inovação - PII - , empresas âncora, etc.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1064/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Juiz de Fora

PROPONENTE: Vinicius Samôr de Lacerda (Câmara Municipal de Ubá (Ubá))

PROPOSTA: Ampliar metas física e financeira da Ação 4367, na região da Mata.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 28 - MINAS SEM FOME

AÇÃO: 4367 - CAPACITAÇÃO DE JOVENS RURAIS

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	40	9.400,00	0	0,00
Central	195	47.000,00	0	0,00
Centro Oeste	40	9.400,00	0	0,00
Estadual	0	0,00	1500	360.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	117	28.000,00	0	0,00
Mata	300	72.103,00	0	0,00
Noroeste de Minas	40	9.400,00	0	0,00
Norte de Minas	195	47.000,00	0	0,00
Rio Doce	117	28.000,00	0	0,00
Sul de Minas	195	47.000,00	0	0,00
Triângulo	78	18.800,00	0	0,00

--	--	--	--	--

JUSTIFICAÇÃO: A região tem vocação rural e a juventude abandona o campo em direção às cidades, o que, em geral, leva ao sub-emprego e ao aumento dos problemas sociais.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1065/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Paulo Henrique Campos Silva (Associação dos Músico do Coral Lírico de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Hécio Rodrigues Pereira (Associação dos Músico do Coral Lírico de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Lilian Sousa Assumpção (Associação dos Músico do Coral Lírico de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Júnia Costa Jaber Machado (Instituição não informada)

PROPOSTA: Complementar o quadro de cantores do Coral Lírico de Minas Gerais, por meio da contratação de músicos a fim de assegurar o desempenho de excelência desse corpo artístico

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 124 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

AÇÃO: (...) - Coral Lírico de Minas Gerais

Produto: 11276 - ÓRGÃO IMPLANTADO/ESTRUTURADO

Unidade de medida: 710 - ÓRGÃO

Finalidade da ação: Estruturar o Coral Lírico de Minas Gerais, dotando-o de cantores nos naipes necessários, a fim de assegurar o desempenho de excelência desse corpo artístico.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	55	0,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Assegurar uma forma de complementação do quadro atual - apenas 35 músicos, em um quadro total de 90 cargos - para a efetiva estruturação do Coral Lírico de Minas Gerais, para possibilitar seu funcionamento.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1066/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Juiz de Fora

PROPONENTE: Wanderson Castelar Gonçalves (Câmara Municipal de Juiz de Fora (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Incluir a região da Mata na Ação 1183, com metas físicas e financeiras proporcionais.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 34 - PREVENÇÃO SOCIAL DA CRIMINALIDADE

AÇÃO: 1183 - FICA VIVO - CONTROLE DE HOMICÍDIOS NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 24 ANOS

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	1350	485.596,00	1350	485.596,00
Central	10588	4.870.997,00	10588	4.870.997,00

Centro Oeste	550	295.373,00	550	295.373,00
Mata	2020	657.054,00		0,00
Rio Doce	992	469.468,00	992	469.468,00
Sul de Minas	2020	657.054,00	2020	657.054,00

JUSTIFICAÇÃO: Ampliar as ações de prevenção à criminalidade entre os jovens da região, com a implementação integral do programa Fica Vivo.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1067/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Juiz de Fora

PROPONENTE: Maria Goretti Simões (Instituição não informada)

PROPOSTA: Incluir ação destinada à criação de Bancos de Alimentos no Municípios.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 732 - SEGURANÇA ALIMENTAR

AÇÃO: (...) - Incentivo à criação de Bancos de Alimentos

Produto: Banco de Alimento implantado

Unidade de medida: Banco de Alimento

Finalidade da ação: Incentivar financeiramente os Municípios para a criação de Bancos de Alimentos.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	4	400.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Diminuir desperdícios com alimentos, garantir o acesso aos alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1068/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Juiz de Fora

PROPONENTE: André Luís Marques Marcato (Universidade Federal de Juiz de fora - UFJF - Reitoria (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Regionalizar a Ação para a Macroregião Mata - Juiz de Fora - acrescentando 1(um) Edital de meta física e R\$370.000,00 de meta financeira para apoio a incubadoras (R\$120.000,00) e para o Programa de Incentivo à Inovação - PII - (R\$250.000,00), em 2010 e em 2011.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 43 - REDE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

AÇÃO: 4083 - FOMENTO A ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS INOVADORES

Regionalização	2010	2011
----------------	------	------

	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	4	22.579.216,00	4	22.579.216,00
Mata	1	370.000,00	1	370.000,00

JUSTIFICAÇÃO: O objetivo é lançar 1(um) Edital por ano para o Programa PII para o Município de Juiz de Fora. Esta Ação irá alavancar os setores de pré-incubação, incubação e condomínio de empresas culminando na geração de empresas inovadoras sólidas para o Parque Tecnológico, sendo de fundamental importância para garantir a liderança do Estado de Minas Gerais no cenário de inovação nacional e mundial. Em paralelo, o aporte de R\$250.000,00 anuais para o Programa PII da UFJF irá garantir a geração de protótipos fomentando a criação de empresas e transferência de tecnologia.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1069/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Juiz de Fora

PROPONENTE: Eriane Suelen Souza Pimenta (Conselho Municipal de Saúde (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Prestar assistência integral à saúde do adolescente e implantar os centros de referência em saúde do adolescente.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 54 - VIVA VIDA

AÇÃO: (...) - Atenção à saúde do adolescente

Produto: 11110 - CENTRO DE REFERÊNCIA IMPLANTADO/MANTIDO

Unidade de medida: 44 - CENTRO

Finalidade da ação: Implantação da rede de atenção à saúde primária e secundária do adolescente e capacitação dos profissionais da rede.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Mata	4	4.000.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Assistir o adolescente é investir na redução da mortalidade e na diminuição da incidência da violência e das situações de vulnerabilidade.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1070/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Juiz de Fora

PROPONENTE: Claudinei dos Santos Lima (Frente Defesa Direitos Criança Adolescente da Zona da Mata (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Ampliar metas física e financeira da Ação 4269, com ampliação de metas na região Estadula e inclusão da região da Mata.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 34 - PREVENÇÃO SOCIAL DA CRIMINALIDADE

AÇÃO: 4269 - CONSTITUIÇÃO DE REDE DE SERVIÇOS E PROJETOS DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DE DROGA

Regionalização	2010	2011
----------------	------	------

	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	12	480.000,00	12	480.000,00
Mata	3	120.000,00	3	120.000,00

JUSTIFICAÇÃO: O número de instituições que atendem usuários de drogas na região da Mata é insuficiente e é alto o índice de crianças e adolescentes usuários de drogas na região.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1071/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Rosilda de Fátima dos Santos (Instituição não informada) / Eliana Cardoso de Oliveira (Instituição não informada)

PROPOSTA: Universalizar o acompanhamento social em todas as escolas estaduais situadas em regiões de maior vulnerabilidade social, de acordo com a Lei Estadual nº 16.683/2007

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

AÇÃO: (...) - Acompanhamento social dos alunos em situação de vulnerabilidade social

Unidade: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Produto: 0 - A DEFINIR

Unidade de medida: 0 - A DEFINIR

JUSTIFICAÇÃO: É no meio escolar que estão presentes os reflexos das questões sociais, e os educadores não estão preparados para enfrentar tais conflitos. A Ação 4069, conforme prevista, não atende as idades dos alunos no meio escolar.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1072/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Dalva Ferreira Batista Lima (Fórum de Desenvolvimento Mesorregional (Itaobim)) / Zenair Rodrigues Andrade (Núcleo Regional de Prevenção e Combate ao Câncer (Itaobim))

PROPOSTA: Incluir metas física e financeira na região Jequitinhonha/Mucuri, em 2010, na Ação 1367.

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 59 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

AÇÃO: 1367 - INFRA ESTRUTURA DE APOIO TECNOLÓGICO

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Jequitinhonha / Mucuri	1	580.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Não consta orçamento para o Jequitinhonha na proposta de revisão e essa região sofre com a seca e a pobreza

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1073/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Geralda Chaves Soares (Associação Indígena Pankaravu - AIPPA (Araçuaí))

PROPOSTA: Alterar a finalidade da Ação 1079 para priorizar as aldeias indígenas e as comunidades quilombolas.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 53 - VIDA NO VALE - COPANOR

AÇÃO: 1079 - IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA E ESGOTO

Finalidade da ação: MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO NOTADAMENTE EM SAÚDE, APRENDIZADO E TRABALHO, POR MEIO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA TRATADA E DA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO E DOTAR A COPANOR DE INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA À OPERAÇÃO E PRESTAÇÃO DESTES SERVIÇOS, dando prioridade para as aldeias indígenas e comunidades quilombolas.

JUSTIFICAÇÃO: Estas são comunidades com infraestrutura mais precária e com alto índice de doenças provocadas pela ingestão de água.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1074/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Leônidas Duarte Costa (Câmara Municipal de Comercinho (Comercinho)) / Manoel Rodrigues de Oliveira (Instituição não informada) / Sinvaldo Santos Jurado (Câmara Municipal de Comercinho (Comercinho))

PROPOSTA: Alterar a finalidade da Ação 1101, acrescentando a disponibilização de caminhões pipa, principalmente nos Municípios de Comercinho e região, bem como Carneirinho.

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 59 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

AÇÃO: 1101 - APOIO AS AÇÕES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS COMUNIDADES

Finalidade da ação: AUXILIAR MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA SECA COM AÇÕES PREVENTIVAS, DE SOCORRO E ASSISTENCIAIS, inclusive com disponibilização de caminhões pipa.

JUSTIFICAÇÃO: Necessidade de carros pipa para levar água para comunidades no Município de Comercinho, Carneirinho e região.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1075/2009 (Inclusão de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Juiz de Fora

PROPONENTE: Cláudio Luis Dias Amaral (Comite Bacia Hidrog. Afluent, Mineiros Rios Pomba e Muriaé (Cataguases))

PROPOSTA: Elaborar projetos de revitalização e despoluição dos rios da Bacia Hidrográfica dos Rios Pomba e Muriaé e disponibilizar recursos para sua execução pelos Municípios e Estado, com a criação de um programa à semelhança da Meta 2010 - Rio das Velhas.

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: (...) - Revitalização e despoluição dos afluentes mineiros da Bacia Hidrográfica dos Rios Pomba e Muriaé

Tipo de programa: 1 - Finalístico

Área de resultado: 9 - Qualidade Ambiental

Unidade responsável: 1371 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Objetivo do programa: Revitalizar e despoluir o trecho mineiro da Bacia Hidrográfica dos Rios Pombas e Muriaé

JUSTIFICAÇÃO: O Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Pomba-Muriaé está em fase avançada de implantação e cobrança pelo uso da água. Atualmente, o Comitê patrocina o cadastramento dos usuários das águas dos rios. Por isso, considera estar preparado para uma intervenção de maior magnitude nos moldes da Meta 2010 de despoluição e revitalização do Rio das Velhas.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1076/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Marco Aurélio Gonçalves Martins (Departamento de Meio Ambiente (Carai))

PROPOSTA: Ampliar a meta física da Ação 1061 na região Jequitinhonha / Mucuri, em 2010.

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 10 - CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

AÇÃO: 1061 - BOLSA VERDE - FHDRO

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	2	0,00	0	0,00
Estadual	44	7.172.461,00	70	7.200.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	20	0,00	0	0,00
Sul de Minas	21	0,00	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: A nossa região a cada dia vem sofrendo com a falta de água. Precisamos investir no começo dos problemas com urgência (causa fundamental - degradação ambiental).

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1077/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Marlio Geraldo Costa (Prefeitura Municipal de Jenipapo de Minas (Jenipapo de Minas))

PROPOSTA: Ampliar a meta física da Ação 1375 na região Jequitinhonha / Mucuri, em 2010, para viabilizar a construção de 55 reservatórios comunitários de contenção de água nos Municípios do Médio Jequitinhonha, filiados à Amese.

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 59 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

AÇÃO: 1375 - CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	25	600.500,00	0	0,00
Estadual	0	0,00	0	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	55	1.500.000,00	100	2.100.000,00
Norte de Minas	75	1.801.500,00	100	2.100.000,00

JUSTIFICAÇÃO: O Médio Jequitinhonha é o que apresenta o quadro de estiagem mais agudo no contexto do Vale.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1078/2009 (Alteração de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Iturama

PROPONENTE: Hortencia Karin de Toledo (Escola Municipal Diretora Maria Sarah (Iturama))

PROPOSTA: Garantir a valorização dos educadores no âmbito do programa Escola em tempo integral

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 19 - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Objetivo do programa: AUMENTAR O APRENDIZADO DOS ALUNOS POR MEIO DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO DIÁRIO DE PERMANÊNCIA NA ESCOLA, COM PRIORIDADE PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL E COM A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NO ACOMPANHAMENTO DE SEUS RESULTADOS E A VALORIZAÇÃO DO EDUCADOR.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1079/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Juiz de Fora

PROPONENTE: Cláudio Luis Dias Amaral (Comite Bacia Hidrog. Afluent, Mineiros Rios Pomba e Muriaé (Cataguases))

PROPOSTA: Implantar escola agrotécnica no Município de Dona Euzébia.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 240 - ATENDIMENTO AO ENSINO PROFISSIONAL

AÇÃO: (...) - Implantação de escola agrotécnica no Município de Dona Euzébia

Unidade: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Produto: Escola agrotécnica implantada

Unidade de medida: 556 - ESCOLA DE ENSINO MÉDIO

Finalidade da ação: Implantar escola agrícola no Município de Dona Euzébia.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Mata	1	0,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: O Município de Dona Euzébia tem uma localização privilegiada no Estado, com média de 350km de distância das quatro maiores capitais do País, tem fácil acesso por rodovia, tecnologia de produção de mudas de plantas ornamentais, árvores frutíferas e florestais, sendo o maior produtor de mudas do Estado e o segundo do País.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1080/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Poços de Caldas

PROPONENTE: Diomar Mariotti Filho (Câmara Municipal de Monte Santo de Minas (Monte Santo de Minas))

PROPOSTA: Ampliar meta física da Ação 4015, na região Sul de Minas, com vistas a estruturar o turismo e a divulgar a potencialidade turística do sudoeste do Estado, com 16 Municípios.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 16 - DESTINOS TURÍSTICOS ESTRATÉGICOS

AÇÃO: 4015 - ESTRUTURAÇÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS

Regionalização	2010	2011
----------------	------	------

	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	0	0,00	0	0,00
Central	0	0,00	3	1.500.000,00
Estadual	0	0,00	0	0,00
Rio Doce	0	0,00	0	0,00
Sul de Minas	2	1.300.000,00	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Temos muitos tipos de riquezas em nossa região (fazemos parte do Circuito Montanhas Cafeeiras de Minas), com cachoeiras, patrimônio histórico e tradições culturais, além de potencial para a prática de esportes radicais.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1081/2009 (Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Marco Aurélio Gonçalves Martins (Departamento de Meio Ambiente (Carai))

PROPOSTA: Especificar o asfaltamento do trecho Carai a Araçuaí, na região Jequitinhonha/Mucuri.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 35 - PRO-ACESSO

AÇÃO: 1306 - MELHORIA DA ACESSIBILIDADE DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE

JUSTIFICAÇÃO: Com o asfaltamento de Canai a Araçuaí o usuário economisaria cerca de 100km em relação ao trânsito pela BR 116

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1082/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Dalva Ferreira Batista Lima (Fórum de Desenvolvimento Mesorregional (Itaobim)) / Zenair Rodrigues Andrade (Núcleo Regional de Prevenção e Combate ao Câncer (Itaobim))

PROPOSTA: Acrescentar a região Jequitinhonha/Mucuri na regionalização da Ação 1068.

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 45 - RESÍDUOS SÓLIDOS

AÇÃO: 1068 - APOIO A IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE DISPOSICAO FINAL ADEQUADA - MINAS SEM LIXOES

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	55	5.039.148,00	60	5.000.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	10	0,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: As metas estão centralizadas. O lixo é uma questão de vida degradada tanto para o homem quanto para o meio ambiente, mas pode trazer geração de renda.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1083/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Jovaldo Batista Martins (Câmara Municipal de Medina (Medina))

PROPOSTA: Acrescentar a região Jequitinhonha/Mucuri na regionalização da Ação 1081, com metas física e financeira, para a construção de uma unidade prisional na região, com a sugestão de implantação do sistema APAC.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 20 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

AÇÃO: 1081 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA PRISIONAL (SETOP)

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	300	0,00	0	0,00
Centro Oeste	300	7.934.000,00	0	0,00
Estadual	0	45.000.000,00	900	50.000.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	1.000.000,00		0,00
Norte de Minas	0	3.978.000,00	0	0,00
Triângulo	300	0,00	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Alto índice de criminalidade e reincidência, além de tráfico e uso de drogas. (APAC)

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1084/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Wesley Wallace Rodrigues (Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes (Montes Claros))

PROPOSTA: Inclusão de ação destinada à assistência estudantil, com vistas a assegurar moradia, alimentação e ampliação do acervo da biblioteca, no âmbito do Programa Ensino Superior da Unimontes.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 129 - ENSINO SUPERIOR DA UNIMONTES

AÇÃO: (...) - Assistência Estudantil para alunos da Unimontes

Produto: 10385 - ALUNO BENEFICIADO

Unidade de medida: 11 - ALUNO

Finalidade da ação: Garantir a permanência dos alunos da Unimontes até a conclusão do curso.

Regionalização	2010	2011
----------------	------	------

	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Norte de Minas	1000	1.000.000,00	1000	1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Necessidade de desenvolver ações para a permanência dos acadêmicos na Unimontes, de modo a conter a evasão dos alunos e garantir as condições para a frequência e conclusão da graduação.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1085/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Iturama

PROPONENTE: Elizabeth Barbosa de Assis (Prefeitura Municipal de Itapajipe (Itapajipe))

PROPOSTA: Incluir ação destinada ao apoio aos Municípios para a ampliação, reforma e construção de prédios escolares.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 19 - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

AÇÃO: (...) - Construção, ampliação e reforma de escolas da rede municipal

Unidade: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO: Após a municipalização, automaticamente as escolas da rede municipal ficaram sobre a responsabilidade dos municípios, sendo que os mesmos não têm recursos financeiros suficientes para ampliar, reformar e até mesmo construir escolar com infraestrutura adequada para oferecer educação que qualidade, conforme é proposto pela LDB e demais leis. É necessário que seja repensado este programa com vistas a incluir a rede municipal com a mesma dimensão da rede estadual.

Por que existem leis com prioridades de atendimento? Nossos alunos também precisam de escolas bem estruturadas, quadra de esportes, enfim, são gente mineira, gente brasileira, que quer fazer a diferença.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1086/2009 (Inclusão de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Pedro Paulo Vieira de Macedo (Câmara Municipal de Itaobim (Itaobim)) / Letícia Moreira da Silva (Escola Estadual Chaves Ribeiro (Itaobim)) / Ewerson Alves Chaves (Instituição não informada)

PROPOSTA: Incluir programa na área de resultados Protagonismo Juvenil, destinado ao financiamento de material esportivo, deslocamento, hospedagem e alimentação esportiva para delegações de Municípios de baixo IDH em todas as competições do Jemg e Jimi.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: (...) - Valorização do Jemg e Jimi

Tipo de programa: 2 - Apoio a Políticas Públicas e Áreas Específicas

Área de resultado: 2 - Protagonismo Juvenil

Unidade responsável: 1531 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E DA JUVENTUDE - SEEJ

Objetivo do programa: Financiamento de material esportivo, deslocamento, hospedagem, alimentação esportiva para delegações de Municípios de baixo IDH em todas as competições do Jemg e Jimi.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1087/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Pedro Paulo Vieira de Macedo (Câmara Municipal de Itaobim (Itaobim)) / Letícia Moreira da Silva (Escola Estadual Chaves Ribeiro (Itaobim)) / Ewerson Alves Chaves (Instituição não informada)

PROPOSTA: Incluir ação destinada à implantação de telecentros na região Jequitinhonha/Mucuri.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 42 - REDE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ORIENTADA PELO MERCADO

AÇÃO: (...) - IMPLANTAÇÃO DE NOVAS UNIDADES (TELECENTROS) DA REDE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Unidade: 1221 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Produto: 10249 - TELECENTRO IMPLANTADO

Unidade de medida: 588 - TELECENTRO

Finalidade da ação: PRESTAR ATENDIMENTO AO CIDADÃO COM DISPONIBILIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA INCLUSÃO DIGITAL, COM RECURSOS ESPECÍFICOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CAPACITAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E INFORMAÇÕES GOVERNAMENTAIS.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Jequitinhonha / Mucuri	2	140.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Tendo em vista a demanda do Vale do Jequitinhonha/Mucuri ser muito grande, pedimos a inclusão de mais unidades de Telecentro em nossa região.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1088/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Juiz de Fora

PROPONENTE: João Batista de Almeida (Fórum População de Rua de Juiz de Fora (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Alterar as metas física e financeira da Ação 1072, nos anos 2010 e 2011, para, respectivamente, 20 e R\$2.500.000,00

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 45 - RESÍDUOS SÓLIDOS

AÇÃO: 1072 - IMPLANTACAO DA COLETA SELETIVA, REAPROVEITAMENTO E RECICLAGEM

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	20	2.500.000,00	20	2.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO: O aumento da meta física e financeira irá repercutir positivamente na geração de emprego e renda, tirando pessoas de situação de risco social e melhorando o meio ambiente.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1089/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Juiz de Fora

PROPONENTE: Virgílio Furtado da Costa (Assoc. dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraibuna (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Garantir espaço físico para a representação da sociedade civil/moradores nas futuras unidades conjuntas das Polícias Civil e Militar.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 21 - GESTÃO INTEGRADA DE AÇÕES E INFORMAÇÕES DE DEFESA SOCIAL

AÇÃO: 4274 - APOIO LOGÍSTICO ÀS AÇÕES INTEGRADAS

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1090/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Juiz de Fora

PROPONENTE: Jorge Gonçalves Ramos (Conselho Municipal de Saúde (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Incluir a região Mata na Ação 1329, com metas física e financeira, para construir nova sede do Instituto Médico Legal em Juiz de Fora.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 189 - PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, EXERCÍCIO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

AÇÃO: 1329 - CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO FÍSICA DE GRANDE PORTE DE UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	1	10.000,00	0	0,00
Mata	1	2.500.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: As instalações do atual IML de Juiz de Fora são muito precárias, o que impede o atendimento adequado às necessidades da região. É necessário construir um novo IML.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1091/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Juiz de Fora

PROPONENTE: Jorge Gonçalves Ramos (Conselho Municipal de Saúde (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Alterar a finalidade da ação, com a inclusão de referência ao fortalecimento dos serviços de verificação de óbito do Estado.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 707 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

AÇÃO: 4387 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL

Finalidade da ação: DIRECIONAR AÇÕES PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS TRANSMISSÍVEIS E NÃO TRANSMISSÍVEIS, ACOMPANHANDO E ANALISANDO OS DADOS E INFORMAÇÕES, RECOMENDANDO E PROMOVENDO AS MEDIDAS DE CONTROLE APROPRIADAS, AVALIANDO A EFICÁCIA E EFETIVIDADE DESTAS MEDIDAS, DIVULGANDO AS INFORMAÇÕES E FORNECENDO SEMPRE ORIENTAÇÃO TÉCNICA AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE RESPONSÁVEIS POR ESTAS AÇÕES, bem como fortalecer os serviços de verificação de óbito do Estado.

JUSTIFICAÇÃO: Necessidade de implantação do serviço de verificação de óbito na região da Mata.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1092/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Wenderson Luiz Barbosa Bicalho (Prefeitura Municipal de Montes Claros (Montes Claros))

PROPOSTA: Criar centro de capacitação para a produção de oleaginosas, bem como extração, plantio e organização, no Município de Montes Claros ou microrregião.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 3 - ARRANJOS PRODUTIVOS EM BIOTECNOLOGIA, BIOCOMBUSTÍVEIS, ELETROELETRÔNICOS E SOFTWARES

AÇÃO: (...) - Criação de centro de capacitação para a produção de oleaginosas

Unidade: 1221 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Produto: 10560 - CENTRO DE EXCELÊNCIA IMPLANTADO

Unidade de medida: 44 - CENTRO

Finalidade da ação: Criar centro de capacitação para a produção de oleaginosas, bem como extração, plantio e organização.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Norte de Minas	1	0,00	1	0,00

JUSTIFICAÇÃO: A necessidade de busca de matéria prima para abastecer a usina da Petrobrás instalada no Município de Montes Claros.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1093/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Marcos Luiz Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA: Incluir ação destinada à capacitação de diretores de escola e de professores em história afro-brasileira e dos quilombos, com vistas à inclusão dessa temática no conteúdo didático (Lei 10.639).

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 14 - DESEMPENHO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES

AÇÃO: (...) - Qualificação de professores - história afro-brasileira e quilombos (Lei 10639)

Unidade: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Produto: 10499 - PROFESSOR CAPACITADO

Unidade de medida: 170 - PROFESSOR

Finalidade da ação: Capacitar diretores escolares e professores para inclusão da história afro-brasileira e dos quilombos no conteúdo didático (Lei 10639)

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	1000	100.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: A ação se justifica por possibilitar o aprofundamento no assunto com mais esclarecimentos, levando esses profissionais a dar aulas sabendo do que estão falando.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1094/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Wenderson Luiz Barbosa Bicalho (Prefeitura Municipal de Montes Claros (Montes Claros))

PROPOSTA: Implantar infraestrutura para abastecimento de água em todas as comunidades rurais e garantir sua manutenção sistemática.

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 59 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

AÇÃO: 1101 - APOIO AS AÇÕES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS COMUNIDADES

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Norte de Minas	1	0,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Diante dos problemas climáticos é necessário garantir o fornecimento de água ao homem do campo.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1095/2009 (Alteração de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar o objetivo do programa para priorizar as regiões do Estado com menor IDH.

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: (...) - ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA REGIÃO DO NORTE DE MINAS, JEQUITINHONHA, MUCURI E RIO DOCE

Objetivo do programa: AUMENTAR A PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E REDUZIR, em dois anos, A TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE priorizando AS REGIÕES do Estado de Minas Gerais com menor IDH.

JUSTIFICAÇÃO: Promover uma oportunidade de aumetar a proficiência média dos alunos do ensino fundamental de todas as regiões mineiras de baixo IDH e não apenas de uma região.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1096/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Aparecida Maria Martins Pereira (Instituição não informada)

PROPOSTA: Estender o projeto "Valores de Minas" para o interior do Estado.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 58 - CENTRO DA JUVENTUDE DE MINAS GERAIS - PLUG MINAS

AÇÃO: 1213 - FORMAÇÃO DE JOVENS NAS ÁREAS DE ARTES E CULTURA DIGITAL

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	1998	1.200.000,00	7090	4.800.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	1996	900.000,00	0	0,00
Norte de Minas	1996	900.000,00	0	0,00

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1097/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar a finalidade da Ação 1224, substituindo o termo "progressivamete" por "dois anos", e "das regiões Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce" por "priorizando as regiões do Estado de Minas Gerais com menor IDH".

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: (...) - ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA REGIÃO DO NORTE DE MINAS, JEQUITINHONHA, MUCURI E RIO DOCE

AÇÃO: 1224 - IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Finalidade da ação: AUMENTAR A PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E REDUZIR, em dois anos, A TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE, priorizando AS REGIÕES do Estado de Minas Gerais com menor IDH.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	3940	0,00	3379	0,00
Estadual	0	2.000.000,00	0	1.714.286,00
Jequitinhonha / Mucuri	12297	0,00	10522	0,00
Mata	23	0,00	20	0,00
Noroeste de Minas	1623	0,00	1393	0,00
Norte de Minas	10564	0,00	9056	0,00
Rio Doce	6553	0,00	5630	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Universalizar a Ação 1224 para todas as regiões com baixo IDH do Estado de Minas Gerais.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1098/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Mezaque Silva de Jesus (Instituição não informada)

PROPOSTA: Incluir ação destinada a capacitar e a apoiar a produção de alimentos em comunidades indígenas e quilombolas

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 28 - MINAS SEM FOME

AÇÃO: (...) - Apoio à produção de alimentos e à capacitação em comunidades indígenas e quilombolas

Unidade: 3041 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produto: comunidade beneficiada

Unidade de medida: 49 - COMUNIDADE

Finalidade da ação: Incentivar e dar suporte à produção de alimentos básicos e à formação de pomares e hortas.

Regionalização	2010	2011

	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	30	0,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Apesar das comunidades indígenas e quilombolas integrarem a Agricultura Familiar, verifica-se que as mesmas não conseguem inserir-se adequadamente no programa em questão. Torna-se, portanto, necessário criar ação específica para essas comunidades.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1099/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Sandra Maria da Silva (Federação das Comunidades Quilombolas de MG - N'golo (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Restaurar a ação 4039, excluída no projeto de revisão do PPAG, exercício 2010.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 144 - DESENVOLVIMENTO DA REFORMA AGRÁRIA

AÇÃO: (...) - Apoio à regularização fundiária de áreas ocupadas por comunidades indígenas e quilombolas

Unidade: 2411 - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produto: 10383 - FAMÍLIA ATENDIDA

Unidade de medida: 92 - FAMÍLIA

Finalidade da ação: apoiar a execução de atividades técnicas de identificação, discriminação e regularização das áreas ocupadas por comunidades quilombolas e indígenas.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	500	100.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Em Minas Gerais encontram-se 10 comunidades indígenas e 465 comunidades quilombolas. O processo de regularização fundiária ainda não foi concluído, portanto, há que se restaurar a ação.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1100/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação destinada a mapear a demanda de qualificação profissional da população residente em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, segundo a oferta de trabalho local.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 18 - ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

AÇÃO: (...) - Diagnóstico do perfil de demanda de qualificação

Produto: Demanda mapeada

Unidade de medida: 207 - UNIDADE

Finalidade da ação: Mapear a demanda de qualificação profissional da população residente em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, segundo a oferta de trabalho local.

JUSTIFICAÇÃO: Garantir uma qualificação profissional dos alunos e regiões com baixo IDH, de acordo com a economia local, para inserí-los no mercado de trabalho da região em que residem.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1101/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Jair Marques da Silva Júnior (Sind. dos Oficiais de registro Civil do estado de Minas gera (Belo Horizonte)) / Sandra Maria da Silva (Federação das Comunidades Quilombolas de MG - N'golo (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Restaurar a ação 4075 - Mobilização pelo registro civil -, excluída no projeto de Revisão do PPAG 2008-20011, exercício 2010.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

AÇÃO: (...) - Mobilização pelo registro civil

Unidade: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Produto: Documentos emitidos

Unidade de medida: Documentos

Finalidade da ação: Desenvolver ações que visem à obtenção de certidões de registro civil e documentação civil básica, fundamentalmente para a população em situação de pobreza ou componente de comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	1780	178.000,00	1780	178.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A ação é de extrema importância, sendo que através dela realizamos um projeto em 16 campanhas, onde 2.315 documentos foram emitidos em 39 comunidades quilombolas e 8 aldeias indígenas.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1102/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Paulo Cesar de Paula (Movimento Nacional da População de Rua (Belo Horizonte)) / Sandra Maria da Silva (Federação das Comunidades Quilombolas de MG - N'golo (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Inserir as regiões Central e Rio Doce e aumentar a meta financeira da ação 1302 - Construção, Reforma e Melhorias em Unidades Habitacionais -, para R\$ 3.000.000, nestas regiões, com vistas a atender as comunidades indígenas e quilombolas do Estado, em especial nas regiões Central e Rio Doce.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 25 - LARES GERAES

AÇÃO: 1302 - CONSTRUÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS EM UNIDADES HABITACIONAIS

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central		3.000.000,00		0,00
Estadual	1	10.000,00	1	10.000,00

Rio Doce		3.000.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: O enorme crescimento das vilas e favelas, o déficit habitacional e o desejo das famílias de se manterem nos bairros e regiões onde possuem vínculos justificam a ampliação dos investimentos nessa ação.

As comunidades indígenas e quilombolas do Estado encontram-se em situação de extrema pobreza, vivendo em casas de taipa e sapê, ou abobe (barro), sem instalações sanitárias adequadas. A falta de condições sanitárias e as características das casas expõe as comunidades a risco de doenças, como à doença de chagas, uma vez que há grande incidência do barbeiro nesses ambientes.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1103/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Anita Gomes dos Santos (Movimento Nacional da População de Rua (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação destinada à realização de Seminários Regionais e Estadual da População em Situação de Rua

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 23 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

AÇÃO: (...) - Realização de Seminários Regionais e Estadual da População em Situação de Rua

Produto: 259 - SEMINÁRIO REALIZADO

Unidade de medida: 89 -

EVENTO

Finalidade da ação: Publicizar a pesquisa e elaborar, de forma participativa, a política da População em Situação de Rua

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	1	49.000,00		0,00
Central	1	49.000,00		0,00
Centro Oeste	1	49.000,00		0,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	49.000,00		0,00
Mata	1	49.000,00		0,00
Noroeste de Minas	1	49.000,00		0,00
Norte de Minas	1	49.000,00		0,00
Rio Doce	1	49.000,00		0,00

Sul de Minas	1	49.000,00		0,00
Triângulo	1	49.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Continuidade do diagnóstico da População de Rua realizado em 2009, por meio de sugestão popular, garantindo retorno da informação para a população envolvida, entidades e trabalhadores socioassistenciais, e sua participação na elaboração de políticas de apoio e superação à situação de rua.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1104/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Hilma Inês Alves (SEDESE - Coord. Especial Políticas Públicas Mulheres - CEPAM (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar metas física e financeira da Ação 2112 - Promoção dos Direitos da Mulher -, garantindo a destinação, em 2010, de:

- 1) R\$69.900,00 por região de planejamento, para financiar a capacitação profissional de mulheres na área da construção civil, com 60 pessoas atendidas por região;
- 2) R\$54.887,00 por região de planejamento, para financiar serviço itinerante de atenção à saúde da mulher, com 2.170 pessoas atendidas por região;
- 3) R\$540.000,00 para a região Estadual, com vistas a financiar a capacitação profissional de 1.200 mulheres; e
- 4) R\$250.000,00, também na região Estadual, para financiar a aquisição de equipamentos para a implantação de um espaço de socialização de mulheres, com meta física de 1.000 pessoas atendidas.

A ampliação de metas física e financeira pretendida é de, respectivamente, 20.500 e R\$1.963.900,00.

OBS.: proposta gerada a partir de aglutinação de 4 propostas distintas, de mesma autoria, que incidem sobre a mesma ação.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

AÇÃO: 2112 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER

JUSTIFICAÇÃO: 1) A proposta de capacitação surge da articulação entre a Coordenadoria Especial de Políticas para mulheres e o SINDUSCON - MG, com o objetivo de responder à demanda das empresas por contratação de mão de obra qualificada para trabalhos de acabamento na construção civil.

2) Os dados disponíveis sobre a saúde da mulher no estado indicam a necessidade de investimentos no acesso a serviços de prevenção do cancer de mama e de útero, ultrasonografias etc.

3) Um dos maiores desafios das políticas de inclusão social é quebrar o ciclo da pobreza, promovendo um processo permanente de ampliação da capacidade das mulheres.

4) Investir na construção e aquisição de equipamentos para um espaço de socialização e profissionalização de mulheres, promove o crescimento e a profissionalização de atividades, melhora a produtividade e a renda, além de garantir a fixação dessas mulheres em seus municípios de origem.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1105/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Flávio Dias de Souza (Clã Delfos (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliar metas física e financeira da ação, com vistas à estruturação e construção de centros de atletismo, em especial para a adequação dos espaços destinados a saltos horizontais, em 10 regiões do Estado de Minas Gerais

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 27 - MINAS OLÍMPICA

AÇÃO: 1214 - AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS E DE ATIVIDADES FÍSICAS

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	6	682.300,00	0	0,00
Central	38	33.280.658,00	0	0,00
Centro Oeste	22	1.968.000,00	0	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	9	820.425,00	0	0,00
Mata	16	1.485.267,00	0	0,00
Noroeste de Minas	5	207.475,00	0	0,00
Norte de Minas	16	2.517.250,00	0	0,00
Rio Doce	7	747.950,00	0	0,00
Sul de Minas	33	3.932.750,00	0	0,00
Triângulo	11	4.594.000,00	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Integrar e desenvolver o atletismo em Minas Gerais, com a readequação de pistas já existentes e a construção de novas pistas.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1106/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Hilma Inês Alves (SEDESE - Coord. Especial Políticas Públicas Mulheres - CEPAM (Belo Horizonte)) / Shirley Costa de Almeida Amaral (Conselho de Segurança Preventiva (Pará de Minas))

PROPOSTA: Incluir a região Central, na ação 4124 - enfrentamento a todas as formas de violência-, com meta física e financeira, respectivamente, de 1120 e R\$ 350 000, para contribuir para o rompimento do ciclo de violência contra a mulher, crianças, adolescentes e idosos, com especial atenção ao Município de Pará de Minas, possibilitando um acolhimento humanizado às famílias em situação de violência, por meio da oferta de serviços de atendimento psicossocial, acolhimento, orientação, encaminhamento, monitoramento de casos e acompanhamento individual, grupos terapêuticos e reflexivos aos agressores.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

AÇÃO: 4124 - ENFRENTAMENTO A TODAS AS FORMAS DE VIOLENCIA CONTRA MULHERES

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	1120	100.000,00		0,00
Estadual	7000	350.000,00	7000	350.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Desde 2006 as mulheres vítimas de violência doméstica encontram proteção legal. entre as iniações incorporadas na legislação, está a possibilidade de o juiz determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação, portanto, é de fundamental importância que o Estado possibilite o cumprimento dessa determinação legal, por meio da criação de programas e

serviços destinados ao agressor.

A Lei Federal nº 11.340, de 2006, - Lei Maria da Penha - prevê o atendimento multidisciplinar às mulheres em situação de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Visa a criação de mecanismos definidos de detecção, orientação e encaminhamento das pessoas em situação de violência, bem como oferecer aos agressores programas de recuperação e de reeducação.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1107/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Welington de Souza (Federação Mineira de Ciclismo - FMC (Belo Horizonte)) / Flávio Dias de Souza (Clã Delfos (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliar meta física para 38 e meta financeira para R\$ 35.000,00, na região Central, mantendo-se as metas das demais regiões, com vistas à estruturação dos espaços reservados à prática do ciclismo no Parque Fernão Dias, em Contagem.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 27 - MINAS OLÍMPICA

AÇÃO: 1214 - AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS E DE ATIVIDADES FÍSICAS

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	5	612.300,00	0	0,00
Central	38	35.000.000,00	0	0,00
Centro Oeste	21	1.898.000,00	0	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	8	750.425,00	0	0,00
Mata	15	1.415.266,66	0	0,00
Noroeste de Minas	4	137.475,00	0	0,00
Norte de Minas	15	2.447.250,00	0	0,00
Rio Doce	6	677.950,00	0	0,00
Sul de Minas	32	3.862.749,99	0	0,00
Triângulo	10	4.524.000,00	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Estímulo à prática do ciclismo e geração de novos atletas, com o aperfeiçoamento dos atletas de rendimento, uma vez que o ciclismo está incluso como esporte olímpico.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1108/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria da Consolação Faria (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Divinópolis))

PROPOSTA: Alterar a regionalização prevista, incluindo a Região Centro Oeste, em 2010.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 33 - POUPANÇA JOVEM

AÇÃO: 1050 - IMPLANTAÇÃO DA POUPANÇA JOVEM

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	17895	17.895.000,00	19316	19.316.000,00
Centro Oeste	1000	1.000.000,00		0,00
Jequitinhonha / Mucuri	1190	1.190.000,00	3618	3.618.000,00
Mata	3634	3.634.000,00	11056	11.056.000,00
Norte de Minas	3545	3.545.000,00	10779	10.779.000,00
Rio Doce	8236	8.236.000,00	9167	9.167.000,00

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1109/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey (Instituição não informada) / Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte)) / Maria da Consolação Faria (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Divinópolis))

PROPOSTA: Ampliar meta financeira da ação em R\$720.000,00, com vistas a garantir recursos para a expansão do Projeto Reciclando Oportunidades, destinado a crianças e adolescentes dos Municípios da Bacia do São Francisco.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 23 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

AÇÃO: 4272 - CO-FINANCIAMENTO PARA MUNICÍPIOS EM SERVIÇOS NO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ESPECIAL COM TRAJETÓRIA DE RUA E TRABALHO INFANTIL

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	42	3.610.320,00	42	3.610.320,00
Centro Oeste	1	57.360,00	1	57.360,00
Estadual	20	6.275.860,00	20	6.275.860,00
Jequitinhonha / Mucuri	4	332.400,00	4	332.400,00
Mata	1	96.000,00	1	96.000,00
Norte de Minas	4	336.300,00	4	336.300,00

Rio Doce	4	398.640,00	4	398.640,00
Sul de Minas	1	48.000,00	1	48.000,00
Triângulo	2	111.120,00	2	111.120,00

JUSTIFICAÇÃO: Fortalecer e expandir o Projeto Reciclando Oportunidades para crianças e adolescentes dos municípios da Bacia do São Francisco, como forma de evitar o trabalho infantil nos lixões e outras formas de trabalho, e fomentar a inclusão produtiva das famílias.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1110/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Iturama

PROPONENTE: Nilo Cláudio da Costa Pádua (Câmara Municipal de Iturama (Iturama))

PROPOSTA: Destinar recursos da Ação 1081 para a construção de um presídio na Região do Triângulo, para abrigar os detentos das comarcas de Iturama, Itapagipe e Campina Verde.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 20 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

AÇÃO: 1081 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA PRISIONAL (SETOP)

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	300	0,00	0	0,00
Centro Oeste	300	7.934.000,00	0	0,00
Estadual	0	45.000.000,00	900	50.000.000,00
Norte de Minas	0	3.978.000,00	0	0,00
Triângulo	300	0,00	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: A proposta visa a construir um presídio na região do Triângulo de forma a acolher a população carcerária das comarcas de Iturama, Itapagipe e Campina Verde, tendo em vista a superlotação na carceragem da Delegacia de Iturama.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1111/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Marli Costa Campos Quaresma (Instituição não informada)

PROPOSTA: Garantir recursos para o aprimoramento do sistema prisional, incluindo o desenvolvimento de ações voltadas para a ressocialização do preso.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 20 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

AÇÃO: (...) - Disponibilizar recursos para o sistema prisional

JUSTIFICAÇÃO: A ação proposta visa ao cumprimento do que já está determinado pela Constituição Federal, pela Lei de Execuções Penais e pelo Código Penal em relação a necessidade de implementação de políticas públicas que promovam a ressocialização dos presos.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1112/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Marli Costa Campos Quaresma (Instituição não informada)

PROPOSTA: Desenvolver ações / metodologias voltadas ao acolhimento do Policial Militar e à assistência à família, tendo em vista o grau elevado de estresse desse profissional.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 172 - ASSISTÊNCIA AO MILITAR

AÇÃO: 2060 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOLÓGICA DA POLÍCIA MILITAR

JUSTIFICAÇÃO: A medida proposta visa a melhorar o relacionamento policial / família / instituição.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1113/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Dinéia Aparecida Domingues (Fórum Mineiro de Educação Infantil (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação destinada à capacitação de coordenadores e monitores regionais do Poupança Jovem.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 33 - POUPANÇA JOVEM

AÇÃO: (...) - Capacitação de coordenadores e monitores do Poupança Jovem

Produto: Coordenadores/monitores capacitados

Unidade de medida: Coordenador/monitor

Finalidade da ação: Capacitar os operadores (monitores e coordenadores regionais) do Programa Poupança Jovem.

JUSTIFICAÇÃO: Desmembrar a atividade de capacitar os envolvidos no programa na atividade de monitoramento, que é a finalidade central da Ação 1049, facilitando o controle público da ação.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1114/2009 (Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Luciano Guimarães Pereira (Prefeitura Municipal de Montes Claros (Montes Claros))

PROPOSTA: Agregar novas atividades que ofereçam ao adolescente autor de ato infracional uma melhor perspectiva no mercado de trabalho.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 4 - ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

JUSTIFICAÇÃO: A medida sugerida visa a contribuir para a formação profissional do adolescente autor de ato infracional, de forma a proporcionar a sua reintegração social.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1115/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Mezaque Silva de Jesus (Instituição não informada) / Cleonice Maria da Silva Braz (Instituição não informada)

PROPOSTA: Incluir ação destinada à realização dos jogos indígenas de Minas Gerais, com garantia de condições para a representação do Estado

nos jogos indígenas do Brasil

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 27 - MINAS OLÍMPICA

AÇÃO: (...) - Realização dos Jogos Indígenas de Minas Gerais

Produto: Atleta participante

Unidade de medida: Atleta

Finalidade da ação: Viabilizar a realização dos jogos, a interação entre as comunidades e a participação dos atletas nos jogos brasileiros.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Jequitinhonha / Mucuri	30	10.000,00		0,00
Norte de Minas	40	15.000,00		0,00
Rio Doce	30	10.000,00		0,00

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1116/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROponente: Mezaque Silva de Jesus (Instituição não informada) / Cleonice Maria da Silva Braz (Instituição não informada)

PROPOSTA: Acrescentar ao texto da finalidade da Ação 1214 o atendimento às comunidades indígenas.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 27 - MINAS OLÍMPICA

AÇÃO: 1214 - AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS E DE ATIVIDADES FÍSICAS

Finalidade da ação: FINANCIAR A REFORMA E CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E DE LAZER, INCLUSIVE NAS COMUNIDADES RURAIS e indígenas, E A AQUISIÇÃO E TODA INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA A MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS COM O OBJETIVO DE ESTIMULAR A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E ESPORTE, inclusive nas modalidades esportivas indígenas.

JUSTIFICAÇÃO: Propiciar condições para a prática esportiva nas comunidades indígenas, inclusive dos esportes específicos dos povos indígenas.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1117/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROponente: Paulo Sérgio de Oliveira (Assoc. Mineira das Federações Esportivas de M.G. - AMIFEMG (Belo Horizonte)) / Flávio Dias de Souza (Clã Delfos (Belo Horizonte)) / Anísia Sudário Daniel (Conselho Regional de Educação Física - 6ª Região (Belo Horizonte)) / Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey (Fórum Est. Combate Trab. Infantil e Proteção ao Adolescente (Belo Horizonte)) / Luciane Sepúlveda Viana (Federação Mineira de Xadrez - FMX (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar a finalidade da Ação 1040, com vistas a garantir que todos os atletas de rendimento do Estado possam usufruir dos serviços, espaços e equipamentos do Centro de Treinamento.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 27 - MINAS OLÍMPICA

AÇÃO: 1040 - CENTRO DE TREINAMENTO OLÍMPICO E PARAOLÍMPICO

Finalidade da ação: IMPLANTAR O CENTRO DE TREINAMENTO ESPORTIVO E PARAESPORATIVO, DESTINADO A TREINAR E ACOMPANHAR todos os atletas de RENDIMENTO - crianças, adolescentes e jovens - NAS MODALIDADES ESPORTIVAS, com gestão compartilhada com as federações esportivas dessas modalidades.

JUSTIFICAÇÃO: Pretende-se, com isso, garantir que não se privilegie um público específico no acesso ao Centro de Treinamento.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1118/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Altamir Penido da Silva (cbmmg (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliar metas física e financeira da ação, especialmente para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, para aquisição de equipamentos e realização de cursos de qualificação dos bombeiros militares, de forma a promover a qualidade de sua atuação.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 5 - AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL

AÇÃO: 1179 - IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE ENSINO VOLTADAS PARA A QUALIDADE DA ATUAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE MINAS GERAIS

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	120	706.824,46	120	777.506,91

JUSTIFICAÇÃO: A formação do Corpo de Bombeiros está aquém do desejado, em virtude do baixo investimento na área de qualificação e logística.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1119/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Marcelo Fernandes da Costa (Instituto Mineiro de Engenheiros Civis - IMEC (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Acréscitar metas física e financeira na Ação 1081, com vistas a aumentar o número de vagas no sistema prisional do Estado.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 20 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

AÇÃO: 1081 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA PRISIONAL (SETOP)

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	300	0,00	0	0,00
Centro Oeste	300	7.934.000,00	0	0,00
Estadual	0	45.000.000,00	900	50.000.000,00
Norte de Minas	0	3.978.000,00	0	0,00
Triângulo	300	0,00	0	0,00



JUSTIFICAÇÃO: A ação sugerida visa a atender a demanda do Estado e a propiciar condições mais humanas daqueles que se encontram presos.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1120/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Ana Lúcia Guimarães Couto (Instituição não informada)

PROPOSTA: Alterar a finalidade da Ação 1225 - Ampliação das Escolas em Tempo Integral -, com a inclusão de referência à educação para o consumo alimentar.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 19 - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

AÇÃO: 1225 - AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL

Finalidade da ação: INCREMENTAR O APRENDIZADO DOS ALUNOS POR MEIO DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO DIÁRIO DE PERMANÊNCIA NA ESCOLA, COM PRIORIDADE PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL, GARANTINDO-SE A OFERTA DE ATIVIDADES DIDÁTICAS, ESPORTIVAS, CULTURAIS E DE FORMAÇÃO SOCIAL E PESSOAL, e educação para o consumo alimentar, NO CONTRATURNO ESCOLAR.

JUSTIFICAÇÃO: Propiciar um conhecimento maior da educação para o consumo alimentar, conscientizando os alunos sobre a importância que os alimentos têm no aprendizado escolar e na promoção da saúde.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1121/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Terezinha Berenice de Sousa Stralen (Câmara Municipal de Sabará (Sabará))

PROPOSTA: Aumentar as metas física e financeira na Região Central para implementar um Centro Viva Vida em Sabará, mantidas as metas das demais regiões.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 54 - VIVA VIDA

AÇÃO: 4202 - IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE VIVA VIDA

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	1	1.538.462,00	1	1.538.461,00
Central	8	12.307.688,00	7	10.769.227,00
Centro Oeste	1	1.538.461,00	1	1.538.461,00
Estadual	0	4.000.000,00	9	50.000.014,00
Jequitinhonha / Mucuri	4	19.487.180,00	4	6.153.844,00
Mata	4	6.153.848,00	4	6.153.844,00
Norte de Minas	5	14.358.974,00	5	7.692.305,00

Rio Doce	1	1.538.461,00	1	1.538.461,00
Sul de Minas	2	3.076.923,00	2	3.076.922,00
Triângulo	1	1.538.461,00	1	1.538.461,00

JUSTIFICAÇÃO: Necessidade de fortalecer a atenção à mulher e à criança na região e no município de Sabará.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1122/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Altamir Penido da Silva (cbmmg (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliar metas física e financeira da ação, com vistas a garantir recursos para construção de unidades do Corpo de Bombeiros nas regiões de maior necessidade: Triângulo, Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 21 - GESTÃO INTEGRADA DE AÇÕES E INFORMAÇÕES DE DEFESA SOCIAL

AÇÃO: 1037 - MODERNIZAÇÃO DA LOGÍSTICA DE UNIDADES OPERACIONAIS QUE COMPÕEM AS ÁREAS INTEGRADAS (CBM)

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	0	0,00	1	2.764.599,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	1.200.000,00	1	1.200.000,00
Norte de Minas	1	1.200.000,00	1	1.200.000,00
Triângulo	1	1.200.000,00	1	1.200.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A ação sugerida visa à compatibilização da corporação com o Sistema Integrado de Defesa Social, bem como ao aumento da capilaridade do Corpo de Bombeiros no território mineiro, o que contribui para a ampliação dos setores de prevenção e para a otimização da capacidade de resposta do corpo de bombeiros às demandas regionais.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1123/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Ana Lúcia Guimarães Couto (Instituição não informada)

PROPOSTA: Alterar a finalidade das ações 1109 - Melhoria da infraestrutura física, mobiliário e equipamentos escolares - Ensino Médio - e 1024 - Melhoria da infraestrutura física, mobiliário e equipamentos escolares - Ensino Fundamental -, inserindo-se a expressão "transporte adequado para os produtos adquiridos da agricultura familiar para alimentação escolar".

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

AÇÃO: 1109 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ESCOLARES - ENSINO MÉDIO

Finalidade da ação: MELHORAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, INCLUSIVE DAS ESCOLAS RURAIS, POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DE PADRÕES BÁSICOS DE REDE FÍSICA, MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS, RECURSOS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS,

DOTANDO AS ESCOLAS DE REFEITÓRIOS E INSTALAÇÕES SANITÁRIAS ADEQUADAS, DE EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS PARA AS COZINHAS, DE BIBLIOTECAS COM ACERVO ADEQUADO E ATUALIZADO, transporte adequado para os produtos adquiridos da agricultura familiar para alimentação escolar, E EFETUANDO AS ADAPTAÇÕES FÍSICAS NECESSÁRIAS À PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1124/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Ana Lúcia Guimarães Couto (Instituição não informada)

PROPOSTA: Alterar a finalidade da ação, substituindo o termo "merenda" por "alimentação" e acrescentando referência aos princípios do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 19 - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

AÇÃO: 4034 - AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL

Finalidade da ação: OFERECER alimentação ESCOLAR, adequada aos princípios do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae -, NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL, SUPRINDO-SE AS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DIÁRIAS DOS ALUNOS POR MEIO DA GARANTIA DE, NO MÍNIMO, TRÊS REFEIÇÕES DURANTE O PERÍODO DE PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA.

JUSTIFICAÇÃO: Oferecer uma alimentação escolar de qualidade

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1125/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Ana Lúcia Guimarães Couto (Instituição não informada)

PROPOSTA: Incluir ação no Programa Saúde em Casa, visando garantir a promoção da saúde e prevenção de doenças, por meio da contratação de técnicos em nutrição e dietética para as Equipes de Saúde da Família (ESF).

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 49 - SAÚDE EM CASA

AÇÃO: (...) - Prevenção e promoção da saúde no PSF, por meio da inclusão de pelo menos um técnico em nutrição e dietética em cada Equipe de Saúde da Família.

Unidade: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Produto: 11010 - EQUIPE CONTEMPLADA

Unidade de medida: 77 - EQUIPE

Finalidade da ação: Desenvolvimento de ações de prevenção e promoção da saúde no Programa Saúde da Família, por meio da inclusão de técnicos em nutrição e dietética nas ESFs, a fim de promover a segurança alimentar e a nutrição equilibrada da população.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	1000	6.000.000,00	2000	12.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Boa parte dos problemas de saúde advém de um desconhecimento da população sobre a importância da alimentação adequada. Um profissional em nutrição e dietética próximo às famílias contribuirá para garantir orientações nesse sentido.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1126/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROponente: Ana Lúcia Guimarães Couto (Instituição não informada)

PROPOSTA: Alterar a finalidade da ação, acrescentando ao texto referência à garantia, na assistência às crianças menores de um ano e às gestantes, de ações de segurança alimentar e nutricional.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 54 - VIVA VIDA

AÇÃO: 4202 - IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE VIVA VIDA

Unidade: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Produto: 10509 - CENTRO IMPLANTADO.

Unidade de medida: 44 - CENTRO

Finalidade da ação: IMPLEMENTAR A REDE DE ATENÇÃO CONSTITUÍDA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, PELAS MATERNIDADES, PELAS CASAS DE APOIO À GESTANTE VINCULADAS ÀS MATERNIDADES E PELOS CENTROS VIVA VIDA MICRORREGIONAIS PARA PRESTAR ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA, À SAÚDE e segurança alimentar e nutricional DAS CRIANÇAS MENORES DE UM ANO E ÀS GESTANTES, GARANTINDO ACESSO OPORTUNO E ASSISTÊNCIA QUALIFICADA.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1127/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROponente: Joaquina Júlia Martins (CONSEA-MG (Belo Horizonte)) / Fernando Antônio Dias Andrade (Conselho Municipal de Assistência Social (Montes Claros))

PROPOSTA: Os proponentes pretendem:

1) implantar serviço de tratamento fora do domicílio, em regiões cujos Municípios não tenham a modalidade de atenção secundária à saúde, por meio de criação de ação nova no Programa 107 - Atendimento Hospitalar, ambulatorial e emergencial;

2) restaurar, na ação 4081, as metas física e financeira previstas para 2010 na última revisão do PPAG.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 44 - REGIONALIZAÇÃO - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

AÇÃO: 4081 - SISTEMA ESTADUAL DE TRANSPORTE EM SAÚDE

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	30	70.000.000,00	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Necessidade de definir recursos e responsabilidades com o transporte, alimentação e abrigo para os pacientes oriundos de Municípios onde não há a modalidade de atenção secundária à saúde.

Muitos Municípios mineiros de localização distante em relação à Capital ainda possuem depósitos de lixo a céu aberto. É necessário, portanto, investir recursos para o transporte de resíduos de serviços de saúde.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1128/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROponente: Sandra Maria da Silva (Federação das Comunidades Quilombolas de MG - N'golo (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação destinada à realização de mapeamento das comunidades quilombolas no Estado, para efeito de formulação e desenvolvimento de políticas públicas.

ÁREA DE RESULTADO: 12 - Qualidade e Inovação em Gestão Pública

PROGRAMA: 200 - PRODUÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS

AÇÃO: (...) - Mapeamento das comunidades quilombolas de Minas Gerais

Unidade: 2061 - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Produto: Mapeamento concluído

Unidade de medida: 207 - UNIDADE

Finalidade da ação: Realizar o mapeamento das comunidades quilombolas de Minas Gerais.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	1	1.000,00	1	1.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Para que as políticas públicas sejam realmente aplicadas nas comunidades, pois até o momento estas políticas chegam na sede e não são preparadas para as comunidades na maioria dos municípios. Com o mapeamento ficará mais fácil uma fiscalização.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1129/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROponente: Edmar Guariento Gadelha (CONSEA-MG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação destinada à capacitação continuada de recursos humanos envolvidos na alimentação escolar.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 234 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

AÇÃO: (...) - Capacitação continuada de recursos humanos envolvidos na alimentação escolar.

Unidade: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Produto: 2301 - PESSOA CAPACITADA

Unidade de medida: 152 - PESSOA

Finalidade da ação: Capacitar gestores, educadores, representantes da agricultura familiar e demais atores envolvidos na execução da alimentação escolar com vistas à implementação da Lei nº 11.947/09 e Resolução FNDE nº 38, de 2009.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	3000	840.000,00	3000	860.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A aprovação da Lei nº 11.942 e a publicação da Resolução FNDE nº 38 traz novas exigências para o PNAE que a SEE, como entidade executora deve atender, a partir de 2010.

Diante disso torna-se urgente preparar os atores envolvidos tanto das SERs como das escolas estaduais para atender a novas regras.

Propõe-se no primeiro ano, 2010, capacitar 3.000 pessoas, cujo público previsto inclui: diretores de escolas, educadores, representantes de entidades da agricultura familiar dos municípios e gestores e supervisores da SRE.

Sugere-se estabelecer parcerias considerando inclusive que o FNDE tem investido em capacitações do Programa.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1130/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROponente: Lucineide Aparecida Silva (Câmara Municipal de Vespasiano (Vespasiano))

PROPOSTA: Estender toda a assistência necessária ao desenvolvimento dos recém-nascidos às crianças com até cinco anos de idade, via alteração da finalidade da ação.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 54 - VIVA VIDA

AÇÃO: 4202 - IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE VIVA VIDA

Finalidade da ação: IMPLEMENTAR A REDE DE ATENÇÃO CONSTITUÍDA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, PELAS MATERNIDADES, PELAS CASAS DE APOIO À GESTANTE VINCULADAS ÀS MATERNIDADES E PELOS CENTROS VIVA VIDA MICRORREGIONAIS PARA PRESTAR ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA, À SAÚDE DAS CRIANÇAS MENORES DE cinco anos E ÀS GESTANTES, GARANTINDO ACESSO OPORTUNO E ASSISTÊNCIA QUALIFICADA.

JUSTIFICAÇÃO: Algumas doenças - congênitas ou não - são detectadas até que a criança complete cinco anos de idade e, em alguns casos, são de difícil diagnóstico e tratamento.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1131/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROponente: Luzia Batista da Silva (Prefeitura Municipal de Tiradentes (Tiradentes)) / Carlos Luiz Custódio (Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Jacqueline Miriam Maciel Junqueira (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA (Belo Horizonte)) / Edna Rodrigues da Costa (Instituição não informada) / Maria de Lourdes Paixão de Resende Neves (Instituição não informada)

PROPOSTA: Alterar a finalidade e o produto da ação 1122 para estender o PEP a todos os profissionais das equipes de saúde da família.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 49 - SAÚDE EM CASA

AÇÃO: 1122 - DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS/ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA OS MÉDICOS DA FAMÍLIA - PEP

Produto: Profissional de PSF

Finalidade da ação: ESTRUTURAR GRUPOS DE APERFEIÇOAMENTO DA PRÁTICA PARA profissionais da equipe de saúde da família POR MEIO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE - PEP.

JUSTIFICAÇÃO: A equipe de saúde da família tem uma concepção multiprofissional. O médico não presta assistência à população de forma isolada. O vínculo entre os profissionais da ESF e a assistência integrada qualificam o serviço prestado. Na forma em que se encontra, a ação 1122 beneficia diretamente uma categoria profissional e não a equipe de recursos humanos e servidores públicos. Em se tratando de recursos públicos, o foco de aplicação deve ser abrangente e não direcionado a apenas uma categoria profissional.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1132/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROponente: Sandra Maria da Silva (Federação das Comunidades Quilombolas de MG - N'golo (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Retornar com a antiga Ação 4468 - Atenção à Saúde das Comunidades Indígenas e Quilombolas -, excluída do PPAG exercício 2009.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 706 - ATENÇÃO ASSISTENCIAL À SAÚDE

AÇÃO: (...) - Atenção à Saúde das Comunidades Indígenas e Quilombolas

Produto: 229 - MUNICÍPIO ATENDIDO

Unidade de medida: 140 - MUNICÍPIO

Finalidade da ação: Estruturar a atenção primária à saúde nas aldeias indígenas e nas comunidades quilombolas, garantindo a equidade e a qualidade de acesso das populações.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Centro Oeste	1	83.334,00		0,00
Jequitinhonha / Mucuri	6	500.000,00		0,00
Mata	1	83.333,00		0,00
Norte de Minas	1	83.333,00		0,00
Rio Doce	2	166.667,00		0,00
Sul de Minas	1	83.333,00		0,00

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1133/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Luciano Guimarães Pereira (Prefeitura Municipal de Montes Claros (Montes Claros))

PROPOSTA: Incluir ação destinada a ampliar a gestão integrada de ações e informações de Defesa Social, incorporando as Secretarias Municipais, como a Secretaria de Montes Claros, que é nova.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 21 - GESTÃO INTEGRADA DE AÇÕES E INFORMAÇÕES DE DEFESA SOCIAL

AÇÃO: (...) - Inserção dos Municípios no Sistema Integral de Defesa Social

Produto: 10779 - MUNICÍPIO ATENDIDO.

Unidade de medida: 140 - MUNICÍPIO

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Norte de Minas	1	0,00		0,00

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1134/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Juiz de Fora

PROPONENTE: Virgílio Furtado da Costa (Assoc. dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraíba (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Incluir a região da Mata na ação 1342, com vistas a viabilizar a construção do Contorno Sul do Município de Juiz de Fora

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 26 - MINAS AVANÇA

AÇÃO: 1342 - INVESTIMENTOS ESPECIAIS EM MUNICÍPIOS ESTRATÉGICOS

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	1	13.090.000,00	0	0,00
Mata	1	20.000.000,00		0,00
Sul de Minas	1	2.000.000,00	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Fortalecer o crescimento regional dos municípios da Zona da Mata.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1135/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Juiz de Fora

PROPONENTE: Virgílio Furtado da Costa (Assoc. dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraibuna (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Incluir a região da Mata na ação 4543, visando à construção de ponte sobre o Rio Preto, no Município de Rio Preto.

ÁREA DE RESULTADO: 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento

PROGRAMA: 216 - PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

AÇÃO: 4543 - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (PONTES E VIADUTOS)

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	11	1.000.000,00	12	1.040.000,00
Mata	1	3.000.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Ver documento anexo.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1136/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Juiz de Fora

PROPONENTE: Virgílio Furtado da Costa (Assoc. dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraibuna (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Ampliar metas física e financeira da ação na região Mata, com vistas a viabilizar a construção de contornos rodoviários nos Municípios de Rio Novo, Guarani e Piraúba.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 35 - PRO-ACESSO

AÇÃO: 1306 - MELHORIA DA ACESSIBILIDADE DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE

Regionalização	2010	2011

	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	10	79.899.000,00	0	0,00
Centro Oeste	1	3.136.000,00	0	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	14	71.034.000,00	0	0,00
Mata	13	76.052.000,00	0	0,00
Noroeste de Minas	4	27.797.000,00	0	0,00
Norte de Minas	19	94.448.000,00	0	0,00
Rio Doce	11	83.022.000,00	0	0,00
Sul de Minas	8	47.987.000,00	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Ver documento anexo

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1137/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Sebastião M. Ribeiro Junior (Universidade Federal de Juiz de fora - UFJF - Reitoria (Juiz de Fora))

PROPOSTA: Incluir ação destinada à construção da Unidade de Internação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 44 - REGIONALIZAÇÃO - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

AÇÃO: (...) - Construção da Unidade de Internação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora

Produto: Unidade Hospitalar Construída

Unidade de medida: Unidade

Finalidade da ação: Aumentar a oferta de serviços na Região da Mata para o Sistema Único de Saúde - SUS na média e alta complexidade e contribuir para a formação dos profissionais para atuarem no SUS.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Mata	1	146.083.167,00		0,00

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1138/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Luciano Guimarães Pereira (Prefeitura Municipal de Montes Claros (Montes Claros))

PROPOSTA: Pacificar as comunidades de risco, por meio de implantação de programas de prevenção, integrados com a área de desenvolvimento social e com outras parcerias a serem firmadas.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 34 - PREVENÇÃO SOCIAL DA CRIMINALIDADE

AÇÃO: 1181 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE NÚCLEOS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE E CO-GESTÃO COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Finalidade da ação: Implantar e manter equipamentos de base local e municipal para a execução das atividades de prevenção social à criminalidade realizadas no âmbito dos programas Fica Vivo, mediação de conflitos, penas e medidas alternativas e reintegração de egressos do sistema prisional, integrados com a área de desenvolvimento social e com a sociedade civil.

JUSTIFICAÇÃO: Fomentar a Secretaria de Defesa Social, para que a mesma atue nas áreas de risco, buscando a integração do terceiro setor aos programas a serem desenvolvidos.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1139/2009 (Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Hilda Gonçalves de Matos (Centro de Saúde Vera Cruz (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Implantar a inspeção de segurança em veículos do Estado, para melhorar a segurança no trânsito e a qualidade do ar.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 183 - ADMINISTRAÇÃO DE TRÂNSITO

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1140/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Adriana Alves Lara (Câmara Municipal de Vespasiano (Vespasiano)) / Marli Costa Campos Quaresma (Instituição não informada)

PROPOSTA: Aumentar a meta física e financeira da ação 4150 - Assistência Jurídica -, com vistas a garantir a presença da Defensoria Pública em todas as comarcas do Estado, fornecendo-lhes condições operacionais para o exercício de suas funções, e a criar as defensorias públicas municipais.

ÁREA DE RESULTADO: 70 - Programas Especiais

PROGRAMA: 726 - ACESSO À JUSTIÇA

AÇÃO: 4150 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA

JUSTIFICAÇÃO: Atualmente, muitos Municípios não contam com a Defensoria Pública porque depende da vontade política do poder local. Quando a Defensoria cumpre o seu papel, contrária a vontade ou melhor a política do poder municipal, este direito é negado à população, como é o caso de Vespasiano, onde a Prefeitura encerrou o convênio alegando falta de recursos. Diante dos fatos, o Estado deve cumprir seu papel proporcionando o acesso gratuito à justiça, conforme determina a Constituição Federal.

Desafogar o Poder Judiciário facilitando a resolução dos processos com rapidez e agilidade.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1141/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Andrea Mismotto Carelli (Minist. Público - Promotoria de Justiça Infância e Juventude (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliar a meta física da ação na Região Central, com acréscimo proporcional da meta financeira, visando à construção de um centro socioeducativo em Betim.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 4 - ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

AÇÃO: 1205 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

Regionalização	2010	2011
----------------	------	------

	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	3	0,00		0,00
Jequitinhonha / Mucuri	0	0,00	0	0,00
Rio Doce	0	0,00	0	0,00
Sul de Minas	0	0,00	1	9.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A proposta tem por objetivo atender a demanda da Região Central por estabelecimentos apropriados para o cumprimento de medidas socioeducativas, tendo em vista a quantidade de adolescentes recolhidos em cadeias públicas.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1142/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antônio José Lopes Reis (Conselho Municipal de Assistência Social (Ipatinga))

PROPOSTA: Inclusão de ação destinada ao Proerd, executado pela PMMG, com atividades a serem realizadas também pelos CREAS e CRAS.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 34 - PREVENÇÃO SOCIAL DA CRIMINALIDADE

AÇÃO: (...) - Programa Estadual de Resistência às Drogas e à Violência

Unidade: 1251 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produto: 10664 - ESCOLA ATENDIDA

Unidade de medida: 78 - ESCOLA

Finalidade da ação: Prevenção do uso de drogas e da violência, com ação nas Escolas, mediante participação da PMMG, da Secretaria Estadual de Educação e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS- e dos Centros de Referência Assistência Social - CRAS.

JUSTIFICAÇÃO: O Proerd seria mais bem executado se contasse com o apoio de equipes técnicas da Assistência Social.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1143/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Simone França Guabiroba (Instituição não informada)

PROPOSTA: Ampliar a meta financeira total da ação, com acréscimo de R\$3.000.000,00 na região Estadual, conforme o que estava previsto para 2009.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 55 - ESCOLA VIVA E COMUNIDADE ATIVA

AÇÃO: 4301 - IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO E INSTITUCIONAL

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira

Alto Paranaíba	25	0,00	25	0,00
Central	255	0,00	255	0,00
Centro Oeste	15	0,00	15	0,00
Estadual	0	6.937.460,00	0	4.331.206,00
Jequitinhonha / Mucuri	16	0,00	16	0,00
Mata	43	0,00	43	0,00
Noroeste de Minas	12	0,00	12	0,00
Norte de Minas	29	0,00	29	0,00
Rio Doce	28	0,00	28	0,00
Sul de Minas	34	0,00	34	0,00
Triângulo	45	0,00	45	0,00

JUSTIFICAÇÃO: A meta física manteve-se, mas houve uma redução na meta financeira em aproximadamente 50%, inviabilizando a qualidade do atendimento e realização da ação.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1144/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Simone França Guabiroba (Instituição não informada) / Cristiane Nazareth da Silva (Conselho Estadual de Assistência Social (Belo Horizonte)) / Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliar a meta financeira, na região estadual, da ação 4362 - Aprimoramento e ampliação da gestão das medidas de meio aberto -, para 2010, 2011, 2012 e 2013, passando de R\$ 1.300.000,00 para R\$ 2.000.000,00, recuperando as metas previstas para 2009, e garantir um fluxo sistemático de informações, ações e capacitação dos gestores municipais e operadores das medidas socioeducativas em meio aberto, integrando as atividades desenvolvidas pela Sedese, Seds e Seej.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 4 - ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

AÇÃO: 4362 - APRIMORAMENTO E AMPLIAÇÃO DA GESTÃO DAS MEDIDAS DE MEIO ABERTO

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	200	323.600,00	200	338.600,00
Estadual	1420	2.000.000,00	1300	615.150,00
Mata	60	100.000,00	60	105.000,00

Norte de Minas	80	102.250,00	80	107.250,00
Rio Doce	60	100.000,00	60	105.000,00
Sul de Minas	80	112.000,00	80	117.000,00
Triângulo	120	147.000,00	120	152.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Há progressiva ampliação do atendimento a essas medidas. Contudo, os recursos foram reduzidos. O aumento do crédito é necessário para a execução adequada da ação.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1145/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antônio José Lopes Reis (Conselho Municipal de Assistência Social (Ipatinga))

PROPOSTA: Inclusão de ação destinada ao atendimento à família do preso, com estrutura física e de serviços assistenciais para os dias de visita, usando a equipe técnica dos estabelecimentos prisionais e os Centros de Referência da Assistência Social.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 20 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

AÇÃO: (...) - Implantação de Núcleos de Apoio à Família do Preso anexos às Unidades Prisionais

Unidade: 1451 - SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Produto: unidade em funcionamento

Finalidade da ação: Atendimento à família do preso em dias de visita, com albergue e serviços assistenciais, prestados pela equipe técnica da unidade prisional e pelos Centros de Referência da Assistência Social.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1146/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Mariana de Resende Franco (Secretaria Municipal de Assistência Social (Caeté))

PROPOSTA: Incluir ação destinada especificamente ao cofinanciamento de benefícios eventuais para Municípios na execução da proteção social básica, via o desmembramento da ação 4234.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 23 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

AÇÃO: (...) - Co-financiamento de Benefícios Eventuais

Produto: 0 - A DEFINIR

Unidade de medida: 0 - A DEFINIR

Finalidade da ação: Apoiar os municípios para a concessão de benefícios eventuais.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual		300.000,00		0,00

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1147/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Silvânia Coelho Barrozo (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar metas física (de 0 para 500) e financeira (de R\$1.000.000,00 para R\$2.000.000,00) das regiões Central e Sul de Minas, para o exercício 2010, mantidas as metas das demais regiões.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 44 - REGIONALIZAÇÃO - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

AÇÃO: 4192 - REDE DE ATENÇÃO AO IDOSO - MAIS VIDA

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	500	2.000.000,00	2500	4.000.000,00
Estadual	0	0,00	0	0,00
Mata	5262	4.500.000,00	7893	4.500.000,00
Norte de Minas	4306	3.500.000,00	6459	3.500.000,00
Sul de Minas	500	2.000.000,00	2500	3.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Aumentar as metas física e financeira da ação para que os idosos possam ser atendidos de forma equitativa, principalmente os residentes em instituições de longa permanência.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1148/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Silvânia Coelho Barrozo (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte)) / Carmen Rocha Dias (Conselho Estadual da Mulher - CEM (Belo Horizonte)) / Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte)) / Maria da Consolação Faria (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Divinópolis)) / Felipe Wiler de Araújo Abreu Júnior (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Aumentar a meta financeira da ação 2074, com a seguinte finalidade:

- 1) formar e capacitar os conselhos e conselheiros da mulher, mediante o aporte de mais R\$100.000,00 na meta financeira desta ação, em 2010;
- 2) apoiar a realização de conferências municipais de políticas públicas para a mulher, por meio do acréscimo de R\$ 150.000,00 na meta financeira da ação, em 2010;
- 3) apoiar a realização do VIII Encontro Nacional dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, mediante acréscimo de R\$300.000,00 na meta financeira da ação, em 2010;
- 4) fomentar o desenvolvimento de ações positivas do Conselho Estadual do Idoso, por meio do acréscimo de R\$200.000,00 e de R\$250.000,00 na meta física da ação, em 2010 e 2011, respectivamente;
- 5) implantar a Escola de Conselhos, de forma a viabilizar a formação continuada dos conselheiros.

ÁREA DE RESULTADO: 70 - Programas Especiais

PROGRAMA: 701 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AÇÃO: 2074 - OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONSELHOS VINCULADOS À SUBSECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

Finalidade da ação:

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1149/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Silvânia Coelho Barrozo (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Modificar a finalidade da ação de forma a estender o acesso aos serviços de saúde aos idosos residentes em instituições de longa permanência.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 49 - SAÚDE EM CASA

AÇÃO: 1116 - AMPLIAÇÃO DA COBERTURA POPULACIONAL DO PSF

Finalidade da ação: AMPLIAR O ACESSO DA POPULAÇÃO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE, inclusive dos idosos residentes em instituições de longa permanência, ATRAVÉS DA EXPANSÃO DA COBERTURA DO PSF NO ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICAÇÃO: Incluir os idosos institucionalizados na cobertura do PSF, uma vez que muitos deles não recebem a visita das ESF, especialmente no interior do Estado.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1150/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Mezaque Silva de Jesus (Instituição não informada)

PROPOSTA: Retirar da finalidade da ação a referência às comunidades quilombolas e alterar o produto para "unidade habitacional construída/reformada " e a unidade de medida para "unidade habitacional".

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 25 - LARES GERAES

AÇÃO: 1302 - CONSTRUÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS EM UNIDADES HABITACIONAIS

Produto: 707 - UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA

Unidade de medida: 409 - UNIDADE HABITACIONAL

Finalidade da ação: PROMOVER A CONSTRUCAO, REFORMA E MELHORIA DE MORADIAS PARA POPULACAO DE BAIXA RENDA OU EM AREAS DE RISCO, COMUNIDADES INDIGENAS.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	0	0,00	0	0,00
Estadual	200	2.000.000,00	200	2.000.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	0	0,00	0	0,00
Norte de Minas	0	0,00	0	0,00
Rio Doce	0	0,00	0	0,00
Sul de Minas	0	0,00	0	0,00

--	--	--	--	--

JUSTIFICAÇÃO: Minas tem 10 comunidades indígenas e muitas delas vivem em péssimas condições de moradia. O governo estadual tem papel importante na garantia de uma melhor qualidade de vida e da permanência desse povo nas aldeias.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1151/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Ana Lúcia Guimarães Couto (Instituição não informada)

PROPOSTA: Alterar o nome da ação 1151, incluindo o termo "tanques pasteurizadores".

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 28 - MINAS SEM FOME

AÇÃO: 1151 - APOIO À IMPLANTAÇÃO DE TANQUES COMUNITÁRIOS DE COLETA DE LEITE

Novo nome: APOIO À IMPLANTAÇÃO DE tanques pasteurizadores e TANQUES COMUNITÁRIOS DE COLETA DE LEITE

JUSTIFICAÇÃO: Permitir a obtenção de maior ganho financeiro ao produtor de leite da agricultura familiar, que poderá vender seu produto sem intermediação de cooperativas de leite para pasteurização e comercialização do leite. Somente o leite pasteurizado pode ser utilizado na alimentação escolar.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1152/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Lutimar Rodrigues da Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA: Apoiar a organização de feiras de economia solidária nas dez regiões onde se organizam os fóruns regionais de economia popular e solidária, por meio da inclusão de ação com essa finalidade.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 117 - POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

AÇÃO: (...) - APOIO À COMERCIALIZAÇÃO POR MEIO DE FEIRAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA (EPS)

Unidade: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Produto: 11105 - FEIRA REGIONAL INSTALADA

Unidade de medida: 755 - FEIRA REGIONAL

Finalidade da ação: INSTALAR FEIRAS REGIONAIS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E PROMOVER A COMERCIALIZAÇÃO DESSES PRODUTOS, BEM COMO APOIAR OS FÓRUNS REGIONAIS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO ESTADO

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	1	35.000,00		0,00
Central	1	35.000,00		0,00
Centro Oeste	1	35.000,00		0,00

Jequitinhonha / Mucuri	1	35.000,00		0,00
Mata	1	35.000,00		0,00
Noroeste de Minas	1	35.000,00		0,00
Norte de Minas	1	35.000,00		0,00
Rio Doce	1	35.000,00		0,00
Sul de Minas	1	35.000,00		0,00
Triângulo	1	35.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: AS FEIRAS DE EPS TEM SIDO UM IMPORTANTE INSTRUMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO E FORMAÇÃO PARA OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1153/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Moises Machado (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Reconhecer, mobilizar, estimular, divulgar e avaliar ações de segurança alimentar e nutricional na Região Metropolitana de Belo Horizonte, por meio da concessão de um prêmio, não monetário, às melhores práticas.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 732 - SEGURANÇA ALIMENTAR

AÇÃO: (...) - Prêmio de Incentivo às Ações de Segurança Alimentar e Nutricional

Unidade: 1491 - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

Produto: PREMIO CONCEDIDO

Unidade de medida: PREMIO

Finalidade da ação: Incentivar ações públicas e privadas, rurais e urbanas, em segurança alimentar e nutricional - SAN.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	1	250.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Instituições públicas e privadas, governamentais e não-governamentais, desenvolvem ações de segurança alimentar e nutricional exitosas. Tratando-se de um tema relativamente novo, é necessário organizar informações para acesso de várias instituições e sua replicação.

O prêmio seria um troféu e não um valor em dinheiro. A meta financeira estimada é para organização do evento.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1154/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: José Francisco Garcia (Instituição não informada) / Jacqueline Míriam Maciel Junqueira (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA (Belo Horizonte)) / Mezaque Silva de Jesus (Instituição não informada) / Sandra Maria da Silva (Federação das Comunidades Quilombolas de MG - N'golo (Belo Horizonte)) / Lutimar Rodrigues da Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA: Ampliar a meta física e financeira da Ação 1140, para, com vistas à realização de diagnósticos, pesquisas, manutenção de banco de dados, capacitação de gestores e demais atores na área de segurança alimentar e nutricional.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 732 - SEGURANÇA ALIMENTAR

AÇÃO: 1140 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL - CRESANS

Novo nome: Manutenção das atividades do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável CRESANS

Unidade: 1491 - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

Finalidade da ação: APOIAR A INSTALAÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL - CRESANS - EM TODAS AS REGIÕES DO ESTADO, com vistas à realização de diagnósticos, pesquisas, manutenção de banco de dados, capacitação de gestores e demais atores na área de segurança alimentar e nutricional, em parceria com instituições de ensino superior e pesquisa e organizações não governamentais.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	1	500.000,00		0,00
Estadual	6	250.000,00	6	250.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Neste ano estão sendo realizados seminários sobre indicadores de segurança alimentar e nutricional, de educação alimentar e diagnóstico dos povos indígenas. Em 2010, estas atividades terão continuidade, além da capacitação dos atores dos 50 sistemas municipais de segurança alimentar e nutricional conforme meta estabelecida entre a Seplag e o Consea-MG.

Avalia-se a necessidade de fomentar a realização de pesquisa, manutenção de banco de dados, formação de profissionais, identificação e construção de indicadores de segurança alimentar e nutricional. Ex.: realização de pesquisa na RMBH, tendo como referência a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA -, testada na PNAD/2004, com o objetivo de aferir a situação de segurança alimentar e nutricional nesta região.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1155/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: José Francisco Garcia (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA (Belo Horizonte)) / Edmar Guariento Gadelha (CONSEA-MG (Belo Horizonte)) / Anita Gomes dos Santos (Movimento Nacional da População de Rua (Belo Horizonte)) / Ana Lúcia Guimarães Couto (Instituição não informada) / Mezaque Silva de Jesus (Instituição não informada) / Lutimar Rodrigues da Silva (Instituição não informada) / Adalete de Azevedo (Instituição não informada) / Lilian Sousa Assumpção (Associação dos Músicos do Coral Lírico de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Sandra Maria da Silva (Federação das Comunidades Quilombolas de MG - N'golo (Belo Horizonte)) / Maria de Lourdes Brandão da Rocha (Cooperativa Trilha Mundos (Brasília)) / Mário Aparecido dos Santos (Instituição não informada)

PROPOSTA: Apoiar, por meio da restauração da ação 4094 - Estruturação e Operacionalização do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) -, os municípios de menor IDH do Estado, participantes do Projeto Travessia, para implantar o Sisvan e executar ações de segurança alimentar e nutricional sustentável.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 706 - ATENÇÃO ASSISTENCIAL À SAÚDE

AÇÃO: (...) - ESTRUTURAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SISVAN

Unidade: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Produto: MUNICÍPIOS COM SISVAN EM OPERAÇÃO

Unidade de medida: 140 - MUNICÍPIO

Finalidade da ação: Apoiar Municípios do Projeto Travessia na implantação do Sisvan e em ações de alimentação e nutrição.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	35	1.000.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Entre as atividades do Projeto Travessia, revelando a prevalência de anemia ferropriva e risco nutricional entre crianças de 0 a 7 anos. Após o diagnóstico da gestão do SISVAN em andamento com recursos dessa ação, é necessário planejar e executar atividades de monitoramento do estado nutricional e de promoção de segurança alimentar e nutricional. A realidade detectada nos municípios de baixo IDH e da potencialidade das ações intersectoriais do projeto travessia orienta o investimento inicial nos 35 municípios já incluídos no projeto.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1156/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Silvânia Coelho Barrozo (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar a finalidade da ação para incluir referência, entre a população idosa, àqueles que estão internados em instituições de longa permanência.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 149 - INCENTIVO AO DESPORTO

AÇÃO: 4330 - PROMOÇÃO DO DESPORTO DE PARTICIPAÇÃO

Finalidade da ação: ESTIMULAR O AUMENTO DO NÚMERO DE PRATICANTES DE ESPORTE AMADOR E DE ATIVIDADE FÍSICA REGULAR, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA A POPULAÇÃO IDOSA, inclusive a internada em instituições de longa permanência, PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL POR MEIO DE ATIVIDADES DESSA NATUREZA, INCLUINDO A REALIZAÇÃO DE DEBATES, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS QUE CONTRIBUAM PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANO ESTADUAL DO ESPORTE COM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE ORGANIZADA. APOIAR ENTIDADES ESPORTIVAS E MUNICÍPIOS NO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS PARA ESTE OBJETIVO.

JUSTIFICAÇÃO: Garantir que os idosos internados tenham acesso às atividades físicas desenvolvidas por meio desta ação.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1157/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: José Francisco Garcia (Instituição não informada) / Anita Gomes dos Santos (Movimento Nacional da População de Rua (Belo Horizonte)) / Ana Lúcia Guimarães Couto (Instituição não informada) / Lutimar Rodrigues da Silva (Instituição não informada) / Adalete de Azevedo (Instituição não informada) / Mezaque Silva de Jesus (Instituição não informada) / Lilian Sousa Assumpção (Associação dos Músculo do Coral Lírico de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Sandra Maria da Silva (Federação das Comunidades Quilombolas de MG - N'golo (Belo Horizonte)) / Maria de Lourdes Brandão da Rocha (Cooperativa Trilha Mundos (Brasília))

PROPOSTA: Incluir ação no Programa 732 - Segurança Alimentar -, destinada a executar atividades relativas ao funcionamento e manutenção das Comissões Regionais de Segurança Alimentar (CRSANS), com metas física e financeira de 25 e R\$750.000,00, respectivamente, na região Estadual.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 732 - SEGURANÇA ALIMENTAR

AÇÃO: (...) - Manutenção das atividades das Comissões Regionais de Segurança Alimentar (CRSANS)

Produto: CRSANS mantida

Unidade de medida: CRSANS

Finalidade da ação: Executar atividades relativas ao funcionamento e manutenção das Comissões Regionais de Segurança Alimentar (CRSANS)

Regionalização	2010	2011
----------------	------	------

	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	25	750.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: As Comissões Regionais de Segurança Alimentar - CRSANS são órgãos vinculados ao Consea-MG, abrangendo todos os municípios do Estado. São canais de participação do poder público e sociedade civil das regiões no Consea. O acordo de resultados firmado entre o Consea-MG e a SEGOV para 2010 estabeleceu as seguintes metas: pacto pela segurança alimentar e nutricional nos 60 municípios com Comseas; criar 50 sistemas municipais de SANS e capacitação dos atores dos 50 sistemas. Para atingir as metas do acordo de resultados e para garantir a efetividade das ações do Consea-MG e maior visibilidade das ações do governo do estado nesta área é imprescindível que as CRSANS funcionem articulando gestores e sociedade das diversas regiões.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1158/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: João Lopes do Nascimento Neto (Fórum Melo Viana (Uberaba)) / Maria Conceição Renan de Menezes (Rede de Educação Cidadã - Talher Nacional (Brasília))

PROPOSTA: Incluir ação destinada a organizar a II Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 117 - POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

AÇÃO: (...) - Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária

Produto: conferência realizada

Unidade de medida: conferência

Finalidade da ação: Organizar a II Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual		200.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Em 2009, o Conselho Estadual de EPS tomou posse e passou o primeiro ano de acompanhamento das políticas de EPS, o Conselho sente necessidade de organização da conferência estadual para orientar os trabalhos e priorizar as ações de EPS no Estado.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1159/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey (Instituição não informada) / Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte)) / Maria da Consolação Faria (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Divinópolis))

PROPOSTA: Acrescentar região Estadual na ação 4696, com metas física e financeira correspondentes a 50 e R\$1.900.000,00, respectivamente, (ou amplia recursos em R\$200.000,00), alocados na região Estadual, com o propósito de implantar e monitorar os Planos Estaduais de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, e de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 266 - GESTÃO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AÇÃO: 4696 - APOIO AOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES NOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Finalidade da ação: Implementar os Planos Estaduais de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, e de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual, com o monitoramento da execução de suas ações.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	1	135.000,00	1	31.000,00
Central	30	4.050.000,00	30	3.179.000,00
Centro Oeste	1	135.000,00	1	30.000,00
Estadual	50	1.900.000,00		0,00
Jequitinhonha / Mucuri	4	540.000,00	4	120.000,00
Mata	1	135.000,00	1	30.000,00
Noroeste de Minas	1	135.000,00	1	30.000,00
Norte de Minas	8	1.080.000,00	8	240.000,00
Rio Doce	6	810.000,00	6	180.000,00
Sul de Minas	2	270.000,00	2	60.000,00
Triângulo	2	270.000,00	2	60.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Garantir e promover os direitos das crianças e aos adolescentes, por meio da implementação e monitoramento das ações dos Planos Estaduais de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, e de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1160/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROponente: Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Elaborar relatórios gerenciais bimestrais de todas as ações de proteção básica e especial direcionadas às crianças e adolescentes - Ações 4234, 4236, 4272, 1104 e 4362 - , aqui incluindo o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, e publicá-los no site da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - sedese -, para acompanhamento por parte dos conselhos e entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 23 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

AÇÃO: 4234 - CO-FINANCIAMENTO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO BÁSICA

JUSTIFICAÇÃO: Necessidade de acompanhar todas as atividades desenvolvidas no âmbito das ações relacionadas.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1161/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROponente: Andreia Cristina Barreto (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte)) / Andrea Mismotto Carelli (Minist. Público - Promotoria de Justiça Infância e Juventude (Belo Horizonte)) / Maria da Consolação Faria (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Divinópolis))

PROPOSTA: Constituir grupo de trabalho intersetorial para elaborar protocolo de investigação de "denúncias" de abuso e exploração sexual de Crianças e Adolescentes recebidas pelos serviços disque 100 do governo federal e disque direitos humanos do governo estadual.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

AÇÃO: (...) - RESTABELECIMENTO DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Unidade: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Produto: PROTOCOLO CRIADO

Unidade de medida: PROTOCOLO

Finalidade da ação: CRIAR, IMPLANTAR E MONITORAR PROTOCOLO DE INVESTIGAÇÃO DE DENÚNCIAS DE ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual		400.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: dados atuais demonstram que menos de 3% das denúncias recebidas têm alcançado as evidências necessárias para a instauração de inquérito. Pretende-se com o protocolo aumentar o índice de responsabilização de autores de violência sexual contra crianças e adolescentes.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1162/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Vilmar Oliveira de Jesus (Instituição não informada)

PROPOSTA: Alterar a finalidade da ação 1332, de forma a garantir estrutura necessária à promoção e divulgação da cultura regional e local do Vale do Jequitinhonha, contemplando a globalidade do patrimônio ambiental, material e imaterial.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 9 - CIRCUITOS CULTURAIS DE MINAS GERAIS

AÇÃO: 1332 - DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA MUSEOLÓGICO DO MUSEU DE PERCURSOS DO VALE DO JEQUITINHONHA

Finalidade da ação: Dotar o Vale do Jequitinhonha de estrutura necessária à promoção e divulgação da cultura regional e local, contemplando a globalidade do patrimônio ambiental, material e imaterial.

JUSTIFICAÇÃO: A finalidade da ação no projeto de revisão do PPAG, exercício 2010, está inadequada aos reais objetivos dessa ação.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1163/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Vilmar Oliveira de Jesus (Instituição não informada)

PROPOSTA: Propiciar a venda de artesanato do Vale do Jequitinhonha, por meio da implantação de um Centro de Artesanato em Itaobim, com espaço para encontros culturais e para apresentações artísticas.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 9 - CIRCUITOS CULTURAIS DE MINAS GERAIS

AÇÃO: (...) - Implantação do Centro de Tradição Cultural do Jequitinhonha

Produto: 10900 - CENTRO CULTURAL IMPLANTADO

Unidade de medida: 44 - CENTRO

Finalidade da ação: Implantação do Centro de Tradição Cultural do Vale do Jequitinhonha, que congregue e interaja com os diversos movimentos culturais da região.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Jequitinhonha / Mucuri	1	350.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: O Vale do Jequitinhonha carece de um centro cultural de característica regional e que englobe as diversas manifestações culturais da região. A ideia é que o Centro da Tradição Cultural do Jequitinhonha possa ser também um local de venda do artesanato local, propiciando fonte(?) de renda para os artesãos locais. O espaço será utilizado também para encontros regionais de cultura. A implantação na cidade de Itaobim se justifica pela localização geográfica da cidade, na confluência de rodovias estaduais e federais.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1164/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Welington de Souza (Federação Mineira de Ciclismo - FMC (Belo Horizonte)) / Flávio Dias de Souza (Clã Delfos (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação destinada a reformar as pistas de "bicross" nos diversos Municípios mineiros, em especial em Belo Horizonte, e a estruturá-las para a prática do BMX/"Bicross" .

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 27 - MINAS OLÍMPICA

AÇÃO: (...) - Ação Ciclística Mineira

Unidade: 1531 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E DA JUVENTUDE - SEEJ

Finalidade da ação: Reformar as pistas de "bicross" nos diversos municípios mineiros e estruturá-las para a prática do BMX/"Bicross" por todos os alunos das redes estadual e municipal de ensino.

JUSTIFICAÇÃO: Estímulo ao uso da bicicleta, gerando novos atletas e disponibilizando às crianças e aos adolescentes uma atividade esportiva com orientação direta.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1165/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Andreia Cristina Barreto (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte)) / Jordânia Andrade Furbino (Oficina de Imagens - Comunicação e Educação (Belo Horizonte)) / Maria da Consolação Faria (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Divinópolis)) / Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey (Instituição não informada) / Maria Alice da Silva (Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Ampliar a meta financeira da ação 4131, com vistas a:

- 1) apoiar as ações do Comitê Gestor Estadual para a Criança e Adolescentes do semiárido mineiro, com foco na qualificação e ampliação da atuação dos jovens nas políticas públicas e no fortalecimento da gestão municipal, por meio do acréscimo de R\$450.000,00;
- 2) fortalecer as atividades executadas no âmbito dessa ação, fundamentalmente no campo da garantia dos direitos de crianças e adolescentes, por meio do acréscimo de R\$600.000,00.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

AÇÃO: 4131 - INTEGRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DE POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

JUSTIFICAÇÃO: Garantia dos direitos humanos de crianças e adoelscentes.

Dados nacionais sobre a situação das crianças e adolescentes do semiárido mineiro indicam que a região apresenta o maior nível de

vulnerabilidade do Estado, além de disparidades socioeconômicas.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1166/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Sandra Maria da Silva (Federação das Comunidades Quilombolas de MG - N'golo (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Restaurar a ação 4110 - Promoção da Igualdade Racial e Direitos das Comunidades Tradicionais -, excluída na proposta de revisão do PPAG 2110.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

AÇÃO: (...) - Promoção da Igualdade Racial e Direito das Comunidades

Produto: 388 - AÇÃO REALIZADA

Unidade de medida: 3 - AÇÃO

Finalidade da ação: ARTICULAR, ACOMPANHAR E PROMOVER AÇÕES DESTINADAS À PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS, COMO QUILOMBOLAS E INDÍGENAS, E REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DAS 440 COMUNIDADES QUILOMBOLAS.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	500	100.000,00	500	100.000,00

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1167/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Felipe Wiler de Araújo Abreu Júnior (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação intitulada "Inclusão digital da pessoa idosa", com metas física e financeira de 1.500 e de R\$100.000,00, respectivamente.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

AÇÃO: (...) - INCLUSÃO DIGITAL DA PESSOA IDOSA

Unidade: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Produto: 10798 - PESSOA IDOSA PARTICIPANTE

Unidade de medida: 152 - PESSOA

Finalidade da ação: PROMOVER A CAPACITAÇÃO DE IDOSOS PARA O CONVÍVIO DIGITAL, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE CURSOS E ACESSO DIGITAL

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	1500	100.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: A ação "espaço digital" não foi levada adiante pela Prodemge, sendo que suas atividades são realizadas na biblioteca pública e demanda recursos para sua continuidade e ampliação.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1168/2009 (Alteração de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Glauca Barros (Movimento Nossa BH (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar o objetivo do Programa Copa do Mundo 2014 para "Organizar com excelência os eventos FIFA (Copa das Confederações e Copa do Mundo) e a infraestrutura para esses eventos, visando a deixar um legado para Minas Gerais, orientando-se por padrões internacionais de qualidade e pelos princípios da sustentabilidade socioambiental, promovendo os cuidados necessários para a não ocorrência da exploração do trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes."

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 7 - COPA DO MUNDO 2014

Novo nome: Copa do Mundo 2014

Unidade responsável: 1501 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Objetivo do programa: Organizar com excelência os eventos FIFA (Copa das Confederações e Copa do Mundo) e a infraestrutura para esses eventos, visando a deixar um legado para Minas Gerais, orientando-se por padrões internacionais de qualidade e pelos princípios da sustentabilidade socioambiental, promovendo os cuidados necessários para a não ocorrência da exploração do trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes.

JUSTIFICAÇÃO: Os investimetnos públicos precisam considerar, além das normativas e parâmetros internacionais realcionados à qualidade dos eventos, também aqueles atinentes à proteção das pessoas, especialmente as mais vulneráveis, e do meio ambiente. Assim, sugere-se uma orientação sociambiental focada na população mineira para o planejamento e execução dos gastos públicos e também nas concessões e negociações com o setor privado que investirá nos preparativos para esses eventos internacionais.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1169/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Felipe Wiler de Araújo Abreu Júnior (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Acrescentar R\$100.000,00 à meta financeira da ação, destinando R\$20.000,00 para cada Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos- NAVCV.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

AÇÃO: 4132 - PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SEU ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	40000	721.114,00	42000	1.283.693,00

JUSTIFICAÇÃO: Esse acréscimo de meta financeira se justifica em função de um aumento projetado de demanda por esse serviço, com a instalação do disque-denúncia.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1170/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Wellington de Souza (Federação Mineira de Ciclismo - FMC (Belo Horizonte)) / Flávio Dias de Souza (Clã Delfos (Belo Horizonte)) / Luciane Sepúlveda Viana (Federação Mineira de Xadrez - FMX (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Transferir a Ação 4270 - Promoção do Desporto de Rendimento - para o Programa Minas Olímpica e ampliar as metas física e

financeira da ação em todas as regiões, atingindo um total de 50 parcerias realizadas ao custo de R\$ 2.841.666,00, proporcionalmente distribuídos entre as regiões.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 149 - INCENTIVO AO DESPORTO

AÇÃO: 4270 - PROMOÇÃO DO DESPORTO DE RENDIMENTO

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Alto Paranaíba	3	163.666,60	0	51.750,00
Central	22	1.218.666,60	0	1.040.175,00
Centro Oeste	3	163.666,60	0	51.750,00
Jequitinhonha / Mucuri	3	201.166,60	0	90.563,00
Mata	3	182.416,60	0	71.156,00
Noroeste de Minas	3	163.666,60	0	51.750,00
Norte de Minas	4	201.166,60	0	90.563,00
Rio Doce	3	182.416,60	0	71.156,00
Sul de Minas	3	182.416,60	0	71.156,00
Triângulo	3	182.416,60	0	71.156,00

JUSTIFICAÇÃO: Por afinidade, a ação Promoção do Desporto de Rendimento deveria integrar o Programa Minas Olímpica. Além disso, para que os atletas das diversas modalidades possam ser contemplados, solicita-se ampliação das metas física e financeira da ação.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1171/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Luciano Marcos P. da Silva (Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - Insea (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar a meta financeira da ação 1072, de forma a restaurar os valores projetados para 2010 na última revisão do PPAG.

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 45 - RESÍDUOS SÓLIDOS

AÇÃO: 1072 - IMPLANTACAO DA COLETA SELETIVA, REAPROVEITAMENTO E RECICLAGEM

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	15	2.000.000,00	15	2.000.000,00

--	--	--	--	--

JUSTIFICAÇÃO: O programa de coleta seletiva proporciona a qualidade ambiental, a geração de trabalho e renda dos catadores, a consciência sobre a preservação ambiental e melhoria de condições de vida. O valor previsto é insuficiente para cumprir meta.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1172/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Anísia Sudário Daniel (Conselho Regional de Educação Física - 6ª Região (Belo Horizonte)) / Welington de Souza (Federação Mineira de Ciclismo - FMC (Belo Horizonte)) / Paulo Sérgio de Oliveira (Assoc. Mineira das Federações Esportivas de M.G. - AMIFEMG (Belo Horizonte)) / Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey (Fórum Est. Combate Trab. Infantil e Proteção ao Adolescente (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação destinada a garantir a concessão do benefício previsto pela Lei Estadual nº 17.803, de 15 de outubro de 2008, aos atletas.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 27 - MINAS OLÍMPICA

AÇÃO: (...) - Implantação da Bolsa-Atleta Estadual

Unidade: 1531 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E DA JUVENTUDE - SEEJ

Produto: 111 - BOLSA CONCEDIDA

Unidade de medida: 38 - BOLSA

Finalidade da ação: Garantir a concessão do benefício previsto pela Lei Estadual nº 17.803, de 15 de outubro de 2008, aos atletas

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	200	1.050.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Garantir aos novos talentos recursos para seus treinamentos e competição com dedicação exclusiva ao esporte, ferramenta necessária à formação de uma nova geração olímpica.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1173/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Paulo Sérgio de Oliveira (Instituição não informada)

PROPOSTA: Apoiar financeiramente as entidades de administração regional do desporto (federações) e clubes na preparação, hospedagem, transporte e alimentação de atletas participantes de eventos nacionais e internacionais.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 27 - MINAS OLÍMPICA

AÇÃO: (...) - Apoio a Entidades Regionais de Administração do Desporto

Unidade: 1531 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E DA JUVENTUDE - SEEJ

Produto: 449 - ENTIDADE APOIADA

Unidade de medida: 75 - ENTIDADE

Finalidade da ação: Garantir a participação de Minas Gerais nas competições de clubes/seleções promovidas pelas confederações das modalidades esportivas.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	20	1.050.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: As entidades não possuem recursos suficientes para implementar a ação solicitada.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1174/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Clarice Fernandes da Silva (Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Firmar parcerias entre o Governo e organizações não governamentais para realizar ações de capacitação do trabalhador desempregado.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 117 - POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

AÇÃO: (...) - Capacitação dos trabalhadores desempregados

Finalidade da ação: Firmar parcerias entre o Governo e Organizações não Governamentais para realizar ações de capacitação do trabalhador desempregado.

JUSTIFICAÇÃO: Prestar auxílio aos desempregados.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1175/2009 (Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Silvério do Prado (Fed.Interestad. Serv. Púb. Municipais e Estaduais - FESEMPRE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Aumentar o investimento em educação no valor de 1% do PIB de Minas Gerais a cada ano, nos próximos anos, com aumento da contribuição do ICMS para o Fundeb de 20% para 30%, conforme previsto no art. 212 da Constituição Federal.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

JUSTIFICAÇÃO: Garantir a disponibilidade orçamentária e financeira para implementar as metas e estratégias do PDEEMG.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1176/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Garantir a participação das comunidades escolares da rede pública na elaboração das propostas de obras, reformas e ampliação da rede física das escolas.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 235 - MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

AÇÃO: (...) - Aperfeiçoamento do Programa de Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares - EF

Unidade: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Produto: 0 - A DEFINIR

Unidade de medida: 735 - % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Finalidade da ação: Evitar o desperdício de recursos, aperfeiçoar o monitoramento do programa.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	100	0,00	100	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Estudos foram feitos e a dotação e repartição de recursos em valores e regionalmente para obras na rede física não vem cumprindo o objetivo de combater as desigualdades na oferta de educação de qualidade em Minas.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1177/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Santuza Abras (Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Construir duas unidades no campus BH da UEMG em 2010 e outras duas em 2011.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 140 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG

AÇÃO: 1328 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UNIDADES E DOS CAMPUS DA UEMG

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	2	12.600.000,00	2	12.600.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Um dos principais problemas da UEMG é a falta de um campus universitário unificado em Belo Horizonte, motivo pelo qual se pede a alteração da regionalização da Ação nº 1328 de modo a incluir a região central (Belo Horizonte).

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1178/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria Salete Gimenez (Fundação de Educa. para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Restaurar a Ação 4111 - Implementação de cursos de formação profissional -, do Programa 042, excluída no projeto de revisão do PPAG, exercício 2010.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 42 - REDE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ORIENTADA PELO MERCADO

AÇÃO: (...) - Implementação de cursos de formação profissional

Unidade: 1221 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Produto: 2677 - CURSO OFERTADO

Unidade de medida: 58 - CURSO

Finalidade da ação: Implementar cursos de qualificação, preferencialmente voltados para as cadeias produtivas locais e necessidades identificadas no mercado de trabalho das regiões onde estão localizados os CVTs.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	20	1.600.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Propõe-se a continuidade da ação como forma de fortalecer os Municípios, dotando-os de pessoas qualificadas, bases para a ação de novos investimentos, fixando o trabalhador no seu local de origem, como forma de geração de trabalho e renda.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1179/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Maria Salete Gimenez (Fundação de Educa. para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Restaurar a Ação 1220 - Implantação de modelo de gestão nos CVTs da rede formação profissional local - , excluída no projeto de revisão do PPAG, exercício de 2010.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 42 - REDE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ORIENTADA PELO MERCADO

AÇÃO: (...) - Implantação de modelo de gestão nos CVTs da rede formação profissional local

Unidade: 1221 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Produto: 10837 - CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO COM MODELO DE GESTÃO IMPLEMENTADO

Unidade de medida: 44 - CENTRO

Finalidade da ação: Implementar os fundamentos e critérios de excelência disseminados pelo PMPQ - Programa Mineiro de Qualidade e Produtividade - como balizadores das ações gerenciais a serem promovidas pelo CVTs, bem como o gerenciamento de indicadores prioritários.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	29	591.724,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Importância estratégica para futura auto-sustentabilidade dos CVTs, organizando os processos atuais, gerando novos produtos e melhorando os serviços para a população.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1180/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Marcelo Henrique de Aguiar (Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Telecomunicação d (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Aumentar meta financeira da ação.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 51 - SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO E DAS ESCOLAS

AÇÃO: 4046 - AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PROEB E PROALFA)

JUSTIFICAÇÃO: Aumentar a previsão orçamentária para o referido programa e ação, no sentido de se obter maior grau de "gestão democrática"

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1181/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação destinada à manutenção das atividades do Conselho Estadual de Alimentação Escolar - CAE -, com meta financeira de R\$50.000,00, em 2010 e 2011.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 234 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

AÇÃO: (...) - Manutenção do Conselho Estadual de Alimentação Escolar

Produto: CAE

Unidade de medida: 653 - R\$ (REAIS)

Finalidade da ação: Prover aos membros conselheiros recursos suficientes para o exercício de suas competências, conforme prevê a legislação.

JUSTIFICAÇÃO: O orçamento da SEE-MG prevê poucos recursos para o CAE. A proposta pretende a ampliação em cerca de para efetivo exercício de suas funções legais.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1182/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação destinada a complementar o gasto per capita de todos os alunos atendidos no programa 234 -Alimentação Escolar, suplementado-se o valor repassado pelo FNDE.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 234 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

AÇÃO: (...) - Alimentação Escolar de Qualidade

Unidade de medida: 11 - ALUNO

Finalidade da ação: Complementar o gasto per capita de todos os alunos inseridos no programa, acima do valor repassado pelo FNDE.

JUSTIFICAÇÃO: O Estado de Minas não efetiva complementação ao programa, e a legislação prevê a possibilidade de elevar a cobertura e qualidade da alimentação, com suplementação de recursos dos entes federados.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1183/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar a finalidade das ações 4452 e 4476, do programa Novos Padrões de Gestão e Atendimento da Educação Básica, substituindo o termo "professores" por "trabalhadores em educação".

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

AÇÃO: 4452 - ESCOLA EM REDE - ENSINO FUNDAMENTAL

Finalidade da ação:

JUSTIFICAÇÃO: Qualificar todos os trabalhadores em educação e não apenas professores para a utilização das tecnologias da informação e comunicação - TICS.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1184/2009 (Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Marcelo Henrique de Aguiar (Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Telecomunicação d (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Garantir a inclusão dos portadores de deficiência física como educadores das escolas públicas.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

JUSTIFICAÇÃO: Verifica-se muita dificuldade de inclusão de tais portadores no mercado de trabalho público, até mesmo quanto ao transporte de acesso.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1185/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar a finalidade da ação, substituindo o termo "escolas de Ensino Fundamental" por "escolas de Ensino Médio".

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

AÇÃO: 1109 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ESCOLARES - ENSINO MÉDIO

Finalidade da ação: MELHORAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS DE ENSINO médio, INCLUSIVE DAS ESCOLAS RURAIS, POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DE PADRÕES BÁSICOS DE REDE FÍSICA, MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS, RECURSOS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS, DOTANDO AS ESCOLAS DE REFEITÓRIOS E INSTALAÇÕES SANITÁRIAS ADEQUADAS, DE EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS PARA AS COZINHAS, DE BIBLIOTECAS COM ACERVO ADEQUADO E ATUALIZADO E EFETUANDO AS ADAPTAÇÕES FÍSICAS NECESSÁRIAS À PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.

JUSTIFICAÇÃO: A proposta se justifica para corrigir um equívoco na referência ao nível de ensino na finalidade da ação 1109. Essa ação é direcionada às escolas de Ensino Médio, e não de Ensino Fundamental.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1186/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação destinada à atualização digital periódica dos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

AÇÃO: (...) - Formação e atualização digital para trabalhadores em educação

Unidade: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Produto: Trabalhadores em educação formados

Unidade de medida: Trabalhadores em educação

Finalidade da ação: Implementar cursos periódicos de formação digital para os trabalhadores em educação da rede pública estadual.

JUSTIFICAÇÃO: A atualização digital periódica na rede pública estadual é necessária, devido aos avanços tecnológicos, inibindo a defasagem do trabalhador em educação e conseqüentemente, do aluno.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1187/2009 (Alteração de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar o objetivo do programa, incluindo-se referência à consulta aos colegiados escolares sobre a rede física e os recursos didático-pedagógicos das escolas.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Objetivo do programa: MELHORAR O DESEMPENHO DAS ESCOLAS POR MEIO DA DEFINIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PADRÕES BÁSICOS RELACIONADOS À GESTÃO ESCOLAR, com previsão de consulta aos colegiados escolares, sobre a REDE FÍSICA E AOS RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS, ORIENTADA PARA O APRENDIZADO DO ALUNO E A EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1188/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Garantir a a inclusão de representação dos profissionais de escola, pais e alunos no Conselho Estadual de Educação e a eleição direta de seus membros pelas assembléias de suas entidades.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

AÇÃO: (...) - Democratização do Conselho Estadual de Educação

Finalidade da ação: Democratizar o Conselho Estadual de Educação, alterando a composição e a forma de escolha dos membros.

JUSTIFICAÇÃO: O CEE não reflete o cotidiano da educação pública de Minas. Na medida em que em todos os fóruns está garantida a participação da comunidade escolar.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1189/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Inserir recursos/dotação orçamentária para prover acesso ao local de trabalho de todos os profissionais da educação básica pública.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

AÇÃO: (...) - Garantir o acesso de trabalhadores às escolas da rede pública

JUSTIFICAÇÃO: O auxílio-transporte no Estado é um provento restrito a alguns trabalhadores e a algumas cidades. Dependendo da localização, o profissional gasta grande parte de seu salário para acessas as escolas da rede pública.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1190/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Kaun Poty Guarani (Instituição não informada)

PROPOSTA: Incluir ação destinada a promover a contratação de educadores indígenas na condição de professores, com remuneração correspondente.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 30 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

AÇÃO: (...) - Melhoria da educação indígena.

Unidade: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Produto: Professores contratados

Unidade de medida: Professor

Finalidade da ação: Promover a contratação de educadores indígenas na condição de professores, com remuneração correspondente.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	10	50.000,00	10	50.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Hoje os educadores indígenas são "contratados" como monitores, com remuneração inadequada, e, às vezes, paga na forma de cesta básica.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1191/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Wenderson Luiz Barbosa Bicalho (Prefeitura Municipal de Montes Claros (Montes Claros))

PROPOSTA: Alterar o nome e a finalidade da Ação 1367 para incorporar e enfatizar o apoio técnico aos produtores de hortifrutigranjeiros do Norte de Minas, a partir da instalação de unidades físicas de pesquisa e difusão de tecnologia.

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 59 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

AÇÃO: 1367 - INFRA ESTRUTURA DE APOIO TECNOLÓGICO

Novo nome: Infraestrutura de apoio tecnológico, inclusive para a produção de hortifrutigranjeiros.

Finalidade da ação: ARTICULAR E IMPLEMENTAR UNIDADES FÍSICAS DE PESQUISA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA, inclusive para a produção de hortifrutigranjeiros, COMO UM PROCESSO DE SUSTENTABILIDADE TECNOLÓGICA PARA ATIVIDADE ECONOMICA DA REGIÃO

JUSTIFICAÇÃO: É necessário contemplar a zona rural do Norte de Minas com centros de difusão de tecnologia na produção de hortifrutigranjeiros, com o objetivo de tornar a região sustentável econômica e socialmente.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1192/2009 (Alteração de programa)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar o nome e a finalidade do Programa Desempenho e Qualificação de Professores de forma a considerar a valorização, formação e avaliação do desempenho dos trabalhadores em educação da rede pública estadual.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 14 - DESEMPENHO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES

Novo nome: Valorização, Formação e Desempenho dos Trabalhadores em Educação

Objetivo do programa: Valorizar, formar e avaliar o desempenho dos trabalhadores em educação da rede pública estadual.

JUSTIFICAÇÃO: O Estado já aderiu ao Profucionário em parceria com o MEC. O objetivo da proposta é ampliar o número de participantes, a partir da oferta de cursos iniciais aos trabalhadores, para ingresso no programa.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1193/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação destinada à garantia de acesso à formação de nível superior aos trabalhadores em educação, no âmbito do programa Desempenho e Qualificação de Professores.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 14 - DESEMPENHO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES

AÇÃO: (...) - Acesso à formação de nível superior aos trabalhadores em educação

Finalidade da ação: Garantir o acesso à formação superior dos trabalhadores em educação, em colaboração com instituições de ensino superior público, federal e estadual.

JUSTIFICAÇÃO: Garantir o acesso à formação superior dos trabalhadores em educação interessados em ingressar em cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1194/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação destinada à concessão de bolsas de estudos para os trabalhadores em educação.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 14 - DESEMPENHO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES

AÇÃO: (...) - Concessão de bolsas de estudos para os trabalhadores em educação.

Finalidade da ação: Promover a oferta de bolsas de estudos para os trabalhadores em educação.

JUSTIFICAÇÃO: Auxílio financeiro aos trabalhadores em educação interessados em aprimorar sua formação, haja vista a falta de oportunidade concedida pelo Estado de Minas Gerais.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1195/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação destinada a implementar o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para todos os trabalhadores em educação.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 14 - DESEMPENHO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES

AÇÃO: (...) - Implementar o PSPN para todos os trabalhadores em educação

Unidade de medida: Trabalhadores em educação

Finalidade da ação: Adequar a Lei Federal nº 11.738, de 2008, na rede pública de Minas Gerais.

JUSTIFICAÇÃO: O Estado de Minas Gerais, a partir de 2010, terá a obrigação de fazer cumprir a Lei nº 11.738, de 2008, no sentido de implementar o PSPN na rede pública e garantir a valorização dos trabalhadores em educação.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1196/2009 (Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Marcelo Henrique de Aguiar (Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Telecomunicação d (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Aumentar a previsão orçamentária para todas as ações do Programa Desempenho e Qualificação de Professores.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 14 - DESEMPENHO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES

JUSTIFICAÇÃO: Aumentar a previsão orçamentária para tal programa e ações, visando maior contrapartida aos elevados impostos pagos pelos cidadãos.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1197/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Willian Lelis Brás Nascentes (Promotoria da Infância e da Juventude Infracional (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação destinada à oferta de educação básica aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, com proposta pedagógica diferenciada, visando a assegurar a permanência e a continuidade desses adolescentes na escola.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 4 - ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

AÇÃO: (...) - Oferta de educação básica

Unidade: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Produto: 10007 - ALUNO ATENDIDO

Unidade de medida: 11 - ALUNO

Finalidade da ação: Oferecer educação básica de qualidade aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

JUSTIFICAÇÃO: Dado o elevado número de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, evadidos da escola ou em defasagem idade-série, com dificuldade na leitura e na escrita, é necessário investir no incremento da escolaridade desse público.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1198/2009 (Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Willian Lelis Brás Nascentes (Promotoria da Infância e da Juventude Infracional (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir orientações sobre o ECA nos cursos de formação dos professores, objetivando qualificar esse público, dentre outros temas, para saber diferenciar um ato de indisciplina de um ato infracional e, com isso, dar os encaminhamentos corretos quando da ocorrência desses atos.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 14 - DESEMPENHO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1199/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar a finalidade da ação 1225 - Ampliação das Escolas em Tempo Integral -, com vistas a garantir a oferta de escola em tempo integral por parte do Estado, sem repassar a instituições privadas, tendo como meta atender a todas as escolas.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 19 - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

AÇÃO: 1225 - AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL

Finalidade da ação: Incrementar o aprendizado dos alunos e a sua formação cidadã, garantindo-se a oferta de atividades didáticas, esportivas, culturais e de formação social.

JUSTIFICAÇÃO: O Estado "terceirizou" o programa. Cabe à rede pública assumir a proposta e ampliar o atendimento universal e gratuito, em suas escolas da rede pública.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1200/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey (Fórum Est. Combate Trab. Infantil e Proteção ao Adolescente (Belo Horizonte)) / Andrea Mismotto Carelli (Minist. Público - Promotoria de Justiça Infância e Juventude (Belo Horizonte)) / Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Garantir oferta de alimentação escolar de qualidade aos alunos de escolas em tempo integral, promovendo as seguintes alterações na ação 4034 - Ampliação da oferta de merenda escolar nas escolas de tempo integral:

- 1) ampliar as metas física e financeira da ação, de forma a igualar ao proposto para 2009 - 130.000 alunos beneficiados com merenda escolar;
- 2) alterar a finalidade da ação, incluindo em seu texto referência ao processo de universalização da oferta, em escala progressiva, de alimentação escolar.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 19 - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

AÇÃO: 4034 - AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL

Finalidade da ação: Prover a todos os alunos da rede pública, em escala progressiva, alimentação escolar, suprimindo as necessidades mínimas, com três refeições por dia.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	130000	0,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: A meta Aluno X Merenda em 2009 era de 130.000. Solicita manter essa meta para 2010. No PPAG 2010 a meta está reduzida para 105.000 alunos. O Estado de Minas Gerais, em números absolutos, é o segundo Estado com o maior número de crianças e adolescentes no trabalho infantil.

Necessário se faz pelo menos manter a meta prevista em 2009 e jamais reduzi-la para 105.000 em 2010. A manutenção dessa meta proporciona a inclusão social e educacional de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Pretende-se, portanto, ampliar os repasses às escolas da rede pública, com recursos necessários à oferta de alimentação escolar aos alunos das escolas em tempo integral inseridas no programa.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1201/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Cleonice Maria da Silva Braz (Instituição não informada)

PROPOSTA: Incluir ação no Programa 105 - Gestão Ambiental Integrada -, com o objetivo de contribuir para a afirmação cultural, inclusão e fortalecimento da cidadania dos índios mineiros

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 105 - GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

AÇÃO: (...) - Apoio e fortalecimento das comunidades indígenas de MG

Unidade: 1371 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Produto: 10498 - COMUNIDADE ATENDIDA

Unidade de medida: 49 - COMUNIDADE

Finalidade da ação: Contribuir na afirmação cultural, inclusão e fortalecimento da cidadania dos índios mineiros.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	10	200.000,00	10	200.000,00

JUSTIFICAÇÃO: Valorizar os costumes e conhecimentos tradicionais e a preservação dos recursos naturais, a cosmovisão e a sabedoria dos índios de Minas Gerais.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1202/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Marlio Geraldo Costa (Prefeitura Municipal de Jenipapo de Minas (Jenipapo de Minas)) / Dalva Ferreira Batista Lima (Fórum de Desenvolvimento Mesorregional (Itaobim))

PROPOSTA: Incluir ação no Programa 129- Ensino Superior da Unimontes -, com o objetivo de elaborar estudos para a implantação de unidades da Uemg ou da Unimontes no Vale do Jequitinhonha.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 129 - ENSINO SUPERIOR DA UNIMONTES

AÇÃO: (...) - Ensino Superior no Vale do Jequitinhonha

Unidade: 2311 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS

Produto: 1019 - ESTUDO E PROJETO ELABORADO

Unidade de medida: 86 - ESTUDO

Finalidade da ação: Elaborar estudos para a implantação de unidades da Uemg ou Unimontes no Vale do Jequitinhonha.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Jequitinhonha / Mucuri	1	100.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Atender aos jovens carentes do Médio Jequitinhonha que não têm condições de estudar em Diamantina ou em Teófilo Otoni.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1203/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação no Programa Estruturador 28 - Minas Sem Fome-, com vistas a capacitar todos os agricultores familiares, para que possam atender os requisitos da lei de alimentação escolar e passem a fornecer tais produtos para as escolas públicas de MG.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 28 - MINAS SEM FOME

AÇÃO: (...) - Capacitação de agricultores familiares

Finalidade da ação: Capacitar agricultores familiares para que possam atender aos requisitos previstos na Lei Federal sobre alimentação escolar.

JUSTIFICACÃO: Adequação à lei federal sobre alimentação escolar.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1204/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Itaobim

PROPONENTE: Dalva Ferreira Batista Lima (Fórum de Desenvolvimento Mesorregional (Itaobim))

PROPOSTA: Incluir ação no Projeto Estruturador 05 - Avaliação e Qualidade da Atuação dos órgãos de Defesa Social -, destinada a criar plano de atendimento à saúde e moradia para os profissionais da segurança pública.

ÁREA DE RESULTADO: 10 - Defesa Social

PROGRAMA: 5 - AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL

AÇÃO: (...) - Apoio aos profissionais de segurança pública

Unidade: 1451 - SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Produto: 10152 - PROFISSIONAL BENEFICIADO

Unidade de medida: 171 - PROFISSIONAL

Finalidade da ação: Criar plano de atendimento à saúde e moradia para os profissionais da segurança pública.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1205/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Ivone Luiza de Macedo Moreira Silva (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Garantir acesso da população idosa, por meio da inclusão de ação no Programa 016 - Destinos Turísticos Estratégicos - e de alterações nos atributos da Ação 4015 - Estruturação de Destinos Turísticos -, com vistas a:

- 1) mobilizar e formalizar parcerias com prestadores e fornecedores de serviços turísticos e afins visando fornecer aos turistas com idade a partir de 50 anos, programação customizada;
 - 2) alocar recursos financeiros para ampliar a infra-estrutura dos hotéis e pousadas para possibilitar o acesso dos idosos, inclusive aqueles com limitações físicas;
 - 3) promover o acesso da Melhor Idade à rede hoteleira de Minas Gerais, com tarifas exclusivas a serem usufruídas na baixa temporada.
- 2) aumentar a meta física e financeira da ação 4015, na região Sul de Minas, para, respectivamente, 2 e R\$ 1.500.000, com vistas a incluir a melhor idade nos novos destinos turísticos do Sul de Minas.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 16 - DESTINOS TURÍSTICOS ESTRATÉGICOS

AÇÃO: (...) - DESENVOLVIMENTO E FOMENTO AO TURISMO DA MELHOR IDADE

Unidade: 1411 - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

Finalidade da ação: Mobilizar e formalizar parceiros com prestadores e fornecedores de serviços turísticos e afins visando fornecer aos turistas com idade a partir de 50 anos, programação customizada. Alocar recursos financeiros para ampliar a infra-estrutura dos hotéis e pousadas para possibilitar o acesso dos idosos, inclusive aqueles com limitações físicas. Promover o acesso da Melhor Idade rede hoteleira de Minas Gerais, com tarifas exclusivas a serem usufruídas na baixa temporada.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira

Estadual	10	10.000,00	10	10.000,00
----------	----	-----------	----	-----------

JUSTIFICAÇÃO: Promover maior qualidade de vida às pessoas com idade a partir de 50 anos, sua inserção social, bem como fomento do turismo de baixa temporada.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1206/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Alexandre Lima Sad (Sindicato dos Produtores Rurais de Barbacena (Barbacena))

PROPOSTA: Incluir ação no Programa 117 - Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda -, destinada à construção de nova sede do Mercado do Produtor de Barbacena.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 117 - POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

AÇÃO: (...) - MERCADO DO PRODUTOR

Unidade: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Produto: 2347 - OBRA CONCLUÍDA

Unidade de medida: 143 - OBRA

Finalidade da ação: Construção de nova sede do Mercado do Produtor de Barbacena.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Mata	1	1.000.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Proporcionar melhores condições de comercialização de produtos rurais da região de Barbacena.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1207/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Cristiano Rezende ferreira (Assoc. Barbacense de Produtores de Rosas e Flores - ABARFL (Barbacena))

PROPOSTA: Incluir ação destinada ao apoio à cadeia produtiva de flores.

ÁREA DE RESULTADO: 8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

PROGRAMA: 117 - POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

AÇÃO: (...) - Comercialização de Flores

Unidade: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Produto: 2347 - OBRA CONCLUÍDA

Unidade de medida: 143 - OBRA

Finalidade da ação: Construção de galpão para armazenamento e comercialização de rosas e outras flores.

Regionalização	2010	2011

	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Mata	1	1.000.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Consolidar a cadeia produtiva de rosas e flores buscando o aumento da competitividade.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1208/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Evandro Castanheira Lacerda (Câmara Municipal de Lavras (Lavras))

PROPOSTA: Incluir ação no Programa Estruturador 16 - Destinos Turísticos Estratégicos -, com o objetivo de asfaltar a estrada que liga Lavras à BR 381, com 23 km.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 16 - DESTINOS TURÍSTICOS ESTRATÉGICOS

AÇÃO: (...) - Asfaltamento da Estrada que liga Lavras à BR 381

JUSTIFICAÇÃO: Esta estrada dá acesso ao lago do Funil, hoje um grande pólo de turismo no Sul de Minas.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1209/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Evandro Castanheira Lacerda (Câmara Municipal de Lavras (Lavras))

PROPOSTA: Aumentar a meta física e financeira da ação 1342 - Investimentos especiais em Municípios estratégicos -, para o asfaltamento da avenida do contorno, que promove o acesso do Município de Lavras à BR 265.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 26 - MINAS AVANÇA

AÇÃO: 1342 - INVESTIMENTOS ESPECIAIS EM MUNICÍPIOS ESTRATÉGICOS

Finalidade da ação:

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	1	13.090.000,00	0	0,00
Sul de Minas	1	2.000.000,00	0	0,00

JUSTIFICAÇÃO: Retirada do trânsito pesado do Município de Lavras.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1210/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Dinéia Aparecida Domingues (Fórum Mineiro de Educação Infantil (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação no Projeto Estruturador 018 - Ensino Médio Profissionalizante -, destinada a assegurar habilitação mínima em magistério nível médio para professor de educação infantil (creche e pré-escola).

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 18 - ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

AÇÃO: (...) - Habilitação de docentes da educação infantil

Produto: 3302 - PROFESSOR HABILITADO

Unidade de medida: 207 - UNIDADE

Finalidade da ação: Assegurar habilitação mínima em magistério nível médio para professor de educação infantil - creche e pré-escola.

JUSTIFICAÇÃO: Grandes demandas dos municípios que precisam atender educação infantil nas faixas creche (0-3) e pré-escolar (4-5). Não se trata apenas de ensino médio profissionalizante, mas de superar a condição de leigos dos profissionais que atuam na educação infantil.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1211/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Clarice Fernandes da Silva (Clarosofia Núcleo Mundial - CNM (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação no Programa 202 - Promoção para Desenvolvimento produtivo, destinada à capacitação dos servidores da Copasa e Copanor em escolarização básica e direitos dos usuários.

ÁREA DE RESULTADO: 4 - Investimento e Valor Agregado da Produção

PROGRAMA: 202 - PROMOÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

AÇÃO: (...) - Capacitação de servidores da Copasa e Copanor

Unidade: 1461 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Produto: 10465 - SERVIDOR CAPACITADO.

Unidade de medida: 387 - SERVIDOR

Finalidade da ação: Capacitar servidores da Copasa e da Copanor em educação básica e em direitos dos usuários, visando a melhorar a prestação de serviço e a valorizar os profissionais dessas empresas.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	1	1,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Necessidade de melhorar a prestação de serviço e de valorizar os profissionais.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1212/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Ivone Luiza de Macedo Moreira Silva (Conselho Estadual do Idoso - CEI (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação no Programa Estruturador 48 - Saneamento Básico: mais Saúde para todos -, destinada a instituir tarifa especial para o pagamento do abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nas áreas de concessão da Copasa, para as instituições de longa permanência e casas lares.

ÁREA DE RESULTADO: 3 - Vida Saudável

PROGRAMA: 48 - SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS

AÇÃO: (...) - Tarifa especial

Unidade: 5081 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS

Produto: 11128 - TARIFA REVISADA

Unidade de medida: 773 - SUBSÍDIO

Finalidade da ação: Instituir tarifa especial para o pagamento do abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nas áreas de concessão da Copasa, para as instituições de longa permanência e casas lares.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	1	1,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Propiciar redução de custos para ILPIs filantrópicas, através do tabelamento do preço sobre o abastecimento de água.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1213/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Lucineide Aparecida Silva (Câmara Municipal de Vespasiano (Vespasiano))

PROPOSTA: Restaurar a ação 4054 - Monitoramento eletrônico do transporte do carvão vegetal, excluída no Projeto de Revisão do PPAG, exercício 2010, com os mesmos atributos.

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 10 - CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

AÇÃO: (...) - MONITORAMENTO ELETRONICO DO TRANSPORTE DO CARVAO VEGETAL

Unidade: 2101 - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Produto: 10854 - VEÍCULO MONITORADO

Unidade de medida: 213 - VEÍCULO

Finalidade da ação: MONITORAR ELETRONICAMENTE O TRANSPORTE DO CARVÃO VEGETAL, VISANDO A INTENSIFICAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO E CONSUMO DO CARVÃO VEGETAL.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	2000	2.525.000,00	2000	2.800.000,00

JUSTIFICAÇÃO: A motivação da exclusão deixou de existir.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1214/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Rubio de Andrade (Inst. de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de M.G. (Montes Claros))

PROPOSTA: Incluir ação no Programa Estruturador 59 - Convivência com a Seca e Inclusão Produtividade -, com o objetivo de elaborar projeto de levantamento e monitoramento de recursos hídricos para ações de combate à desertificação.

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 59 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

AÇÃO: (...) - Combate à desertificação

Unidade: 2421 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS

Produto: 688 - PROJETO EXECUTADO

Unidade de medida: 175 - PROJETO

Finalidade da ação: Elaborar projeto de levantamento e monitoramento de recursos hídricos para ações de combate à desertificação.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Norte de Minas	1	500.000,00	1	500.000,00
Rio Doce	1	500.000,00	1	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO: O governo federal está elaborando um plano nacional de combate à desertificação que requer um projeto estadual para ser operacionalizado.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1215/2009 (Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Marcelo Henrique de Aguiar (Instituição não informada)

PROPOSTA: Ampliar ainda mais o percentual do território ambientalmente protegido e promover a gestão eficiente das unidades de conservação.

ÁREA DE RESULTADO: 9 - Qualidade Ambiental

PROGRAMA: 10 - CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

AÇÃO: 1052 - AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS DE VEGETAÇÃO NATIVA E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS - FHIDRO

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1216/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Rubio de Andrade (Inst. de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de M.G. (Montes Claros))

PROPOSTA: Incluir ação no Programa 59 - Convivência com a Seca e Inclusão Produtiva - , com vistas a iniciar a construção, em 2010, do Centro Integrado de Convivência com a Seca.

ÁREA DE RESULTADO: 7 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

PROGRAMA: 59 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

AÇÃO: (...) - Construção do Centro Integrado de Convivência com a Seca

Unidade: 2421 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS

Produto: 10715 - CENTRO CONSTRUÍDO

Unidade de medida: 44 - CENTRO

Finalidade da ação: Construir centro integrado de convivência com a seca.

Regionalização	2010	2011
----------------	------	------

	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Norte de Minas	1	1.000.000,00	1	11.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO: O projeto executivo do Centro será concluído em maio de 2010, demandando assim a execução das obras.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1217/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Poços de Caldas

PROPONENTE: Cibele Melo Benjamin (Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (Poços de Caldas))

PROPOSTA: Alterar a ação 1396 - Sinalização Turística -, com a inclusão da região Sul de Minas, com metas física e financeira, respectivamente, de 1 e de R\$200.000,00.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 16 - DESTINOS TURÍSTICOS ESTRATÉGICOS

AÇÃO: 1396 - SINALIZAÇÃO TURÍSTICA

Finalidade da ação:

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Estadual	1	200.000,00	0	0,00
Mata	0	0,00	0	0,00
Norte de Minas	0	0,00	0	0,00
Sul de Minas	1	200.000,00		0,00

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1218/2009 (ALTERAÇÃO DE AÇÃO)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Poços de Caldas

PROPONENTE: Cibele Melo Benjamin (Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (Poços de Caldas))

PROPOSTA: Incluir a região Sul de Minas, com metas física e financeira, respectivamente, de 1 e de R\$258.334,00, com vistas à revitalização e ampliação dos pontos turístico, bem como à reformulação do turismo existente e implementação de novas opções.

ÁREA DE RESULTADO: 11 - Rede de Cidades e Serviços

PROGRAMA: 114 - DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO

AÇÃO: 4129 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Produto:

Unidade de medida:

Finalidade da ação:

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Central	6	1.550.000,00	8	320.000,00
Sul de Minas	1	258.334,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: DISPONIBILIZAÇÃO DE UM TURISMO COM QUALIDADE ALMEJADA PELOS TURISTAS QUE RECEBEMOS.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1219/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Poços de Caldas

PROPONENTE: Carlos Alberto dos Santos (Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (Poços de Caldas))

PROPOSTA: Incluir ação no Programa Estruturador 27 - Minas Olímpica -, para oferecer ajuda financeira aos Municípios na realização de jogos escolares, por meio das Secretarias Regionais de Ensino.

ÁREA DE RESULTADO: 2 - Protagonismo Juvenil

PROGRAMA: 27 - MINAS OLÍMPICA

AÇÃO: (...) - Jogos Escolares de Minas Gerais

Finalidade da ação: Oferecer melhor qualidade de participação dos municípios nos jogos.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Sul de Minas	1	240.000,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Assim teremos participação total dos Municípios, entendendo que todos os projetos esportivos tem que passar pela escola.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1220/2009 (Inclusão de ação)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Poços de Caldas

PROPONENTE: Tereza Cristina Leite Navarro (Instituição não informada)

PROPOSTA: Incluir ação no Programa Estruturador 050 - Certifica Minas -, com vistas a padronizar e certificar a produção do queijo produzido em Poços de Caldas, ressaltando sua importância para a economia agropecuária do Estado.

ÁREA DE RESULTADO: 5 - Inovação, Tecnologia e Qualidade

PROGRAMA: 50 - CERTIFICA MINAS

AÇÃO: (...) - Certificação do Queijo Minas visando o mercado internacional

Unidade: 2371 - INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA

Produto: 10533 - PROPRIEDADE CERTIFICADA

Unidade de medida: 180 - PROPRIEDADE

Finalidade da ação: Atender a crescente demanda por queijo de qualidade, produzido em Poços de Caldas, livre de contaminação e fabricado de acordo com as normas e padrões estabelecidos pelo mercado nacional e internacional.

Regionalização	2010		2011	
	M. Física	M. Financeira	M. Física	M. Financeira
Sul de Minas	1	0,00		0,00

JUSTIFICAÇÃO: Oferta de um novo e diferenciado produto turístico aproveitando os recursos do Município.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1221/2009 (Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Montes Claros

PROPONENTE: Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco (São Francisco)) / Gilmar Vieira Freitas (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola - AMEFA (Belo Horizonte)) / Vinicius Samôr de Lacerda (Câmara Municipal de Ubá (Ubá)) / Vanessa Barçante Jota (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola - AMEFA (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Reinserir as Ações 4587 - Melhoria da infraestrutura das escolas família agrícola -, 2138 - Atendimento Escola Família Agrícola - Ensino Fundamental em Tempo Integral e 2139 - Atendimento à Escola Família Agrícola - Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, do Programa 232 - Escola Família Agrícola, excluídas no projeto de revisão PPAG para o exercício 2010, e criar ação para repassar recursos financeiros às Escolas Famílias Agrícola, para subsidiar a execução de obras de infraestrutura.

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 232 - ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA

JUSTIFICAÇÃO: Necessidade de uma educação diferenciada para a formação do jovem rural, respeitando seu contexto socioeconômico e cultural.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1222/2009 (Outros)

EVENTO: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Exercício 2010 - Belo Horizonte

PROPONENTE: Antonio Braz Rodrigues (Sind. Unico dos Trab. em Educação de M.G. - SIND-UTE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alterar as ações 1388 - Qualificação Profissional e Avaliação de Professores - Ensino Médio - e 1387 - Qualificação profissional e Avaliação dos Professores - Ensino Fundamental - em todos os seus atributos, com vistas a garantir:

- 1) a formação inicial dos trabalhadores da educação básica, com gratuidade, em parceria com o MEC;
- 2) o acesso e a liberação desses profissionais ao Forprof/Mec..

ÁREA DE RESULTADO: 1 - Educação de Qualidade

PROGRAMA: 14 - DESEMPENHO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES

JUSTIFICAÇÃO: O Estado já aderiu ao Profucionário em parceria com o MEC e ao ao Forprof. O objetivo da proposta é:

- 1) ampliar o número de participantes, a partir da oferta de cursos iniciais aos trabalhadores, para ingresso no programa.
- 2) providenciar a liberação e garantir o acesso a todos os trabalhadores da rede estadual ao Forprof.

- À Comissão de Participação Popular.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.758/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Walter Tosta, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Batista Atos da Promessa - Asbap -, com sede no Município de Vespasiano.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.758/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Batista Atos da Promessa – Asbap –, com sede no Município de Vespasiano, que tem como finalidade integrar seus associados e prestar serviços necessários à comunidade.

A entidade elabora políticas para os moradores do Bairro Nova York, onde está situada, buscando soluções para seus problemas, e encaminhando-as às autoridades competentes; zela pela qualidade de vida de seus associados; desenvolve atividades culturais, esportivas, recreativas, assistenciais e educativas; viabiliza convênios e recursos para desenvolver trabalhos que beneficiem crianças, jovens, adultos e idosos; e defende os interesses coletivos.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.758/2009.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2009.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.766/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Esportiva Nova Estrela, com sede no Município de Campanha.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.766/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Esportiva Nova Estrela, com sede no Município de Campanha, que possui como finalidade congregar os interessados na difusão da prática esportiva.

Para o melhor desempenho de sua função, a entidade promove o intercâmbio social e esportivo com instituições congêneres; colabora na execução de programas de interesse da comunidade visando ao desenvolvimento do esporte e do lazer; reivindica perante as entidades públicas apoio para subsidiar suas iniciativas. Além disso, tornou-se um fator de integração, uma vez que efetua reuniões familiares ou comunitárias, oportunidade em que é cultivado o civismo e as tradições mineiras.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.766/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2009.

Gláucia Brandão, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.770/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Ronaldo Magalhães, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Remanescentes - Acre -, com sede no Município de Contagem.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.770/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Remanescentes - Acre -, com sede no Município de Contagem, que possui como finalidade a difusão de atividades sociais, cívicas, culturais, desportivas e educacionais.

É relevante mencionar que a referida entidade prioriza a educação, atuando na formação e na capacitação de profissionais da área; promove eventos como seminários, congressos e simpósios, fomentando a interação entre escolas e centros comunitários; realiza campanhas de conscientização sobre os malefícios do uso de drogas; busca a captação de recursos para a realização de seus projetos por meio da realização de "shows", festivais e feiras; implanta ações que possibilitem a melhoria do nível de vida das pessoas carentes residentes na comunidade.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.770/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2009.

Ruy Muniz, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.780/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública o Mangueiras Esporte Clube, com sede no Município de Sabará.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.780/2009 pretende declarar de utilidade pública o Mangueiras Esporte Clube, com sede no Município de Sabará, que possui como finalidade proporcionar a difusão de atividades sociais, cívicas, culturais e desportivas.

É relevante mencionar que a referida entidade prioriza a prática do esporte, principalmente o futebol, podendo competir em todas as modalidades esportivas amadoras especializadas, inclusive o futebol feminino.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.780/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2009.

Carlin Moura, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.796/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe, tem por objetivo dar denominação a escola estadual de ensino fundamental e ensino médio situada no Distrito de São Joaquim, no Município de Januária.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.796/2009 tem por finalidade dar a denominação de Escola Estadual José Manoel Cirino à Escola Estadual de São Joaquim, de ensinos fundamental e médio, localizada na Rua Santa Maria, 105, no Distrito de São Joaquim, no Município de Januária.

A apresentação do projeto decorre de pedido formulado pelo colegiado da Escola Estadual de São Joaquim, de ensino fundamental (anos iniciais e finais) e ensino médio, o qual, em reunião realizada no dia 10/8/2009, homologou pela maioria dos votos de seus membros a indicação do nome de José Manoel Cirino para denominar aquela unidade de ensino.

O homenageado nasceu em 1927 e teve sua vida marcada pelo comprometimento com as necessidades sociais e educacionais da comunidade. Como cidadão atuante, doou um terreno destinado à construção de prédio próprio para funcionamento da escola estadual, o que foi relevante contribuição para o desenvolvimento e o crescimento da localidade.

Em reconhecimento ao seu trabalho, é justo lhe seja prestada homenagem duradoura, com o empréstimo de seu nome para denominar o referido bem público.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.796/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2009.

Ruy Muniz, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.835/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Juarez Távora, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Casa de Bem Estar da Criança e do Adolescente de Aiuruoca, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.835/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Casa de Bem Estar da Criança e do Adolescente de Aiuruoca, com sede nesse Município, que tem como finalidade prestar auxílio e proteção às crianças e adolescentes carentes vítimas de maus-tratos.

Para a consecução de suas metas, promove e ampara crianças e adolescentes em situação de risco, especialmente as vítimas de maus tratos, negligência, violência física, psicológica e sexual e, em parceria com órgãos públicos e particulares, desenvolve projetos objetivando preparar seus assistidos para o exercício da cidadania, ajudando-os a realizar suas plenas potencialidades intelectuais, sociais e afetivas

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.835/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2009.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.843/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Casa do Pão Francisco de Assis, com sede no Município de Maria da Fé.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.843/2009 pretende declarar de utilidade pública a Casa do Pão Francisco de Assis, com sede no Município de Maria da Fé, que tem como finalidade implementar ações para buscar a melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais.

Com o intento de alcançar seus objetivos, promove a melhor integração dos seus associados e a comunidade, busca junto a autoridades públicas e a particulares soluções para os problemas coletivos e desenvolve atividades assistenciais, educacionais, culturais e de lazer.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.843/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2009.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.731/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.731/2007, de autoria da Deputada Ana Maria Resende, que declara de utilidade pública o Distrito de Irrigação de Jaíba, com sede no Município de Manga, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.731/2007

Declara de utilidade pública a entidade Distrito de Irrigação de Jaíba, com sede no Município de Jaíba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Distrito de Irrigação de Jaíba, com sede no Município de Jaíba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Ronaldo Magalhães - Dimas Fabiano.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.827/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.827/2008, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do Estado, do direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública, foi aprovado nos turnos regimentais, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.827/2008

Torna obrigatória a afixação, nas dependências dos serviços notariais do Estado, de cartaz com informação sobre o direito de se realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – É obrigatória a afixação, nas dependências dos serviços notariais do Estado, em local visível e de grande circulação de pessoas, de cartaz que contenha informação sobre o direito de se realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública, na forma do art. 1.124-A da Lei Federal nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Art. 2º – O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de R\$1.000,00 (um mil reais).

Art. 3º – Esta lei entra em vigor no prazo de sessenta dias contados da data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano - Ronaldo Magalhães.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.424/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.424/2009, de autoria do Deputado Padre João, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção dos Animais de Caxambu, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.424/2009

Declara de utilidade pública a Associação de Proteção dos Animais de Caxambu, com sede no Município de Caxambu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção dos Animais de Caxambu, com sede no Município de Caxambu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Ronaldo Magalhães - Dimas Fabiano.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.665/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.665/2009, de autoria do Deputado Célio Moreira, que declara de utilidade pública a Associação Protetora de Cães e Gatos Jovina Rocha Prado, com sede no Município de Muzambinho, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.665/2009

Declara de utilidade pública a Associação Protetora de Cães e Gatos Jovina Rocha Prado, com sede no Município de Muzambinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Protetora de Cães e Gatos Jovina Rocha Prado, com sede no Município de Muzambinho.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ronaldo Magalhães - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.729/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.729/2009, de autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores de Anta dos Coelhoos – Aspac –, com sede no Município de Dores do Indaiá, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.729/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores de Anta dos Coelhoos – Aspac –, com sede no Município de Dores do Indaiá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores de Anta dos Coelhoos – Aspac –, com sede no Município de Dores do Indaiá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ronaldo Magalhães, relator - Ademir Lucas - Dimas Fabiano.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.748/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.748/2009, de autoria do Deputado Domingos Sávio, que declara de utilidade pública a Associação de Usuários da Bacia Hidrográfica do Rio Pará – CBH-Pará –, com sede no Município de Divinópolis, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

Declara de utilidade pública a Associação de Usuários da Bacia Hidrográfica do Rio Pará, com sede no Município de Divinópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Usuários da Bacia Hidrográfica do Rio Pará, com sede no Município de Divinópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ronaldo Magalhães, relator - Ademir Lucas - Dimas Fabiano.

Parecer sobre A emenda nº 3 APRESENTADA NO PLENÁRIO EM 1º Turno Ao Projeto de Lei Nº 2.960/2009

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto em epígrafe dispõe sobre indenização à Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro – AEFJP.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. Esta Comissão opinou pela aprovação da matéria, com essas emendas.

Na fase de discussão do projeto no 1º turno, foi apresentada, no Plenário, a Emenda nº 3, que vem a esta Comissão para receber parecer, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno.

Fundamentação

A Fundação João Pinheiro cedeu, em comodato, imóvel à AEFJP, para que essa Associação edificasse seu clube campestre. Para tanto, a Associação dispôs recursos próprios. Posteriormente, ela restituiu o referido imóvel à Fundação João Pinheiro. O projeto em tela dispõe sobre indenização à AEFJP pelos gastos despendidos com a edificação.

A Emenda em questão estabelece que a AEFJP deverá apresentar as notas fiscais comprobatórias dos gastos com a edificação, a fim de instruir a elaboração do laudo pericial que irá apurar o "quantum" indenizatório.

Entendemos que a emenda não deve prosperar.

Preliminarmente, o art. 205 do Código Civil fixa o prazo prescricional, nesse caso, em dez anos. Assim, como a edificação foi erigida anteriormente a esse período, as referidas notas fiscais não podem mais ser exigidas.

Quanto ao mérito, o laudo irá apurar a valorização do imóvel em decorrência da benfeitoria, ou seja, irá determinar o atual valor de mercado do imóvel com a edificação e sem a edificação e apurar a diferença entre eles. Essa valorização não tem relação com os gastos passados de que tratam as notas fiscais. Por exemplo, uma benfeitoria certamente está depreciada e o seu valor, isoladamente, é inferior ao valor de custo. Por outro lado, pode ter sido feita uma benfeitoria estratégica que agregue ao imóvel um valor superior ao seu custo de aquisição.

Assim, as notas fiscais não servem de subsídio para elaboração do laudo pericial.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela rejeição da Emenda nº 3, apresentada no Plenário, ao Projeto de Lei nº 2.960/2009.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2009.

Zé Maia, Presidente e relator - Adelmo Carneiro Leão - Inácio Franco - Jayro Lessa - Juarez Távora - Lafayette de Andrada.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

102ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 11/11/2009

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, visitantes que hoje ocupam nossas galerias, no dia 23 de setembro último, em atenção a requerimento que contou com a assinatura de 49 Deputados e Deputadas, foi instalada nesta Assembleia a Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores Públicos. Para a proposição dessa Frente, muito contribuíram a visível incoerência entre a alardeada qualidade do serviço induzida pelo tal Choque de Gestão e a insatisfação dos servidores após o rearranjo de suas carreiras no atual governo. Queixas, críticas, denúncias, temores e insegurança vinham sendo trazidos pelos servidores do Executivo a esta Assembleia, e não apenas a meu gabinete, e, pelo que deduzo, a praticamente todos os gabinetes desta Casa. Tanta insatisfação, tanta grita, tanto pedido de verdadeiro socorro dão mostra de que na base operacional, na fronteira dos recursos humanos do Executivo estadual, o que existe atualmente é uma massa comprimida e sufocada, uma massa esmagada por questões salariais, por planos de carreira insatisfatórios e pelo sofrimento causado por sua condição de impotência diante daquilo por ela própria considerado o desmanche, o desmonte, a desestruturação de muitos dos

órgãos e serviços do Estado. Entre as queixas dos servidores estão, por exemplo, o tratamento discriminatório dado a algumas categorias; a grande distinção salarial entre cargos de funções muito próximas; o posicionamento de todos os servidores no grau A, à revelia de seu tempo de serviço; a subjetividade da avaliação de desempenho; a quarentena do estágio probatório, que não conta para promoções e progressões na carreira; a vinculação da promoção por escolaridade, a obtenção do Nível III, o que só ocorre no 13º ano de serviço; o longo interstício existente entre as promoções e progressões, a ponto de uma carreira completa chegar a exigir até incríveis 43 anos de serviço. Todos esses problemas são por si muito graves, gravíssimos. E têm seu quadro ainda agravado se considerado que eles sobrevieram quando os servidores tinham sido preparados para movimento contrário, isto é, para o tempo de bonança que vinha sendo alardeado pelo Choque de Gestão, carreiras modernas, incentivos, reconhecimento. Com isso é que o governo lhes tinha acenado. E hoje os servidores se sentem ludibriados. Diante da expectativa criada, seu descontentamento e sua frustração ganham contornos dramáticos, sua saúde se fragiliza, seus ambientes de trabalho vão tendo clima organizacional cada vez mais deteriorado. Gravíssimos, pois, esses problemas, mas, ainda assim, nenhum deles tão grave quanto o que passo a destacar e ao qual dedico a presente fala: a falta de reajuste que recomponha o poder de compra anualmente.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Quero agradecer, Deputado, e parabenizar V. Exa. pelo brilhante pronunciamento. É um verdadeiro desrespeito a maneira como o governo do Estado trata o conjunto dos nossos servidores, que têm uma das menores remunerações de todos os Estados da Federação. Um exemplo claro são os Agentes Penitenciários, que aqui estão. Há Agentes com contrato de mais de 15 anos e, infelizmente, não tiveram direito de pedir nem de solicitar curso de tiro. Tiraram deles o vale-alimentação. Eles se mobilizaram, colocaram na pauta de reivindicação, e o governo não aceita nem essa reivindicação. É um verdadeiro desrespeito a maneira como o Governador do Estado, como esse governo trata os servidores da segurança pública, da educação, da administração, os servidores administrativos da Polícia Civil, que recebem menos de um salário mínimo. E agora essa situação muito triste e caótica que mostra a situação, principalmente da segurança pública, no nosso Estado. O governo tem realmente de tomar providência, tem de colocar a mão na consciência. Os Agentes Penitenciários são servidores que foram perseguidos, estão sendo massacrados pelo governo. E nós não podemos ser covardes, temos de nos posicionar. E podem ter certeza de que essa briga não é apenas dos agentes, é nossa, do PMDB, do PCdoB, do PT. É uma luta do nosso bloco, e iremos até o fim. Continuaremos obstruindo a pauta de votação e, dependendo, obstruiremos até a peça orçamentária do governo do Estado. Vamos fazer todas as gestões e clamar aqui. Onde está o Poder Judiciário? Quando o Poder Judiciário determinou que a greve era ilegal, os trabalhadores voltaram imediatamente ao trabalho, cumpriram a lei. Quem não está cumprindo a lei é o governo do Estado, que não permitiu que os servidores voltassem aos seus postos de trabalho. O Vice-Governador Anastasia disse que punirá todos os grevistas, contrariando e rasgando toda a legislação. O que queremos é que realmente seja feita justiça. Solicitamos à Liderança do Governo providências, pedimos que se suspenda a reunião para que entremos em processo de negociação, de acordo. Mais uma vez, gostaria de parabenizar a sensibilidade do Deputado Sávio Souza Cruz, que faz um pronunciamento brilhante, coerente com o momento por que passamos, contextualizando a verdadeira situação em que se encontram os servidores. O Orçamento de 2003 para cá passou de R\$17.000.000.000,00 para mais de R\$41.000.000.000,00, mas, infelizmente, os salários dos servidores não acompanharam essa evolução. Parabenizo-o, Deputado Sávio Souza Cruz. Continue a luta, estamos firmes. Essa briga dos Agentes Penitenciários também é nossa. Não votaremos nada. Obstrução total e legal enquanto o governo não resolver a situação dos Agentes.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Cumprimento o Deputado Weliton Prado e, antes de prosseguir concedendo apartes aos Deputados que se apresentam postados nos microfones, gostaria de informar a todos, aos presentes nas galerias, que ontem, na reunião do Bloco PT-PCdoB-PMDB junto à Coordenação Intersindical, foi destacada essa enorme preocupação com a situação dos Agentes Penitenciários. Lembrava que fui eu, na condição de Secretário de Recursos Humanos e Administração do governo Itamar Franco, que revi e reverti todas as demissões de líderes sindicais praticadas no governo anterior do PSDB, no governo do "valerioduto" mineiro, governo Eduardo Azeredo. Todos os líderes sindicais excluídos do serviço público no governo Eduardo Azeredo foram readmitidos por mim, como Secretário de Recursos Humanos e Administração.

A prática retomada agora pelo novo governo tucano, de demissão de líderes sindicais, merece toda a repulsa da sociedade mineira, toda a revolta dos servidores, toda a solidariedade desta Casa, porque é inconcebível que o sagrado direito de manifestação e toda a importância de que se revestem as lideranças sindicais nas lutas reivindicatórias dos trabalhadores passem a ser agora ameaçados por esse governo que, mais uma vez, se mostra autoritário, insensível e focado não na qualidade do serviço público, mas como um facilitador dos grandes negócios dos amigos.

Deixo esse registro de que o bloco parlamentar exigirá do governo, no limite de suas forças, na obstrução que pode fazer, na ação política que pode comandar, a readmissão integral de todos os Agentes demitidos, inclusive e especialmente as lideranças que o governo mais reluta em readmitir.

Gostaria de ouvir o Deputado Vanderlei Miranda, meu colega, meu Líder de Bancada, para depois prosseguir meu pronunciamento.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Parabenizo o companheiro Deputado Sávio Souza Cruz, sempre muito brilhante em sua fala, muito inteligente e, acima de tudo, muito coerente. Serei breve para não tomar seu tempo na tribuna, apenas reforço o que já foi dito pelo companheiro Deputado Weliton Prado e a posição do Bloco PT-PCdoB-PMDB, do qual, V. Exa. sabe, sou o Vice-Líder.

Gostaria de dizer que esperamos que o bom-senso fale mais alto por parte do governo, que precisa rever a situação desses companheiros trabalhadores, que estão - alguns deles - já à míngua, porque receberam apenas metade de seus salários, que já não eram grande coisa. Com certeza a metade recebida já foi toda consumida. Muitos não estão aqui hoje porque sequer tiveram dinheiro para o ônibus. Com certeza, muitos que aqui estão vieram de seus bairros a pé porque não tinham dinheiro sequer para pagar a condução para aqui chegar.

Espero que, mais uma vez, o bom-senso do governo possa falar mais alto, prevalecer. Esperamos que o governo reveja essa posição radical tomada para com esses nossos companheiros e companheiras e faça a readmissão de todos, tirando a punição administrativa dos concursados, que também estão sendo prejudicados.

A posição do bloco é pela luta em prol da anulação desse ato e pela readmissão de todos, opção esta, para nós, "sine qua non". Muito obrigado.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Eu é que lhe agradeço, Deputado Vanderlei Miranda. Sei que tem a motivá-lo, além da justa indignação, no que se refere à minha pessoa, a grande amizade que construímos ao longo desses anos.

Quero basear meu pronunciamento no reajuste anual, uma regulamentação do dispositivo constitucional.

Observe-se que o trabalhador celetista tem uma data-base e que o salário mínimo é corrigido anualmente. Já o servidor público não tem esse benefício, e disso vem-se prevalecendo o atual governo mineiro para deixar de recompor o poder de compra dos salários de seu pessoal a cada ano.

O impacto desse comportamento contumaz já comprimiu o poder aquisitivo dos servidores a níveis baixos, em muitos casos a níveis baixíssimos. Valores tão insignificantes que os próprios servidores se dizem envergonhados de abrir seus contracheques até para os próprios filhos. Os mais afetados por esse descalabro são os servidores administrativos, já recebidos em audiência pública nesta Assembleia; são também os servidores da categoria Autop do DER; e são também os aposentados, para os quais se inventaram até formas de burlar o direito à paridade.

Se não tomasse tanto tempo nesta tribuna, poderia ler aqui alguns dos dramáticos relatos encaminhados por servidores a meu gabinete. Não é um, não é uma dezena, são centenas de relatos, todos capazes de testemunhar que o governo se esqueceu de que os recursos humanos são humanos e que por trás de cada número de Masp há um servidor e uma família que não podem ser entregues à própria sorte.

Esse quadro dramático transforma em necessidade premente a existência de uma política salarial com reajustes anuais em nosso Estado. Em 2006, no mês de setembro, no auge da campanha eleitoral pelo segundo mandato, o Governador encaminhou a esta Assembleia matéria propondo política salarial com reajustes anuais. O então Secretário de Planejamento e Gestão, hoje Vice-Governador, expôs publicamente o plano do governo a respeito, fazendo-o em sala nobre da OAB nesta cidade. Mas o Projeto de Lei nº 3.669/2006, sem fôlego para cumprir sua tramitação até o final daquele ano, foi arquivado ao término da legislatura, e dele não mais se lembrou o Governador nesses anos todos transcorridos desde então.

Depois de muito interpellar o governo, sempre sem resposta, apresentei à Casa, em março deste ano, um requerimento para desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.669/2006. Embora houvesse respaldo regimental, o requerimento foi indeferido. Não me restou alternativa senão interpellar diretamente o Governador, o que fiz por meio de ofício do meu gabinete. Sem resposta também para esse documento, propus a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Servidor Público, tendo contado com o apoio de 48 dos membros desta Casa. Durante a solenidade de instalação dessa Frente Parlamentar, ocorrida em 23 de setembro, enfatizei a necessidade de legislação determinando o reajuste anual dos salários no Executivo e, ato contínuo, encaminhei à Seplag documento solicitando o encaminhamento de mensagem contendo proposta legislativa acerca da matéria.

Recebi, para essas últimas iniciativas, uma resposta indireta, quando a titular da Seplag, Secretária Renata Vilhena, aqui esteve, poucos dias depois, no início de outubro, para a entrega da proposta orçamentária para 2010.

Naquela ocasião, o item que a Secretária escolheu para enfatizar foi, na visão dela, a impossibilidade de o Estado conceder reajustes em 2010. A mesma resposta, recebi de forma direta no início deste mês, por meio de um ofício no qual a Secretária reitera que não serão concedidos reajustes em 2010, e isso por conta da incapacidade financeira do Estado, debilitada com a queda da arrecadação decorrente da crise econômica internacional. Nessa resposta, a Secretária limita-se a mencionar a incapacidade financeira do Estado, não abordando a questão da política salarial por o funcionalismo; ignora cobrança nesse sentido, faz que não leu o que pedimos, reitera a insensibilidade do governo de que faz parte. O conjunto desses fatos me fez vir hoje a esta tribuna. Temos muita coisa a lembrar à Secretária e ao governo que ela integra. No que tange à incapacidade financeira de o Estado conceder reajustes em 2010, temos de lembrá-la de que seus cálculos levaram em conta tão-somente os índices do ICMS, quando a receita do Estado é integrada também por outros componentes. Os valores seriam diferentes se todos os componentes da receita tivessem sido considerados. É dever lembrá-la ainda de que, se é a crise financeira o que impede o reajuste dos salários, essa crise irrompeu apenas no final de 2008, e os salários ficaram sem reajuste em todos os anos antecedentes neste governo: assim, se na ausência da crise os salários poderiam ter sido reajustados e não o foram, que o sejam agora em relação aos anos sem crise, reparando uma dívida que já dura muito tempo.

Também cumpre lembrar à Secretária que o mundo todo já comemora o fim da crise financeira e que, em Minas, a cada dia, há mais manchetes nos jornais anunciando investimentos de grandes empresas, inclusive na mineração. Portanto, insistir na tese de que faltarão recursos é passar recibo de desesperança e de que o equilíbrio das contas do Estado, que tem capacidade financeira para imprimir todo vapor à faraônica esplanada das secretarias, pode não estar tão consolidado quanto se apregoa. Já no que tange à política salarial com reajustes anuais, recuso o argumento de que a crise financeira seja impeditivo para sua discussão. Não se interrompem análises e debates por conta de crise financeira, até porque, mesmo dentro das crises financeiras, é preciso que se encontrem soluções para os nossos problemas. Que venha, pois, do Executivo a mensagem contendo matéria legislativa acerca de política salarial com reajustes anuais para o funcionalismo. Que o Governador, com seu silêncio sobre o assunto, não nos leve a concluir que sua proposta de 2006 era tão somente um movimento de campanha, um aceno para a massa, uma promessa para não ser cumprida.

Termino agradecendo a todos, em especial aos Deputados que me apartearam e ao Presidente desta reunião, Deputado José Henrique, agradeço a compreensão, estendendo o tempo ao final da minha fala. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gil Pereira* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, subo à tribuna para fazer um pronunciamento sobre a minha terra, a nossa Januária, onde passa o Rio da Integração Nacional, o nosso Rio São Francisco. Nos dias 13 a 15 deste mês, Januária estará em festa. Os ex-alunos do Ginásio São João, com o carinho da população, o apoio da municipalidade e a coordenação da Casa da Memória do Vale do São Francisco, estarão comemorando o centenário de nascimento do Mons. João Florisval Mont'Alvão, a maior figura da educação no interior de Minas, fundador daquele educandário, a mais consistente das obras culturais de nossa região. Ele irradiou sua exemplar e benéfica atuação para outros Estados, trazendo para Minas Gerais estudantes da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás, atravessando fronteiras.

Foram gerações e gerações de jovens que usufruíram dos melhores ensinamentos, de uma erudita cultura, de sólido saber, de um refinamento cívico e cidadão, pilares de uma formação humanística e cristã muito bem sedimentada.

A obra do Mons. Mont'Alvão era toda orientada e conduzida por ele próprio e marcada pela austeridade, respeitosa, afetiva e carinhosa. Ele era sábio! Ele era bom! Com expressiva ação filantrópica, jamais excluiu dos estudos os que não tinham condições de pagamento. Todos eram acolhidos sem discriminação, preconceito ou reserva. Era a universalização da educação. O talento do Mons. Mont'Alvão granjeou-lhe profundo respeito na comunidade educacional mineira, sendo da maior justiça o tributo que lhe prestam os seus ex-alunos, conterrâneos e admiradores.

Desejo, assim, que se registre nos anais desta Casa de Tiradentes todo esse reconhecimento que o povo de Januária e suas autoridades tributam à sua figura maior na área da educação: o saudoso e inesquecível Mons. João Florisval Mont'Alvão, uma lenda imortal. São essas as minhas palavras. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Mais uma vez, gostaria de parabenizar todos os Agentes Penitenciários. Quero, ainda, deixar o nosso repúdio, porque, na última hora, foi desmarcada, desconvocada a reunião que aconteceria na Comissão de Direitos Humanos. Essa é uma questão de justiça, própria para ser discutida na Comissão de Direitos Humanos. Infelizmente, essa reunião foi desconvocada, o que talvez se deva ao medo de ouvir a verdade e a realidade. Tenham certeza de que, se essa reunião tivesse acontecido, os Agentes teriam exposto todos os problemas que estão ocorrendo e que o governo está com medo de ouvir. No entanto, ele terá de ouvir a realidade, porque estamos num sistema democrático. Democracia é bom, mas dá trabalho.

Realmente, vocês precisam continuar pressionando e exigindo os seus direitos. Vários relatórios nos foram repassados em relação aos problemas atuais. O assédio moral continua, principalmente no que diz respeito aos Agentes que retornaram. A cada momento, durante o plantão, eles sofrem ameaças de demissão, conforme seus relatos. Existe ainda uma lista, com aproximadamente 130 Agentes, que foi enviada à Corregedoria para que eles não retornem à unidade Dutra Ladeira, o que fere a legislação. Além disso, os servidores que estavam de férias

foram afastados e demitidos, nesta conduta ilegal e criminoso que está tendo o governo do Estado.

A unidade Dutra Ladeira está trabalhando com apenas três Agentes na realização do trabalho de escolta interna, o que traz grande risco para os servidores. É uma questão muito séria. Os Agentes que realizavam suas atividades no interior e que agora estão trabalhando na unidade Dutra Ladeira estão adoecendo, porque, desde o dia 17, estão sem folga. O mais estranho aconteceu com os Agentes que tiveram descontados, nos respectivos pagamentos, os dias de greve, porque o fechamento do ponto aconteceu todo dia 17 e a greve foi iniciada no dia 16, o que revela outra contradição e ilegalidade cometida pelo Estado.

A desconvocação da audiência pública que seria realizada hoje, nesta Casa, foi outro ato de total desrespeito: ela foi adiada para dezembro, numa clara falta de humanidade com os Agentes.

Isso significa que só pode ser discutido aqui o que o governo quer. Se for para discutir o Centro Administrativo e bater palmas para o Governador, pode. Serão gastos R\$3.000.000.000,00. Só para móveis, mesas, equipamentos, serão mais de R\$300.000.000,00. Poderia ser feita a audiência pública. Várias delas acontecerão agora, no período da tarde. Entretanto, para mostrar a verdade, a realidade dos Agentes Penitenciários no Estado, para mostrar a perseguição, a discriminação, a realidade da segurança pública no nosso Estado, não pode haver audiência, não.

O Governador disse que a segurança pública no Estado seria referência não só para Minas Gerais, mas para o Brasil. Não é isso o que estamos vendo: o que vemos é a criminalidade aumentar a cada dia que passa.

Concedo aparte à Deputada Maria Tereza Lara. Na sequência, apresentaremos mais descasos do governo.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Weliton Prado, jovem, bravo companheiro atuante nesta Casa, serei breve. Quero apenas registrar publicamente, mais uma vez, como membro do Bloco PT-PCdoB-PMDB, que estamos participando dessa campanha do nosso Bloco para que haja diálogo, negociação. Também somos totalmente contra a demissão de todos os Agentes, sem exceção. A séria questão dos Diretores de sindicatos e de associações é garantida por lei. O que temos procurado, até por meio da participação na audiência que ocorreu com o Sindicato, com os Diretores e com os Agentes na Secretaria de Planejamento, bem como por meio dos nossos pronunciamentos - conversamos com várias lideranças -, é que ocorra a reabertura do diálogo para solucionar esse grave problema. Os Agentes Penitenciários - são jovens, mulheres e homens que estão há 10, 15 anos trabalhando - não podem ficar prejudicados e não podem ter seus direitos negados.

Quero deixar isso registrado, Deputado Weliton Prado. V. Exa. pode contar com a nossa solidariedade e o nosso empenho para que, de fato, ocorra a reabertura das negociações e seja solucionado esse impasse, porque ninguém ganha com isso. Os detentos precisam dos profissionais para a sua ressocialização, para que o trabalho seja bem feito. Estamos participando dessas discussões dentro do nosso Bloco e também como membro da Comissão de Segurança Pública. Esta Casa tem um papel importante nesse diálogo. Obrigada.

O Deputado Weliton Prado* - Agradeço à Deputada Maria Tereza Lara, que expôs muito bem o posicionamento firme do Bloco PT-PMDB-PCdoB nesta Casa. Faremos obstrução até o governo ter sensibilidade para resolver esse problema. A questão é realmente muito simples. A mobilização e a obstrução aqui na Assembleia continuarão com muita força. Solicitamos, mais uma vez, às lideranças do governo que resolvam esse problema o mais rápido possível, pois queremos votar os projetos e dar continuidade aos trabalhos da Casa. Enquanto isso não acontecer, continuaremos paralisando.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Cumprimento V. Exa. Iniciamos essa luta nesta Casa - o pontapé inicial partiu deste Deputado - quando fizemos audiências públicas ainda na Comissão de Segurança Pública, que eu presidia. A partir daí, tentamos a aprovação de um projeto que dizia respeito à efetivação desses servidores. Depois de muita luta - cerca de um ano e meio depois -, conseguimos avançar, com a manifestação de outros Deputados, nas mobilizações dos Agentes Penitenciários.

A Lei nº 18.185 foi aprovada por esta Casa e sancionada pelo Governador no dia 4/6/2009. O decreto que a regulamentou veio logo em seguida, no mês de agosto. Mas o que me deixa extremamente indignado é que apresentamos um requerimento na Comissão de Segurança Pública 15 dias antes de os servidores fazerem a mobilização para a reivindicação, que era justa. Ela se referia ao retorno do Sodexo; a uma definição melhor da carga horária, porque eles estavam trabalhando excessivamente; à questão da carteira funcional; e à busca de reposição salarial. Ou seja, tudo aquilo que os Agentes de Segurança Penitenciária reivindicavam era justo.

Compreendendo aquele momento, apresentei requerimento à Comissão de Segurança Pública. Após 15 dias, ao cobrar resposta do Deputado João Leite, Presidente da Comissão, ele alegou à Vice-Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, que entendia que aquele tema tinha algo a ver com a Comissão de Administração Pública e que este Deputado deveria apresentar outro requerimento nessa Comissão, para que ele pudesse marcar a reunião. Pois assim foi feito, por orientação do próprio Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública. Apresentamos requerimento à Comissão de Administração Pública, que foi aprovado, e estamos esperando até hoje o Deputado João Leite, por ser mais idoso que o Deputado Délio Malheiros - assim determina o Regimento -, marcar a audiência pública. Nesse período, fizeram a mobilização. As informações que nos chegam é que o Secretário Maurício de Oliveira Campos Júnior não estaria sendo intransigente; o que ele não queria fazer era rever os atos da demissão.

O que me preocupa é que o Secretário é advogado criminalista renomado, sendo inclusive professor universitário. Deputado Weliton Prado, a lei que aprovamos diz, no seu art. 11: "As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos temos desta lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 dias e assegurada ampla defesa". Ampla defesa é algo muito mais abrangente que imaginamos. O inciso LV do art. 5º da Constituição da República, que trata de direitos e garantias fundamentais, tem o seguinte teor: "Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes". Mais adiante, Deputado, o art. 37 da Constituição da República traz a seguinte disposição, em seu "caput" - aí está a verdadeira preocupação: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade...". Ilegal a demissão foi, porque não houve processo administrativo, conforme determina a Lei nº 18.185, e ampla defesa como direitos e garantias fundamentais; e foi pessoal porque o Secretário Maurício de Oliveira Campos Júnior chama para ele essa atribuição como algo do qual não pudesse abrir mão. Não se trata aqui, como já disse a outros Deputados e ao nosso Líder do Governo, da boa vontade ou da benevolência do Secretário. Cabe a ele cumprir a lei, porque Secretário de Estado obedece ao "caput" do art. 37, cujo primeiro princípio é a legalidade. Então, não lhe cabe questionar, mas cumprir a lei.

Esses servidores foram demitidos ao arrepio da lei, pois não lhes deram o direito ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório. De 500 servidores, se 10 ou 15 cometeram faltas graves e devem ser colocados na rua, tem de instalar-se o devido processo legal e dar-lhes a ampla defesa e o contraditório. Foi assim comigo. Quando fizemos a greve em 1997, mesmo sabendo, Deputado Carlin Moura, que o Comando da Polícia Militar, na decisão de mérito, nos colocaria na rua, ainda tiveram o zelo de fazer os processos administrativos disciplinares e instaurar os inquéritos. Mas, pelo que estamos vendo, o método é altamente preocupante. Até gostaria de não externar alguns adjetivos para o método, porque estão acima de maquiavélico e de draconiano. Não se pode colocar servidor na rua porque se quer colocá-lo, principalmente em se tratando de autoridade que opera o direito no dia a dia, que é professor acadêmico.

Esta Casa e as comissões têm de posicionar-se, e vamos esperar que o Deputado João Leite marque a audiência pública, conforme se

comprometeu com a Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão. Aguardaremos. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Weliton Prado* - Obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. Isso demonstra que o governo pensa que está acima de tudo, inclusive da lei, e que rasga as Constituições Estadual e Federal e as leis aprovadas nesta Casa. Aliás, vemos aqui palavras do Governador Aécio Neves numa mensagem do dia 3/6/2003. Observem o que ele diz para aprovar um projeto que estava enviando a esta Casa: "...dentre os quais merece destaque a falta de pessoal devidamente qualificado para as funções relacionadas à custódia de recluso". Está aqui. Essa era a justificativa do governo para aprovar com urgência um projeto. Agora estão aí servidores preparados, qualificados e que fizeram cursos nas ruas. Até hoje o governo não resolve o problema desses servidores. Essa atitude não acontecia nem na época do regime ditatorial, da ditadura militar.

Concedo aparte ao Deputado Carlin Moura, que, como eu, está indignado. Aliás, fomos autores do requerimento para a audiência pública que ocorreria hoje na Comissão de Direitos Humanos, mas que, infelizmente, foi suspensa sem maiores justificações.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Nobre Deputado Weliton Prado, parece-me que o governo Aécio Neves e Antonio Anastasia está se transformando em réu confesso no que diz respeito a rasgar a Constituição de Minas Gerais. Em recente entrevista, o Vice-Governador Antonio Augusto Anastasia disse mais ou menos que reintegraria os Agentes Penitenciários desde que ficasse comprovado que eles não fizeram greve, ou seja, o governo de Minas está querendo pôr esses trabalhadores no olho da rua simplesmente porque fizeram um movimento em defesa de melhores condições de trabalho e salário. Isso é inadmissível em Minas Gerais.

Então, Deputado Weliton Prado, queremos que, de forma urgente, sejam suspensas e revogadas as Portarias nºs 72 e 73, que, numa tacada só, demitiram mais de 500 Agentes neste Estado ou suspenderam seu contrato de trabalho. Aproveite a oportunidade para convocar os poderes constituídos do Estado. O Tribunal de Justiça, que foi muito ágil para julgar a ilegalidade da greve, tem de posicionar-se sobre essa ilegalidade do governo do Estado, assim como o Ministério Público. Nós, da Assembleia, temos competência privativa e poder. Conforme previsto no nosso Regimento, se a Assembleia quiser, poderá sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegações legislativas. É o caso específico das Portarias nºs 72 e 73. Queríamos a realização dessa audiência pública hoje para mostrar isso e pedir, implorar e exigir do governo do Estado que respeite o Estado Democrático de Direito e esses trabalhadores que não estão em greve de trabalho mais, mas em greve de fome. Para alguns Agentes aqui, sequer os 2, 15 dias trabalhados foram pagos. Não é à toa que vemos ali: greve de fome, com pai e mãe de família e crianças no Plenário. O governo continua insensível diante desse caos que se estabeleceu em relação aos Agentes Penitenciários de Minas Gerais.

O Deputado Weliton Prado* - Obrigado, Deputado Carlin Moura. Finalizando, queria fazer um reconhecimento e agradecer ao Deputado Almir Paraca, que aliás estava inscrito e nos cedeu o tempo para fazermos uso da palavra. Deputado Almir Paraca, muito obrigado em nome de todos os Agentes Penitenciários.

Queria parabenizar cada um dos senhores, e dizer que continuem acreditando. É desse jeito mesmo. Dá trabalho, mas vale a pena a luta. Tenho certeza de que serão vitoriosos no final desse processo. Espero que o governo tenha sensibilidade. Como disse o Deputado Carlin Moura, há servidor pai de família que já está fazendo greve de fome. A situação pode piorar, piorar muito mais. O Governador verá o desgaste político que terá, aliás, com a cobertura da mídia nacional, pois esse é um escândalo nacional; em nível nacional, cobrirão essa situação. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca* - Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, o público presente nas galerias, a imprensa e todos os que nos acompanham neste momento pela TV Assembleia.

O Deputado Célio Moreira* - Deputado Almir Paraca, peço-lhe aparte antes de V. Exa. iniciar sua fala.

O Deputado Almir Paraca* - Peço a compreensão do Deputado Célio Moreira, mas, primeiramente, farei minha abordagem. Logo em seguida lhe concederei aparte.

O Deputado Célio Moreira* - Muito obrigado, Deputado Almir Paraca.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, neste momento, não poderíamos deixar de nos manifestar a respeito dos Agentes Penitenciários que estão aqui lotando as nossas galerias. É com muita clareza que temos nos posicionado junto às Bancadas do PT e do PCdoB, que são favoráveis às reivindicações desses Agentes. Do nosso ponto de vista, eles não estão querendo nada de mais, apenas querem que se faça justiça e que se cumpram os direitos de todo e qualquer trabalhador. Atualizarei as reivindicações dos Agentes Penitenciários em greve: melhores condições de trabalho, efetivação dos servidores contratados, equiparação de salário com a Polícia Civil, volta do tíquete-alimentação, cumprimento da carga horária estabelecida em lei, pagamento de prêmio por produtividade aos contratados, curso de tiro, confecção das carteiras funcionais e o fim do assédio moral. Portanto, está aqui, de forma clara e explícita, a legitimidade desse movimento.

Como foi bem observado pelos Deputados Weliton Prado, Carlin Moura e tantos outros que já se pronunciaram sobre o assunto, temos de exigir um tratamento adequado ao regime de direito deste país e exigir tratamento democrático para essa questão. Não é possível que, a essa altura da situação política e democrática brasileira e depois de tantos anos, após vencer o regime de exceção e a ditadura neste país, venhamos a conviver com comportamentos que tentam reeditar medidas que já consideramos plenamente ultrapassadas no País e, por que não, em Minas Gerais.

Portanto, Sr. Presidente, queremos fazer coro com a Bancada do PT. Continuaremos nos manifestando, nos posicionando e exigindo uma solução, que esperamos seja rápida e breve. Afinal, não interessa a ninguém no Estado de Minas Gerais que essa situação continue sendo protelada, sem uma solução que está muito clara: o pleno atendimento das reivindicações dos Agentes Penitenciários em greve.

Sr. Presidente, participamos ontem de uma audiência pública regional da Comissão de Segurança Pública, conduzida na cidade de Unaí. Lá, novamente discutimos sobre o trabalho prestado nas penitenciárias e cadeias públicas do Estado. É fundamental que consigamos equacionar essa situação porque, se ela não for resolvida, a segurança pública de Minas Gerais continuará crítica, com problemas e sem solução. Nós, que estivemos em Unaí, nos manifestamos também nessa audiência pública e dissemos que até reconhecemos os avanços que o governo do Estado vem conquistando no que diz respeito à Polícia Militar e à Polícia Civil, como a estrutura de trabalho dessa duas polícias e o trabalho de unificação, que vem alcançando resultados razoáveis, mas não podemos desconhecer também os problemas de várias categorias da área de segurança pública que não foram resolvidos. Estamos acompanhando o movimento dos agentes administrativos da Polícia Civil. Há outras categorias da Polícia Civil que também têm problemas sérios não resolvidos. Portanto, esperamos que, para o bem da segurança pública e do povo de Minas Gerais, consigamos, o mais rápido possível, uma solução.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de fazer uma manifestação, retomando um assunto que para nós é muito caro e tem marcado a nossa atuação

nesta Assembleia. Trata-se do programa Luz para Todos. O Deputado Weliton Prado também nos tem acompanhado fazendo gestões, posicionando-se e atuando junto ao Comitê Coordenador do Programa Luz para Todos em Minas Gerais, na Região Sudeste, em Brasília, acompanhando a discussão junto a Aneel. Queremos trazer a público, mais uma vez, uma manifestação de repúdio ao tratamento que a Cemig tem dado à questão.

Há duas semanas e meia realizamos, em Paracatu, uma audiência pública que ganhou caráter regional, convocada pelos Vereadores, a fim de tratar do Luz para Todos. Estiveram presentes Sinval Ladeira, coordenador do Luz para Todos na Região Sudeste e no Estado de Goiás, vários agentes desse programa, todos os Prefeitos da região Noroeste de Minas, a quase totalidade dos Presidentes de Câmaras, a quase totalidade dos Vereadores e lideranças do meio rural de toda a região Noroeste. Essa audiência foi realizada no salão do Sesc de Paracatu, que o Deputado Weliton Prado conhece muito bem, e não coube a quantidade de lideranças presentes. A nossa surpresa foi que a Cemig, formalmente convidada, não compareceu, não se manifestou, não deu satisfação. Não podemos admitir essa atitude prepotente, não podemos admitir que uma concessionária de serviço público se negue a comparecer a audiências públicas, diante de uma representatividade tão grande. Qualquer lugar dentro da área de concessão da Cemig em que se promover audiência pública para discutir o Luz para Todos vai lotar, vai contar com uma presença muito grande de pessoas, pois esse é um problema que vem se arrastando, infelizmente sem solução à altura do que se precisa, em Minas Gerais. Estamos envolvidos com a discussão da devolução de R\$7.000.000.000,00 por parte das distribuidoras de energia elétrica no Brasil, em virtude de cobranças irregulares provocadas por gestão inadequada da Aneel. As agências reguladoras no Brasil estão atuando como miniestados autônomos, descumprindo cabalmente a legislação e o seu estatuto, atuando como braço, como correia de transmissão da iniciativa privada, capitulando ante os interesses do mercado, das empresas prestadoras de serviço, quando o papel delas deveria ser outro.

O Deputado Weliton Prado vem atuando nesse campo, vem cobrando de forma muito firme, muito destacada a correção de todas essas distorções e particularmente, em relação à Cemig, já conquistou uma vitória expressiva em Minas Gerais. Pela primeira vez, a tarifa de energia elétrica foi reduzida no Estado de Minas Gerais. Estamos aí, Deputado Weliton Prado, com a possibilidade concreta de nova redução porque, além da constatação de cobrança excessiva, os cálculos mostram a possibilidade de redução de 10%. Parabenizo mais uma vez a atuação do Deputado Weliton Prado, a quem pedimos que continue conosco nesta luta pelo programa Luz para Todos, para conseguirmos arrancar da Cemig neste momento um novo contrato de 70 mil ligações, de forma a fazermos frente à demanda, ao reclamo de todos aqueles que estão cadastrados e não foram contemplados.

Ficamos de realizar uma reunião com o Dr. Djalma Morais Bastos, Presidente da Cemig, juntamente com o Sinval Ladeira e os Prefeitos da região Noroeste. Solicito ao Deputado Weliton Prado que nos acompanhe, porque ele já se transformou em referência nessa luta, seja com os consumidores da energia elétrica, seja com os trabalhadores do setor elétrico.

Quero mais uma vez frisar a nossa luta pela universalização do acesso à energia elétrica em Minas Gerais e pelo cumprimento das metas do Luz para Todos, que será concluído até o final de 2010. Houve uma novidade na audiência pública: o representante do governo federal, Sinval Ladeira, teve uma postura que até então não tínhamos visto. Quem instituiu o Luz para Todos foi o governo federal, quem o coordena é o governo federal, quem tem de dar as diretrizes, estabelecer metas, fiscalizar o cumprimento dessas metas e impor sanções tem de ser, portanto, o governo federal. É essa a postura que sempre cobramos. Infelizmente, até então não era isso o que víamos aqui em Minas. O Sinval Ladeira mudou esse quadro, foi muito firme e disse a todos na audiência pública de Paracatu que agora estamos entrando num novo momento na execução do programa. Esperamos que isso seja efetivamente cumprido, para termos boas-novas para trazer à população de Minas Gerais.

O Deputado Célio Moreira* - Pode concluir, Deputado. O tempo é mínimo. Após a sua fala, solicitarei questão de ordem ao Presidente.

O Deputado Almir Paraca* - Sendo assim, concedo aparte ao Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Deputado Almir Paraca, em nome dos Agentes Penitenciários e socioeducativos, tomo a liberdade de parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento em defesa da categoria e da justiça.

Ontem tive a felicidade de acompanhar o julgamento no STJ que impediu que a BHTRANS continuasse multando. Esta ação se transformou numa indústria da multa: são mais de 1.700 por dia, uma por minuto. Nos últimos seis meses, foram mais de 300 mil multas, mais de R\$23.000.000,00 arrecadados. Depois do STJ, fui diretamente à Câmara dos Deputados, onde tive a oportunidade de acompanhar os membros da CPI da Conta de Luz e os dirigentes da Aneel. Essa pressão é realmente fundamental porque a população pagou a mais na conta de luz e, agora, tem o direito de ser ressarcida. Alguns casos podem chegar a R\$20.000.000.000,00. As companhias de energia estão tirando o corpo fora, mas o Presidente da Cemig já admitiu a irregularidade. Tudo começou na campanha pela redução da tarifa.

Solicitamos uma auditoria do Tribunal de Contas, que constatou e comprovou as irregularidades no valor que a população estava pagando a mais na conta de luz. Então, acho que é muito importante continuar essa briga. Gostaria de parabenizar o apoio de todos, da Deputada Maria Tereza Lara, do Deputado Carlin Moura, do Deputado Almir Paraca, e dizer que V. Exa. pode continuar contando com o apoio do Bloco PT-PMDB-PCdoB à bandeira que V. Exa. já levanta nesta Casa há muito tempo: levar luz elétrica para as pequenas comunidades, através do Luz para Todos, para que realmente atenda todas as pessoas que dela necessitam.

Gostaria de parabenizar e, mais uma vez, reconhecer a bravura desses homens e dessas mulheres Agentes Penitenciários que estão na Assembleia Legislativa buscando seus direitos. Parabéns, Deputado Almir Paraca; parabéns, Agentes Penitenciários.

O Deputado Almir Paraca* - Queria parabenizar mais uma vez o Deputado Weliton Prado pela sua postura, pelo trabalho desenvolvido nesta Casa e agradecer o companheirismo do Bloco PT-PCdoB. Temos atuado de forma uníssona, sempre defendendo os interesses dos trabalhadores e da população de Minas Gerais. Agradeço ao Presidente o espaço. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, telespectadores da TV Assembleia, Srs. Agentes Penitenciários aqui presentes. Vou mudar um pouco o assunto, mas, sem dúvida nenhuma, o tema é também importante. As celebrações do 20º aniversário da queda do Muro de Berlim nesta segunda-feira, 9 de novembro, foram marcadas pelo desfile de expoentes da direita mundial. Até o ex-líder polonês, o falso operário Lech Walesa, aquele mesmo que, após um desastroso governo neoliberal, foi reavaliado nas urnas, obtendo inexpressivo percentual de menos de 1% dos votos, teve direito a um segundo de fama, após anos na penumbra da história. Todos unidos no festejo da suposta morte do socialismo. Esqueceram de lembrar durante as celebrações que, duas décadas depois, persistem muitos muros por derrubar. Um dos mais marcantes divide Israel da Palestina, mais propriamente na Cisjordânia, sem sinais de reconciliação, mas com uma vontade de mudança que vai crescendo. Nestes dias, um ato simbólico ajudou o mundo a recordar o que ainda existe. Um grupo de 300 ativistas derrubou uma parte do muro de 8m erguido em Naalim, perto da Vila de Maasarah, bem perto de Belém. Enquanto do outro lado o exército de Israel disparava, venciam o cimento e retiravam uma das placas, num gesto simbólico que serve para assinalar precisamente os 20 anos da queda do Muro de Berlim. Foi a primeira vez, desde 2002, que alguém conseguiu retirar uma parte da barreira erguida para defender os colonos judeus. Esse muro tem uma pequena parte, cerca de 20%, que coincide com a antiga Linha Verde, fronteira definida em 1948; os 80% restantes situam-se em terras palestinas. A muralha começou a ser construída em 2002, durante o governo do ex-Primeiro-Ministro israelense Ariel Sharon, com a

justificativa de evitar a entrada de terroristas em Israel. O Tribunal Penal Internacional declarou-a ilegal em 2004, pois ela corta terras palestinas e isola cerca de 450 mil pessoas. De acordo com dados de abril de 2006, fornecidos por Israel, a extensão total da barreira é de 721km, dos quais 58,04% estão construídos, 8,96% em construção e 33% por construir.

Mas este não é o único muro. Outros vão surgindo por todos os lados. O exemplo mais recente vem da Eslováquia. Em outubro, uma muralha de 150m de comprimento e 2m de altura foi erguida na cidade de Ostrovany, uma comunidade rural no nordeste do país, com o intuito de isolar um acampamento de ciganos. A ação, aprovada em 2008 pelas autoridades locais e colocada em prática na última semana, foi o último capítulo da crescente tensão entre os habitantes da localidade e os ciganos. Pasmem vocês que nos veem e nos ouvem: os habitantes de Ostrovany acusam os ciganos de roubar frutas dos jardins privados, daí a necessidade da construção do muro. Com o propósito de impedir a entrada de imigrantes ilegais mexicanos, os Estados Unidos da América ergueram um muro de 3.141km na fronteira, que abrange os Estados do Texas, Califórnia, Novo México e Arizona. Desde 1994, quando a muralha começou a ser construída na gestão do ex-Presidente Bill Clinton, mais de 5.600 pessoas morreram tentando atravessar para o lado norte-americano, segundo um relatório do escritório de contabilidade da Casa Branca. Além disso, as causas das mortes mudaram. Antes eram provocadas por acidentes de trânsito, já que os imigrantes corriam em rodovias nas áreas fronteiriças. Agora, acontecem por hipotermia no deserto e afogamentos no Rio Grande. A população de Governador Valadares é testemunha viva dessa situação. O documento também apontou que os custos são igualmente altos. Cada vez que surge um buraco, são gastos US\$1.300,00 no conserto. A manutenção do trecho de 1.058km, cerca de duas camadas na fronteira EUA-México, deverá custar US\$6.500.000,00 nos próximos 20 anos. Há também muros em Nicósia, entre os lados grego e turco de Chipre. Também no Rio de Janeiro se erguem muros, para separar as favelas do resto da cidade, enquanto na Irlanda do Norte a luta pela paz construiu barreiras para separar os nacionalistas católicos dos unionistas protestantes. A União Européia financiou, a partir de 2005, com €30.000.000,00, os muros que separam os enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla de Marrocos, com 4m de altura de arame farpado, holofotes, sensores de movimento nos 10km e 8km de barreiras. Atualmente em construção está a muralha de 4.000km entre a Índia e Bangladesh, com cerca de 2.000km já finalizados. A elite da direita mundial, além de esquecer dos muros deles, esquecem também de mencionar a desilusão que o mundo nutre pelo modelo deles. Segundo pesquisa publicada nesta segunda-feira pela BBC de Londres, que ouviu pessoas de 27 países, incluindo o Brasil, a desilusão com o capitalismo se estendeu no mundo 20 anos depois da queda do Muro de Berlim, que simbolizou a decadência do comunismo na Europa Oriental. Apenas 11% das pessoas entrevistadas acham que a economia capitalista funciona corretamente, enquanto que 51% acreditam que suas falhas podem ser resolvidas com mais regulação e reformas. Os Estados Unidos, com 25%, e o Paquistão, com 21%, são os únicos dois países onde mais de uma em cada cinco pessoas acha que o capitalismo funciona em sua forma atual. Os países latino-americanos, encabeçados pelo México, Chile e Brasil, acreditam que os governos deveriam repartir melhor suas riquezas. A publicação dessa pesquisa, realizada entre 19 de junho e 13 de outubro, com 29.033 pessoas, coincide com as celebrações do 20º aniversário da queda do Muro de Berlim e com o início da recuperação da pior crise financeira desde os anos 30. "Parece que a queda do Muro de Berlim em 1989 pode não ter sido a vitória arrasadora do capitalismo de livre mercado que se acreditava então, em particular, depois dos acontecimentos dos últimos 12 meses", comentou Doug Miller, presidente da Instituto GlobeScan, que fez a pesquisa. A maioria dos entrevistados - 15 dos 27 países - desejam que seus governos exerçam um controle maior sobre suas indústrias nacionais, começando pelos russos - 77% -, apesar de os brasileiros - 65% - figurarem também entre os primeiros lugares. Além disso, em 22 países os pesquisados se pronunciaram majoritariamente por uma divisão mais igualitária de suas riquezas, particularmente na América Latina. Depois do colapso das instituições financeiras e os gigantescos planos de recuperação implementados pelos governos, a maioria dos entrevistados em 17 países desejam também uma maior regulação da economia. Os brasileiros - 87% - são os mais favoráveis, seguidos dos chilenos - 84% -, franceses - 76% - e espanhóis - 73%. Conforme proclamava um cartaz colocado pelos jovens palestinos sobre o muro de Naalín: "Não importa quão alto sejam, todos os muros cairão".

Sr. Presidente, fiz questão de fazer este pronunciamento para lembrar que aqui também, em Minas Gerais, muros são construídos a cada dia: muros da elite do governo de Minas Gerais, que se preocupa com obras suntuosas, como o novo Centro Administrativo, mas que segrega os servidores públicos do Estado, há 14 anos sem um aumento real de salário; muros da frieza das portarias que demitem, sem o direito de defesa, sem o contraditório, mais de 500 Agentes Penitenciários - ou suspendem seus contratos de trabalho; muros das portas fechadas às negociações, impedindo que os Agentes Penitenciários, de forma legítima, defendam seus direitos por meio de uma singela ação como a audiência pública, cuja realização, assustadoramente, não foi permitida, uma vez que o governo não tem a devida transparência para o debate. Então, sem dúvida, precisamos também derrubar os muros que afastam o governo do Estado de seus trabalhadores e do povo de Minas Gerais. Com muita honra, concedo aparte ao Deputado Carlos Gomes.

O Deputado Carlos Gomes (em aparte)* - Deputado Carlin Moura, muito obrigado pelo aparte. Minha palavra aqui será bem rápida e vem com o objetivo de prestar toda solidariedade aos Agentes Penitenciários. Eles são contratados e efetivados e perderam seus postos de trabalho. Têm famílias e filhos, portanto envidamos toda nossa solidariedade para que resgatem novamente seus direitos perdidos: melhores condições de trabalho, efetivação dos servidores contratados, equiparação do salário com a Polícia Civil, volta do "ticket" alimentação, carga horária estabelecida em lei, pagamento de prêmio por produtividade e resolução do problema do assédio moral. Damos apoio total à sua luta, que é justa. Aqui faço coro com o Deputado Carlin Moura, com o Deputado Weliton Prado - que já se pronunciou -, com a Deputada Maria Tereza Lara, com o Deputado Adelmo Carneiro Leão, enfim, com todos os que lutam por melhores condições de trabalho. Essa é uma luta justa dos trabalhadores, que querem apenas justiça. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Será jogo rápido, apenas para ressaltar mais uma vez. **É só para dizer que são centenas de famílias, de mães, de pais, de crianças que só querem dignidade, que só querem respeito, que se faça justiça aos Agentes Penitenciários. Está chegando o final do ano, e pergunto ao Governador, ao Secretário de Segurança se é esse o presente de Natal que o Governador está dando a seus servidores, aos Agentes Penitenciários que já estão em greve de fome.**

O Deputado Carlin Moura* - Agradeço a compreensão do Presidente e pedimos ao governo do Estado que o presente de Natal seja a imediata revogação das Portarias nºs 72 e 73, em respeito aos trabalhadores Agentes Penitenciários de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/11/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Ana Maria Resende

exonerando, a partir de 17/11/09, Cristiane da Silva Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Carla Beatriz Costa Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Fatima de Lourdes Assis Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Miriam Paula Diniz para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 3/12/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o fornecimento e instalação de forro de gesso.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Edifício Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar mídia própria.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cottar Manutenções Ltda. Objeto: prestação de serviços de instalações, consertos, reparações e manutenções prediais nas dependências do Palácio da Inconfidência, do Edifício Tiradentes e seus anexos. Objeto deste aditamento: prorrogação com reajuste do preço. Vigência: 3 meses, a partir de 14/12/2009 ou até que se conclua o processo licitatório relativo ao objeto do ajuste ora aditado. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 (3.3.90.39 (10.1)

Termo de Aditamento

Comodatária: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Comodante: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Objeto: comodato de 1 piano, marca Yamaha, modelo G3-E, com banquetas de madeira. Objeto deste aditamento: prorrogação do prazo de vigência de comodato e ratificação das demais cláusulas e condições de contrato originário. Vigência: 12 meses, de 15/12/2009 a 14/12/2010.

TERMO ADITIVO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Oracle do Brasil Sistemas Ltda. Objeto: serviço de atualização de licença de "software" e suporte. Objeto deste aditivo: retificação do termo final de vigência do ADT/99/2009 e alteração do endereço e CNPJ da contratada. Vigência deste aditivo: a partir da data de sua assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.